

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

RAIMUNDA MARIA DA CUNHA RIBEIRO

RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA E A FORMAÇÃO CIDADÃ

Porto Alegre-RS

2013

RAIMUNDA MARIA DA CUNHA RIBEIRO

RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA E A FORMAÇÃO CIDADÃ

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Cleoni Maria Barboza Fernandes

Porto Alegre-RS

2013

R484r Ribeiro, Raimunda Maria da Cunha

Responsabilidade social universitária e a formação cidadã. /
Raimunda Maria da Cunha Ribeiro. Porto Alegre, 2013.
163 f.

Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação,
PUCRS.

Orientação: Prof^a. Dr.^a Cleoni Maria Barboza Fernandes.

1. Formação Cidadã. 2. Universidade e Responsabilidade Social
Brasil e Portugal. 3. Construção de Conhecimento.
4. Desenvolvimento Sócio-cultural.
- I. Fernandes, Cleoni Maria Barboza. II. Título.

CDD 373.981

**Bibliotecária responsável:
Dirce Miquetichuc Nogueira - CRB 3/8226**

RAIMUNDA MARIA DA CUNHA RIBEIRO

RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA E A FORMAÇÃO CIDADÃ

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Aprovada em _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr.^a Cleoni Maria Barboza Fernandes – PUCRS

Orientadora

Prof^ª. Dr.^a Berenice Corsetti – UNISINOS

Prof^ª. Dr.^a Denise Nascimento Silveira – UFPEL

Prof^ª Dr.^a Marília Costa Morosini - PUCRS

Dedico a duas pessoas que, desde muito cedo, me ensinaram a perseguir meus objetivos e buscar na escola a possibilidade de transformação social: meu pai, Odon (*in memoriam*), e minha mãe, Maricota.

AGRADECIMENTOS

Ao Supremo Ser: o Caminho, a Verdade e a Vida.

À minha família, em especial meus pais e meus irmãos, que souberam acreditar em mim e, por isso, nunca me negaram afeto, apoio, respeito e dedicação.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Cleoni Maria Barboza Fernandes, que acreditou em mim e acreditou em minha proposta de pesquisa e, assim, aceitou me orientar, mesmo antes de me conhecer, a quem devo profundo respeito e admiração.

À Banca Examinadora: Prof.^a Dr.^a Cleoni Maria Barboza Fernandes – PUCRS; Prof.^a Dr.^a Berenice Corsetti – UNISINOS; Prof.^a Dr.^a Denise Nascimento Silveira – UFPEL; Prof.^a Dr.^a Marília Costa Morosini – PUCRS, pela dedicação em ler meu Projeto de Pesquisa e contribuir para a construção desta Tese, e também por ter me encorajado a ir para o Doutorado Sanduíche em Portugal.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por ter me concedido bolsa de estudo para o Doutorado na PUCRS e para o Doutorado Sanduíche na Universidade do Porto.

Ao meu orientador no PDSE, Prof. Dr. Antônio Magalhães, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, pessoa que tão bem me acolheu em Portugal e não poupou dedicação em me orientar na pesquisa do Doutorado Sanduíche, que resultou em um capítulo desta Tese.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, através do PPG/EDU e seus professores, que muito bem me acolheram na linda Porto Alegre, fria e chuvosa no inverno, mas onde pude contar com o calor humano daqueles que se tornaram meus diletos amigos.

Às funcionárias da Secretaria do PPG/EDU, Anahi, Patrícia e Camila, sempre prontas, trabalhando sem descanso para prestar o melhor serviço.

À Universidade Estadual do Piauí, a qual devo profunda gratidão, por ter me apoiado e permitido me ausentar das atividades docentes para me qualificar profissionalmente e também melhorar como pessoa.

Aos Colegas do curso, em especial, Carine, Cristiane, Marinice, Cláudia Leirias, Carla, Silvana, Viviane, Bárbara, Regina, Ana Cristina, Raimundo, mais que grupo de estudo, amigos especiais.

Aos entrevistados, os interlocutores de minha pesquisa, membros do Conselho Universitário da Universidade Estadual do Piauí, por colaborarem com o processo de investigação e contribuírem para o melhor entendimento da Política de Responsabilidade Social desta universidade, da qual faço parte.

Aos que não citei, mas que de forma direta ou indireta, estiveram me apoiando, me encorajando e contribuindo com a construção de minha história.

As IES encontram-se perante o desafio de interpretar as transformações e as necessidades da sociedade contemporânea, designadamente aquelas colocadas pelo facto de estarmos a viver num ambiente marcado pela hegemonia das leis e pela lógica do mercado, pela necessidade de permanente inovação, assim como de desenvolver estruturas e processos internos para levar a cabo as suas respectivas missões (MAGALHÃES e MACHADO, 2013, p. 183).

RESUMO

A responsabilidade social universitária é um fenômeno que tem ganhado relevância nos debates no campo da educação superior; é um conceito social e politicamente construído; diz respeito ao desenvolvimento promovido pela universidade nas seguintes dimensões: social, cultural, ambiental e econômica. Tais dimensões representam os desafios que a universidade precisa dar conta, na perspectiva de sua modernização. Porém, o debate sobre responsabilidade social universitária é complexo e apresenta algumas tensões, que, por sua vez, são reflexos das tensões do campo social. Este estudo sobre Política de Responsabilidade Social Universitária foi elaborado na linha de pesquisa Formação, Políticas e Práticas em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCRS e se propôs: compreender como está sendo construído o conceito de responsabilidade social universitária, no que se refere ao conhecimento e promoção do desenvolvimento em suas múltiplas dimensões; como a universidade dispõe em seu Estatuto as ações de responsabilidade social; como estão sendo operacionalizados os desafios e/ou compromissos da universidade em termos de ensino, pesquisa, extensão e gestão, no sentido de atender às demandas educacionais e sociais. A abordagem metodológica adotada neste estudo foi a qualitativa, a qual se delineou em duas perspectivas: estudo dos Estatutos de 15 universidades públicas portuguesas e 27 universidades públicas federais brasileiras; e um estudo na Universidade Estadual do Piauí/Brasil. Para a realização da pesquisa foram adotadas duas técnicas de coleta de dados: análise de documentos (orientada pelos princípios da análise documental) e entrevista semiestruturada. Os documentos analisados foram os Estatutos das 43 universidades participantes desta investigação; a entrevista semiestruturada foi realizada com 10 (dez) participantes, todos membros do Conselho Universitário da Universidade Estadual do Piauí. Os dados foram analisados com base na técnica de análise de conteúdo, principalmente a partir da teoria de Bardin. Para melhor compreender o conceito de responsabilidade social, suas origens, tendências e tensões, é necessário revisitar outros campos como a Administração, as Ciências Políticas e a Economia. A responsabilidade social universitária não é uma proposta definitiva nem uma estratégia dogmática que deve ser adotada pelas instituições, mas configura-se como uma alternativa de modernização, que permite a busca constante de redefinição da gestão socialmente responsável e crítica permanente sobre a maneira de pensar e adotar os processos educativos. A responsabilidade social das universidades forma o elo entre o conhecimento gerado no contexto de sua aplicação e as necessidades locais, nacionais e globais, ou seja, o elo entre o conhecimento gerado institucionalmente e os impactos na sociedade em termos de desenvolvimento.

Palavras-chave: Formação Cidadã. Universidade e Responsabilidade Social Brasil e Portugal. Construção de Conhecimento. Desenvolvimento Sócio-cultural.

ABSTRACT

The social responsibility of the university is a phenomenon that has gained eminence in the debate of the superior education; is a social concept and politically built; it concerns to the development promoted by the university in this followed dimensions: social, cultural, environmental and economic. Such dimension represents the challenge that the university needs to fill the bill, in the perspective of its modernization. However, the debate about university social responsibility is complex and presents some tensions, that by one's turn are reflexion of social field. This study about politic of university social responsibility was elaborated in the line of formation, politics and practices in education of the postgraduation program in education of PUCRS and suggested: to understand how was been built the concept of university social responsibility, in regard to the knowledge and promotion of the development in its multiple dimensions; how the university establishes in its statue the actions of social responsibility; how are been done the challenges and/or compromise of the university in terms of teaching research, extention and management, to attend social and educational claim. The methodological abordage adopted in this study was qualitative, that delineated itself in two perspectives: study of the public universities and 27 Brazilian Federal- Public universities; and a study in the university Estadual do Piauí/Brazil. To the realization of this research were adopted two technics of data collect: document analysis (oriented by documental analysis principles) and semi structure interviews. The analysed documents were the statue of the 43 universities participants of this investigation; the semi structure was made with 10 (ten) participants, members of the Conselho Universitário da Universidade Estadual do Piauí. The data were analysed based on the technic of analysis of contents, meanly from Bardin theory. To better understand the concept of social responsibility, its origin, tendency and tension, it's necessary revisit other fields as the administration, politic science and the economy. The university social responsibility isn't a definitive proposal, neither a dogmatic strategy that must be adopted by the institutions, but configures as a modernization alternative, that permit s the constant search of the redefinition of the responsibly permanent social and critic about the way of the thinking and adopt the educational process. The social responsibility of the universities forms a link between the knowledge generated in the context of its application and the local necessities, national and global. it can be like, the link between the knowledge institutionally generated and the impacts in the society in therms of development.

Key words: Citizenship Education. University and Social Responsibility Brazil and Portugal. Construction of Knowledge. Sociocultural development.

LISTA DE FIGURAS

1	Universidade Estadual do Piauí – Teresina-PI.....	56
2	Construções teóricas acerca do desenvolvimento como forma de RSU – Portugal.....	65
3	Construções teóricas acerca do desenvolvimento como forma de RSU – Brasil.....	71
4	Compromissos e desafios nas atividades de ensino, pesquisa e extensão – Universidades portuguesas.....	82
5	Compromissos e desafios nas atividades de ensino, pesquisa e extensão – Universidades brasileiras.....	85

LISTA DE TABELAS

1	Categorias, bancos e tipos de produções.....	29
2	Instituições.....	34
3	Abordagens metodológicas.....	35
4	Universidades Públicas Portuguesas.....	54
5	Universidades Federais do Brasil.....	55
6	Universidades Federais Brasileiras (Capitais).....	55
7	Dimensões do conceito de RSU: relevância em cada país.....	77
8	Compromissos: Brasil e Portugal.....	89
9	Conceito de responsabilidade social universitária.....	95

LISTA DE SIGLAS

1	ANPAE	Associação Nacional de Política e Administração da Educação
2	ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
3	CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
4	CEE	Conselho Estadual de Educação
5	CEPEX	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
6	CONAPLAN	Conselho de Administração, Finanças e Planejamento
7	CONDIR	Conselho Diretor
8	CONSUN	Conselho Universitário
9	CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
10	FADEP	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí
11	FAPEPI	Fundação de Amparo à Pesquisa no Piauí
12	FMI	Fundo Monetário Internacional
13	FPCE	Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação
14	GUNI	Global University Network for Innovation/ Rede Universitária Global para Inovação
15	GT	Grupo de Trabalho
16	I 01, I 02	Interlocutor 01, Interlocutor 02
17	IES	Instituição de Ensino Superior
18	LDB	Lei de Diretrizes de Bases da educação nacional
19	MBA	Master in Business Administration /Mestrado em Administração de Negócios
20	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
21	PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
22	PDSE	Programa Doutorado Sanduíche no Exterior
23	PPGEDU	Programa de Pós-Graduação em Educação
24	PREX	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
25	PROUNI	Programa Universidade para Todos
26	PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
27	REUNI	Programa de Apoio a Planos de Restauração e Expansão das Universidades Brasileiras
28	RSC	Responsabilidade Social Corporativa

- 29 RSU Responsabilidade Social Universitária
- 30 SINAES Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
- 31 UCB Universidade Católica de Brasília
- 32 UESPI Universidade Estadual do Piauí
- 33 UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- 34 UP Universidade do Porto

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

ORIGENS DO ESTUDO: MEUS CAMINHOS.....	18
---------------------------------------	----

CAPÍTULO II

RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA: A PRODUÇÃO DA ANPED, ANPAE E CAPES (2009).....	26
2. 1 ANÁLISE DAS PRODUÇÕES	28
2. 1.1 A Universidade brasileira na história	29
2. 1.2 Responsabilidade Social Corporativa e Universitária	32

CAPÍTULO III

POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NA UNIVERSIDADE: CONCEITOS E DESAFIOS.....	36
---	----

3. 1 RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA: PERSPECTIVA CONCEITUAL.....	37
3.1.1 Conceituando responsabilidade social universitária.....	38
3.1.2 Desenvolvimento Social.....	41
3.1.3 Desenvolvimento Cultural.....	42
3.1.4 Desenvolvimento Sustentável.....	42
3.1.5 Desenvolvimento Econômico.....	43
3.1.6 Educação Superior, Conhecimento e Desenvolvimento.....	44
3. 2 COMPROMISSOS SOCIAIS E EDUCACIONAIS DA UNIVERSIDADE.....	46
3.2.1 Compromissos educacionais.....	47
3.2.2 Compromissos sociais.....	48

CAPÍTULO IV

NATUREZA DA PESQUISA E MÉTODO.....	50
4. 1 NATUREZA DA PESQUISA.....	50
4.1.1. Problematização.....	50
4.1.2 Questões de pesquisa.....	51

4.2 CAMINHOS DA PESQUISA: QUESTÕES METODOLÓGICAS.....	51
4.2.1 Abordagem metodológica.....	51
4.2.2 Cenários da pesquisa.....	53
4.2.2.1 Portugal.....	53
4.2.2.2 Brasil.....	55
4.2.2.2.1 Universidade Estadual do Piauí (UESPI).....	56
4.2.3 Técnicas de coleta de dados.....	58
4.2.4 Procedimentos e interlocutores.....	58
4.2.5 Critérios de escolha dos cenários e das universidades.....	59
4.2.6 Critérios de escolha dos interlocutores na Universidade Estadual do Piauí...	60
4.2.7 Análise dos dados.....	61
CAPÍTULO V	
RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA: CONVERSAS	63
ENTRELAÇADAS.....	
5. 1 Resultado da análise dos Estatutos: conceitos de RSU e compromissos da IES.....	63
5.1.1 Conceitos de RSU	63
5.1.1.1 Universidades Portuguesas.....	63
5.1.1.1.1 Desenvolvimento Social.....	66
5.1.1.1.2 Desenvolvimento Cultural.....	67
5.1.1.1.3 Desenvolvimento Sustentável.....	68
5.1.1.1.4 Desenvolvimento Econômico.....	69
5.1.1.2 Universidades Brasileiras.....	70
5.1.1.2.1 Desenvolvimento Social.....	72
5.1.1.2.2 Desenvolvimento Cultural.....	73
5.1.1.2.3 Desenvolvimento Sustentável.....	74
5.1.1.2.4 Desenvolvimento Econômico.....	75
5.1.1.3 Entrelaçando dados.....	77
5.1.1.3.1 Conceitos de RSU: Brasil e Portugal.....	77
5.1.2 Compromissos das Universidades.....	78
5.1.2.1 Compromissos das Universidades Portuguesas.....	79

5.1.2.1.1 Ensino.....	79
5.1.2.1.2 Pesquisa.....	79
5.1.2.1.3 Extensão.....	80
5.1.2.1.4 Gestão.....	80
5.1.2.2 Compromissos das Universidades Brasileiras.....	83
5.1.2.2.1 Ensino.....	83
5.1.2.2.2 Pesquisa.....	83
5.1.2.2.3 Extensão.....	83
5.1.2.2.4 Gestão.....	84
5.1.3 Compromissos: Brasil e Portugal.....	89
CAPÍTULO VI	
RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ:	
ESTATUTO E ENTREVISTA.....	94
6. 1 Estatuto da Universidade Estadual do Piauí.....	94
6.1. 1 Conceito de responsabilidade universitária.....	94
6. 2 Entrevistas com interlocutores da Universidade Estadual do Piauí.....	96
6 2. 1 Modelo de gestão: contribuições no desempenho das funções da UESPI.	96
6 2. 2 A política universitária: a marca da responsabilidade social da UESPI.....	101
6. 2. 3 Avaliação da UESPI: contribuições no plano de desenvolvimento do Piauí.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS.....	128
APÊNDICES.....	135
I.AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA.....	136
II.TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – UESPI.....	137
III.TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – CEE/PI.....	139
IV.TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ADCESP/PI..	141
V.TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – SINTUESPI/PI..	143
VI.TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – FAPEPI/PI.....	145
VII. ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: REITOR.....	147
VIII. ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: PRÓ-REITORES.....	148

XIX. ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: CEE/APL.....	149
X. ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: ADECESP.....	150
XI. ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: SINTUESPI.....	151
XII. ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: FAPEPI.....	152
XII. ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: ALUNO.....	153
ANEXO.....	154
I.LEI COMPLEMENTAR N.87 DE 22.08.2007.....	155

CAPÍTULO I

ORIGENS DO ESTUDO: MEUS CAMINHOS

Para explicar melhor as origens deste estudo, inicio pela minha apresentação: Raimunda Maria da Cunha Ribeiro, brasileira, natural da cidade de Corrente-PI, licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí, pós-graduada (*latu senso*) em Filosofia e Existência pela Universidade Católica de Brasília, mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília e doutoranda do PPG/Edu da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Os caminhos que trilhei para chegar até aqui não foram poucos, muito menos fáceis. Quando cursava a Escola Normal, no Instituto Batista Correntino, no sertão do Piauí, eu não imaginava que seria possível estudar em uma universidade, sequer fazer um mestrado e, muito provavelmente, nem sabia o que seria cursar um doutorado. Os meus professores na Escola Normal não tinham sequer curso de pós-graduação em nível de Especialização

Em 1988 concluí o Curso Normal no Instituto Batista Correntino e, no ano seguinte, iniciei minha experiência no campo da docência, na Escola Antônio Rocha, com uma turma da 1ª série, hoje 2ª ano do Ensino Fundamental. Era, profissionalmente, uma professora iniciante no sentido lato da palavra. De acordo com Papi e Martins (2008), esse início geralmente é um período em que o professor se defronta com a realidade em que estão postas as contradições, e nem sempre ele está apto a superá-las, colocando em cheque seus conhecimentos profissionais e assumindo uma postura que pode ir desde uma adaptação e reprodução a uma posição inovadora e autônoma, ciente dos desafios e conhecimentos que sustentam sua ação.

Além da habilitação específica de 2º grau, formação mínima para o exercício do magistério de 1ª à 4ª série, legalmente exigida pela LDB 5692/71, a qual eu já possuía, surgiu a oportunidade de ingressar na universidade no curso de Licenciatura em Pedagogia. A minha graduação, assim, foi iniciada em 1992 e concluída em 1996, na Universidade Federal do Piauí, na cidade de Corrente.

A primeira obra lida no curso de Pedagogia, positivamente marcante em minha formação acadêmica e profissional, foi “Educação e Mudança”, de Paulo Freire, na qual o autor se reporta ao compromisso como uma questão fundamental ao desenvolvimento profissional. “Não se trata do compromisso de qualquer um, mas do profissional. [...] o ato comprometido só aparentemente terminaria, pois não termina [...]” (FREIRE, 1982, p. 7). O autor trata também da educação como processo de mudança social, que, em suas palavras, significa: “A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sente-se inacabado. Isto o leva à perfeição: [...] implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser sujeito de sua própria educação. Não pode ser objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém” (p.14). Não é a pedagogia em si que promove as mudanças sociais e políticas, mas, sobretudo o profissional da educação engajado social e politicamente, na luta por uma sociedade livre de opressão.

A minha formação docente foi se construindo com base nas ideias referentes à ética e à responsabilidade do fazer pedagógico e, fui, a um só tempo, percebendo que o desenvolvimento profissional do docente exige sentido tanto em sua vida pessoal quanto profissional. Assim, tomo a ideia de Day (2005), de que a natureza do ensino exige que os docentes se comprometam em sua formação e desenvolvimento profissional durante toda a sua carreira, porém as necessidades concretas e as formas de levar às práticas esse compromisso variam segundo as circunstâncias, as histórias pessoais e profissionais e as disposições vigentes em cada momento. A formação de professores é um processo de desenvolvimento individual, destinado a adquirir ou aperfeiçoar capacidades.

Garcia (1999) complementa esta ideia defendendo que a formação é um processo contínuo, de mudança, de inovação e desenvolvimento curricular; de formação e desenvolvimento organizacional da escola; de integração entre a formação e os conteúdos acadêmicos e disciplinares; de integração entre a teoria e a prática; é um processo que se dá com a utilização de métodos através dos quais o conteúdo é transmitido; e é individualizado, isto porque aprender a ensinar não deve ser um processo homogêneo. Assim, o professor é um construtivista que processa informação, toma decisões, gera conhecimento prático, possui crenças e rotinas que influenciam a sua atividade pessoal.

Concluído o curso de Pedagogia, em 1996, as chances de continuar a estudar eram ainda muito reduzidas, em um espaço no qual não havia oferta de pós-graduação, nem

mesmo em nível de Especialização. Foi um período de incertezas e poucas perspectivas de continuar a estudar e aperfeiçoar a formação inicial.

O campus da Universidade Estadual em Corrente, naquela época, apresentava uma carência muito grande de professores para o curso de Pedagogia, pois os poucos de que dispunha não davam conta da demanda. Foi assim que surgiu a oportunidade de pleitear uma vaga de professora do curso de Pedagogia e iniciar o exercício de docência do ensino superior. Em março de 1997, a universidade abriu vagas para professor do quadro provisório, comumente chamado de professor substituto. O espaço de tempo entre a conclusão do curso de Pedagogia e o ingresso na universidade na qualidade de docente foi de aproximadamente sete meses. O quadro era crítico, tanto para mim, quanto para a instituição, e também para os alunos. Lembro-me que esta experiência, embora tenha me rendido muita aprendizagem, não foi fácil. Mas todos aprendiam nesse processo, e talvez eu até mais do que os próprios alunos.

Eu era uma professora iniciante na universidade e pouco conhecia das competências necessárias para o professor universitário. Como se não bastasse a docência, neste mesmo ano fui nomeada pelo Reitor para exercer o cargo de coordenadora do Curso de Pedagogia. Assim, ao mesmo tempo em que coordenava, exercia a docência, inclusive coordenava professores que, até bem pouco tempo, eram meus professores. Dois processos diferentes – docência e gestão – me remetiam para o entendimento da dimensão da responsabilidade social da universidade. O compromisso com a instituição, com os alunos, com a minha profissão e com o contexto social foi, paulatinamente, me fazendo acreditar na universidade como vanguardista do desenvolvimento econômico, político, social e cultural em seu espaço e em seu tempo histórico. E, assim, eu ia me inserindo nessa nova realidade com que a vida profissional, mais uma vez, me desafiava.

Masetto (2003), tratando da competência pedagógica do professor universitário aponta alguns aspectos desta questão que merecem reflexão, tais como: a estrutura organizativa do ensino superior no Brasil – privilégio do domínio de conhecimentos e experiências profissionais como únicos requisitos para a docência nos cursos superiores; o impacto da nova revolução tecnológica sobre a produção e socialização do conhecimento e formação de profissionais – o papel do professor como apenas repassador de informações atualizadas está no seu limite, uma vez que diariamente estamos sujeitos a ser

surpreendidos com informações novas de que dispõem nossos alunos; o apelo da UNESCO na Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI (1998) – tem demonstrado a atualidade do debate sobre a competência pedagógica e a docência universitária. Este mesmo autor classifica em quatro pontos as mudanças no ensino superior: no processo de ensino; no incentivo à pesquisa; na parceria e co-participação entre professor e aluno no processo de aprendizagem; no perfil do professor, de um especialista que ensina para um profissional da aprendizagem.

Aos poucos fui ganhando espaço na universidade, fui me construindo como profissional no campo da docência universitária e fui, aos poucos, percebendo que o campo científico é um espaço propício para o jogo de poder, um espaço velado de lutas pela aceitação e pelo reconhecimento (BOURDIEU, 1997). A forma que reveste a luta científica e política depende da estrutura do campo, da distribuição do capital específico de reconhecimento científico entre os participantes na luta. Eu via, de um lado, os professores experientes, numa posição, mais ou menos, de dominantes e, de outro lado, os professores novatos, como dominados, inclusive eu, por não possuir experiência no magistério superior e, por isso, possuir menor capital cultural em relação aos que já tinham estabelecido a ordem de dominação no campo.

Essa foi, sem dúvida, uma das experiências profissionais mais árduas de minha vida, principalmente porque me faltava a formação necessária para a docência universitária. Concordo com Masetto (2003) e Gil (2010), quando dizem que durante muito tempo no Brasil prevaleceu a crença de que “quem sabe sabe ensinar” e “o bom professor nasce feito” e, por isso, a formação do professor universitário esteve, por muito tempo, determinada, principalmente, pela competência no exercício da profissão correspondente. Contudo, a realidade mostra que o bom professor não nasce feito, ele precisa se fazer diuturnamente, aperfeiçoar-se constantemente e adotar sempre uma postura de criatividade e inovação no exercício da profissão.

Continuando minha trajetória, fui, então, buscar novas possibilidades na Universidade Católica de Brasília, ao realizar um curso em nível de Especialização *latu senso*. Era um curso a distância, mas não na plataforma *moodle*, como são ofertados a maioria dos cursos em EAD. Os alunos recebiam o material impresso para estudar, e as dúvidas eram tiradas por telefone, ou, eventualmente, por e-mail. O curso em Filosofia e

Existência talvez não tenha me dado subsídios suficientes para o exercício da docência universitária naquele momento, porém não posso dizer que não foi importante. É provável que a grande contribuição que pude receber desse curso foi o despertar para a ética como parte da filosofia prática a serviço da vida, em especial a serviço da educação. Eu reafirmava um olhar mais aprimorado para a dimensão humana e social da educação; a educação vista, percebida e manifestada como um ato político, como defende Freire (1982).

Em 2001 ingressei no Mestrado em Educação na Universidade Católica de Brasília, com a intenção de pesquisar o tema “a ética na avaliação da aprendizagem no contexto das novas competências”. Ficava mais forte o interesse em pesquisar sobre a ética na educação, devido à minha experiência na docência, tanto na educação básica quanto na educação superior. As leituras realizadas nessa área me proporcionavam uma compreensão da função social da educação na construção de um mundo melhor. Porém, um fato novo surgiu no meio do caminho, não como uma pedra, mas como uma possibilidade. Fui convidada pela UCB a participar de um projeto da UNESCO para realizar uma pesquisa sobre escolas inovadoras no Distrito Federal. Foram dez escolas pesquisadas, e dentre estas, uma foi escolhida, com base nos critérios da agência, para se realizar um estudo de caso, que tinha como foco principal, ações realizadas pela escola, junto à comunidade, com o fim de combater o fenômeno da violência escolar. Em meio à pesquisa, eu, em concordância com o orientador, resolvi mudar o tema de minha pesquisa: da “ética na avaliação” para “violência escolar”. O motivo foi conciliar a pesquisa da UNESCO com a minha pesquisa no Mestrado. Então, a minha dissertação teve como tema: “Significações de violência escolar na perspectiva de alunos”, fruto de um estudo de caso realizado em uma escola de Ensino Médio na cidade de Corrente-PI. Embora o tema relacionado à ética tenha ficado de lado, este não ficou esquecido. Ainda pulsava o interesse em pesquisar a função da escola no tecido social do qual se constitui e está a servir. Como determina a Constituição Federal/88 no artigo 205, a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, promovida com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O Mestrado foi concluído em abril de 2004 e, nesse mesmo mês, fui aprovada no concurso público de professor do quadro efetivo da Universidade Estadual do Piauí, lotada no Campus de Corrente-PI. Tomei posse em junho do mesmo ano. A situação era,

portanto, bem diferente de quando era uma professora do quadro provisório; meus colegas me viam com mais respeito profissional, e a universidade também me abria novas possibilidades no exercício da profissão.

Em maio de 2008, a Universidade Estadual do Piauí realizou a primeira eleição para Diretor de Centro e Coordenador de Cursos e, então, fui a primeira diretora eleita do Campus de Corrente. Com isso, a Universidade estava no caminho de fazer valer princípios fundamentais dispostos no Estatuto, tais como: autonomia e gestão democrática e colegiada. A partir do momento em que assumi a direção do Campus, ampliou-se, para mim, a compreensão sobre o funcionamento da instituição: sua estrutura administrativa, a forma como se organiza na capital e nos dezesseis campi expandidos pelo interior do Estado, sua gestão colegiada através dos Conselhos Superiores e suas respectivas competências, a lógica do financiamento e, mais, sua importância social na condição de instituição pública estadual. Apesar das sérias limitações de pessoal, seja de professores, seja de técnicos, limitações de recursos financeiros e patrimoniais, a Universidade tem buscado cumprir sua missão de transmitir e de produzir novos conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

Em 2010 me submeti ao processo seletivo para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação, em nível de Doutorado, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Fui aprovada e iniciei o curso na linha de pesquisa “Formação, Políticas e Práticas em Educação”, tendo como orientadora a professora Dr.^a Cleoni Maria Barboza Fernandes. O tema da pesquisa é “Políticas de responsabilidade social universitária”.

A responsabilidade social é um tema de considerável relevância no campo de pesquisa da Educação, aqui, especificamente, no campo da educação superior. Pode-se dizer que é um tema que surgiu em primeiro lugar na área da Administração, quando se propôs compreender o papel das organizações e suas contribuições para o crescimento econômico e desenvolvimento humano no tecido social do qual também são parte. Partindo desta compreensão, o campo da Educação utiliza-se de alguns conceitos próprios da Administração, da Economia, das Ciências Políticas e da Gestão, para explicar o sentido da responsabilidade social universitária.

O debate sobre responsabilidade social universitária é complexo e apresenta algumas tensões, que, por sua vez, são reflexos das tensões do contexto social. Por um lado, a universidade apresenta uma preocupação com a promoção do desenvolvimento humano e a busca de soluções para os problemas sociais mais urgentes; por outro lado, a internalização de conceitos próprios do campo econômico, como produtividade, eficiência, produtos, conhecimento para fins comerciais, sociedade desenvolvimentista, faz com que esta instituição possa ser vista e percebida como uma instituição produtora de conhecimento para o desenvolvimento econômico, na competitiva lógica do mercado.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de buscar uma melhor compreensão do conceito de responsabilidade social universitária e dos desafios sociais, ambientais, culturais e econômicos, dos quais a universidade precisa dar conta. Em termos teóricos, a contribuição deste estudo reside no entendimento do conceito de responsabilidade social universitária, bem como na compreensão de que as respostas que a sociedade espera da universidade são variáveis no tempo e no espaço, por isso é um conceito social e politicamente construído. Em termos práticos, esta pesquisa remete para a análise de documentos próprios da universidade, como exemplo, os Estatutos, como um conjunto de ideias norteadoras da função social da universidade, através de suas atividades básicas de ensino, pesquisa, extensão e gestão, que explicam como a universidade constrói seu próprio entendimento em torno da compreensão de sua responsabilidade social.

A qualificação do meu projeto de pesquisa para a tese aconteceu em agosto de 2012. Foi exatamente no momento da qualificação que os membros da banca examinadora apresentaram a sugestão de que eu realizasse uma pesquisa em uma instituição fora do Brasil, através do Programa Institucional de Doutorado Sanduíche, promovido pela CAPES. A partir desse dia passei a providenciar junto à CAPES e à Universidade do Porto (UP) em Portugal, a documentação necessária para mais uma etapa acadêmica e profissional. De posse de toda documentação e carta de aceite da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da UP e do professor Dr. António Magalhães fui para Portugal. A ideia surgida foi desenvolver uma pesquisa sobre “A política de responsabilidade social universitária: tensões e desafios”. Esta pesquisa deu origem a um capítulo desta Tese.

Com base nas considerações teórico-práticas e na minha concepção acerca da temática da responsabilidade social universitária, explicito minha tese:

- A responsabilidade social representa as obrigações da universidade para com a sociedade, com o objetivo de promover o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões: social, cultural, ambiental e econômica.

Considero que a universidade do século XXI precisa romper com o paradigma de uma instituição fechada em si mesma, como uma “torre de marfim”; precisa revisitar seu papel enquanto uma instituição que tem contribuído para o progresso da humanidade; lutar por autonomia, no sentido de construir sua identidade institucional; e primar por legitimidade, fazendo cumprir a contento a sua responsabilidade social universitária.

Nesta perspectiva, a universidade precisa exercitar a sua capacidade de gerar e difundir a ciência, bem como colocar em prática um conjunto de conhecimentos (científico, tecnológico, filosófico, artístico), no intuito de contribuir com a comunidade universitária, na proposição da construção de uma sociedade mais democrática e com menos desigualdades socioeconômicas.

CAPÍTULO II

RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA: A PRODUÇÃO DA ANPED, ANPAE E CAPES (2009)

O tema responsabilidade social universitária parece ser, relativamente pouco debatido no Brasil, no campo das produções científicas, visto que os bancos de dados pesquisados para este texto demonstram pouca produção na área. Embora, ainda pouco pesquisada no Brasil, a temática da responsabilidade social universitária tem ganhado espaço e relevância no debate internacional em sobre o papel da educação superior.

Os bancos pesquisados foram três: ANPAE¹, ANPED² e CAPES³. Os critérios de seleção dos bancos de dados basearam-se na importância destes, no que se refere à pesquisa em educação: a ANPAE pesquisa temas relacionados à gestão, e a responsabilidade social é um dos enfoques da gestão universitária; a ANPED, embora pesquise temas diversos do campo da educação, o GT 11 trata exclusivamente de Política de Educação Superior; e a CAPES é banco de dados responsável pela indexação de dissertações de teses dos Programas de Pós-Graduação das IES brasileiras, logo as produções na área da educação estão disponíveis para consultas e estudos. Além de disponibilizar as produções para análise, são bancos de fácil acesso e custo zero para quem se dispõe a trabalhar com o estado do conhecimento.

O critério de seleção do ano 2009 baseou-se no fato de este ano ter ocorrido o Encontro Nacional da ANPAE, que é realizado de dois em dois anos e, por ocasião da seleção dos trabalhos, o Encontro de 2011 ainda não havia ocorrido, logo os documentos não estavam disponibilizados. Então, neste caso, para não haver divergência quanto ao ano das publicações, o ano da ANPED e da CAPES também foi 2009.

Os critérios de seleção das produções foram os seguintes: a busca de dados em torno do tema “responsabilidade social universitária”; a busca de conteúdos relacionado à “história da universidade brasileira”. A responsabilidade social universitária está mais

¹ Associação Nacional de Política e Administração da Educação.

² Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

³ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

diretamente relacionada à gestão da universidade, mas é impossível sua contextualização, sem compreender o debate, em torno da universidade, relativamente à História da Educação Brasileira. Por isso estes dois critérios foram adotados.

Das 41 produções indexadas no banco da CAPES, nove se encontram no ano de 2009, sendo duas teses e sete dissertações. Na ANPED, praticamente nada foi publicado até esse ano sobre o tema responsabilidade social universitária. Foi analisado apenas um artigo com aproximação em termos de conteúdo, mais especificamente sobre a expansão da universidade brasileira. Na ANPAE, os trabalhos sobre o ensino superior são relativamente poucos. Apenas dois artigos versam sobre a responsabilidade social universitária, no ano pesquisado. Assim, o *corpus* de análise são 12 documentos.

O campo está discutindo este tema em, pelo menos, três eixos: a contextualização da universidade na história do Brasil, a responsabilidade social nas corporações e a responsabilidade social universitária, focando, principalmente, a extensão universitária, como fator predominante no processo de comunicação entre a universidade e seu contexto social.

Na Bahia, na cidade de Salvador, há uma instituição denominada Fundação Cairu, na qual há um Mestrado Profissional Interdisciplinar em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social. As dissertações, publicadas na Biblioteca Digital da instituição, em sua maioria versam sobre o tema responsabilidade social, ora no contexto das organizações (administração), ora no contexto da educação e, por vezes, nos dois campos. Uma das dissertações analisadas para este capítulo advém desta Fundação – indexada na CAPES no ano 2009. Embora não tenha sido possível analisar todas as suas produções, já é possível saber que há um debate institucionalizado, em nível nacional, sobre o tema da responsabilidade social universitária.

Este texto tem como objetivo analisar as produções do ano de 2009, publicadas na ANPED e na ANPAE e no banco de teses da CAPES. A metodologia baseou-se na leitura flutuante das produções neles contidas, com a finalidade de delinear o *corpus* de análise, observando a construção de categorias, a abordagem metodológica e as principais conclusões apontadas pelos pesquisadores.

As variáveis, demonstradas em tabelas, analisadas nessas produções, foram: as categorias, o tipo da instituição (particular, federal, estadual), a abordagem metodológica e as principais conclusões apontadas pelos pesquisadores.

2.1 ANÁLISE DAS PRODUÇÕES

Quando se trata do tema responsabilidade social universitária nas produções analisadas no ano de 2009 (ANPED, ANPAE e CAPES), pode-se percebê-las contempladas em três eixos: a contextualização da universidade na história da educação brasileira; a responsabilidade social nas corporações; a responsabilidade social nas universidades. Para melhor abordar este tema, foi necessário sair do campo da educação e adentrar no da administração. Isto porque, para compreender grande parte das questões e fenômenos da educação, é preciso lançar mão de enfoques multi/inter/transdisciplinares e de tratamentos multidimensionais, opinião defendida por André, (2006) e Charlot (2006).

No primeiro eixo, as produções remetem para as seguintes categorias: expansão do ensino superior, qualidade desse ensino, o valor do conhecimento, desenvolvimento econômico, autonomia universitária, formação de profissionais, Reforma Universitária de 68, Reforma Universitária dos anos 90 (FHC) e Reforma Universitária nos anos 2000 (Governo Lula), PROUNI e REUNI.

No segundo eixo, as discussões concentram-se, basicamente, em duas categorias: significado da responsabilidade social nas corporações e sustentabilidade.

No terceiro eixo, aparecem as categorias que caracterizam o tema em estudo: significado da responsabilidade social universitária, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a extensão universitária como fator determinante da responsabilidade social universitária, conforme está demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1: Categorias, bancos e tipos de produção

CATEGORIAS		CAPES				ANPAE		ANPED	
		DISSERTAÇÕES		TESES		ARTIGOS		ARTIGOS	
		N	%	N	%	N	%	N	%
A H i s t ó r i a	Expansão do ensino superior	01	14	--	--	02	100	01	100
	Qualidade da educ. superior	01	14	--	--	02	100	01	100
	O valor do conhecimento	--	--	02	100	02	100	--	--
	Desenvolvimento econômico	--	--	02	100	--	--	--	--
	Autonomia universitária	--	--	02	100	--	--	--	--
	Formação de profissionais	--	--	01	50	01	50	--	--
	Reforma universitária de 68	--	--	01	50	--	--	--	--
	Reforma universitária anos 90	01	14	01	50	--	--	--	--
	Reforma do governo Lula	02	28	01	50	01	50	--	--
	PROUNI/REUNI	01	14	01	50	--	--	01	100
R S C	Conceitos de RS Corporativa	02	28	--	--	--	--	--	--
	Sustentabilidade	02	28	01	50	--	--	--	--
R S U	Conceitos de RSU	04	57	02	100	02	100	--	--
	Indissociabilidade: ensino, pesquisa e extensão	--	--	01	50	--	--	--	--
	Extensão Universitária	05	71	--	--	02	100	--	--
TOTAL		07	100	02	100	02	100	01	100
FONTE: www.capes.gov.br , www.anpae.org.br , www.anped.gov.br									

2.1.1 A universidade brasileira na história

A expansão do ensino superior no Brasil é uma categoria que está presente nas discussões, principalmente em artigos, aparecendo em 100% destes, em 14% das dissertações, mas não aparece nas teses pesquisadas.

A institucionalização da universidade no Brasil nasce com o caráter elitista de formar os filhos dos ricos; com o objetivo de promover o progresso da ciência e da tecnologia; e com as funções de preparar as classes dirigentes e formar professores de nível secundário e superior. Trow (2005) trata dessa questão, discutindo a transição da educação superior da fase em que é conhecida como “sistema de elite” para a fase conhecida como “sistema de massa” e desta para a fase denominada “sistema universal”. A expansão do ensino superior brasileiro não deixa de ser um reflexo da demanda e da pressão social pelo acesso a este nível de ensino. A política de acesso mudou a forma de ingresso dos alunos e,

para atender às demandas, faz-se necessário mais investimento, porque, além da expansão quantitativa, é preciso pensar na qualidade do ensino.

A qualidade da educação superior é outra categoria presente nas produções pesquisadas: 14% das dissertações, 100% dos artigos da ANPED e 100% dos artigos da ANPAE. De acordo com Gomes e Moraes (2009, p. 13), não é possível avaliar sua existência ou falta dela por parâmetro ou padrão de qualidade presente num sistema de elite. Neste caso, alguns fatores podem servir de base para tal avaliação: função atribuída a este nível de ensino no contexto do sistema de massa, as condições da infraestrutura física, os critérios de acesso, os programas de assistência e apoio aos estudantes, a relação professor-aluno, a herança cultural e escolar dos estudantes matriculados, as características sociais, culturais e econômicas da população matriculada. Estes fatores devem servir de parâmetro para avaliar tanto as instituições públicas quanto as do setor privado, observando, principalmente, se o processo de expansão vem sendo atrelado à sua melhora de qualidade ao longo dos anos, ou seja, se as IES estão cumprindo pelo menos uma de suas funções sociais, que é a construção do conhecimento.

O valor do conhecimento produzido nas IES aparece em 100% das teses e 100% dos artigos da ANPAE, expresso como instrumental, utilitário, de valor econômico e social e a serviço do bem comum. Como informa Lyotard (2004), a universidade deve rever seu projeto institucional para se inserir num modelo operacional, pois não há mais lugar para a ciência desinteressada. Neste caso, a universidade deve produzir saber instrumental, utilitário, cujo critério de legitimidade é a operacionalidade. O conhecimento é, pois, aqui entendido como a construção do novo, não uma construção em si mesma, mas devendo ser assimilada e colocada a serviço do bem comum e da equidade social e, por assim dizer, a serviço do desenvolvimento social e econômico do país.

A relação da universidade com o desenvolvimento econômico é uma categoria encontrada somente nas teses, em 100% destas remetendo à compreensão de que o ensino superior é de grande relevância por produzir saber em nome do desenvolvimento social e econômico da nação. As produções tratam da relevância social na e para a economia como estratégia da competitividade. Tanto Teixeira (2009) como Sguissardi (2008) reforçam que o papel do ensino superior, no curso da história, tem sido influenciado significativamente por considerações econômicas.

Para que a universidade cumpra bem o seu papel no desenvolvimento econômico e social, o financiamento não pode ser relegado, tampouco a autonomia. Esta categoria aparece em 100% das teses analisadas. A Constituição Federal/88 trata da autonomia no artigo 207: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. E a LBD 9394/96, artigo 53, também versa sobre a autonomia universitária. Coelho (2004) advoga a importância da autonomia como uma condição da existência da universidade e a realização de seu sentido e finalidade.

Quando se trata de universidade e sua função social, a formação de profissionais constitui-se elemento de significativa importância. Esta categoria aparece em 50% das teses e 50% dos artigos da ANPAE. As produções situam a universidade como *locus* de formação de profissionais, sendo inclusive uma das suas funções sociais, apontadas por Anísio Teixeira (1996).

Da década de 1960 até os dias atuais, o ensino superior tem passado por algumas reformas significativas, visando à modernização da universidade: Reforma Universitária de 68 aparece em 50% das teses. Esta reforma nasceu com a Lei N. 5540/68, intensificando a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, além da expansão de vagas e de estabelecimentos privados. Os anos 1990 são marcados pela reforma do Estado e, conseqüentemente, as mudanças previstas no Plano Diretor da Reforma, apresentado por Bresser Pereira (1995), chegam ao campo da educação. A reforma da educação superior dos anos 1990 é uma categoria que aparece em 14% das dissertações. Inaugura, por assim dizer, um novo paradigma para as políticas públicas, nas quais as regras do mercado se sobrepõem, impulsionando a competitividade e o autofinanciamento.

Sobre as reformas do governo Lula, as produções analisadas apontam um pouco mais, pois é uma categoria que aparece em 28% das dissertações, 50% das teses e 50% dos artigos da ANPAE. Ainda com um tom de crítica, este período é visto, pelo menos nos anos iniciais, como característico do governo anterior, tanto nos aspectos políticos quanto nos administrativos (SILVA Jr. e SGUISSARDI, 2009). Um aspecto importante é destacado sobre este último período: as políticas públicas do Estado voltadas para a inclusão social, clamando os atores para a co-responsabilidade, no enfrentamento das questões sociais. A

análise da Lei N. 11.096/05, que dispõe as diretrizes do PROUNI, e do Decreto 6096/07, que dispõe as diretrizes do REUNI, aparece em 14% das dissertações, 50% das teses e 100 dos artigos da ANPED. São programas que visam a política da inclusão social: PROUNI é o Programa Universidade para Todos e fundamenta-se numa articulação com a política fiscal e o financiamento por meio da renúncia tributária; o REUNI tem como principal objetivo a política de acesso e permanência na educação superior e a qualidade desta, puxando para o viés das universidades federais.

A universidade brasileira vem, ao longo da história, atravessando períodos de grandes mudanças: de instituição da elite para de massa, através do processo de expansão universitária; a primeira LDB, nº 4024/61, estabelece as diretrizes para a educação superior, a segunda LDB, nº 5692/71, não revoga os artigos da Lei anterior sobre este nível, e a atual LDB, nº 9394/96, além de revogar, amplia estas diretrizes na intencionalidade de estabelecer parâmetros para uma universidade moderna, acessível e de qualidade.

2.1.2 Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e Universitária (RSU)

Os conceitos de responsabilidade social corporativa formam uma categoria que aparece em duas dissertações, representando 28% dessas produções. Para Martins (2008), a RSC exige alguns elementos de igual importância para explicar a origem e a evolução de seu conceito: globalização acelerada e o aumento da concorrência empresarial; ameaças de crescimento rápido da pobreza e da exclusão social; avanço do conceito de redes, induzido pela tecnologia da informação e da comunicação; crescimento da consciência ambiental e exigência por ética. As ações de RSC fazem parte da visão e da missão das corporações, buscando promover comportamento ético, comprometido com o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade.

Em decorrência da explicação da RSC, o conceito de sustentabilidade aparece como categoria em 28% das dissertações e 50% das teses. Em Leher (1998), este conceito aparece como uma condição de autossustentabilidade financeira das empresas. Outros autores, como Raiborn e Payne (1990), Faria e Saverbronn (2008) e Daher (2006), explicam que, cada vez mais, empresas se preocupam em fundamentar suas estratégias

como práticas voltadas a orientar suas ações em consonância com as necessidades sociais, constituindo assim, a explicação da RSC.

O fenômeno da RSC deu origem à Responsabilidade Social Universitária (RSU). Conforme explica Tünnermann, no prefácio da obra “Responsabilidad Social Universitaria” de Pernalet e Ortega (2010): o conceito de “responsabilidade social universitária” nasce do conceito de “responsabilidade social empresarial”, entendido como o exercício da cidadania nos setores organizacionais. E complementa dizendo que a RSU trata de dar uma ressignificação à função social e às tradições de serviço social, que, certamente, representam formas concretas de levar à sociedade essa responsabilidade.

Conceitos de RSU aparecem com maior frequência nas produções: 57% das dissertações, 100% das teses e 100% dos artigos da ANPAE. Uma das considerações apresentadas acerca da RSU é que esta deve estar na essência das instituições de ensino superior, por serem consideradas *locus* para a busca de soluções, para a superação dos desafios sociais e para responder às demandas da comunidade em seu entorno. De acordo com Leite (2006), a RSU se traduz na forma como uma instituição conduz suas atividades e como se torna corresponsável pelo desenvolvimento social. Isto significa que a RSU implica ensino de qualidade, pesquisa científica ética, gestão responsável e extensão comprometida com a superação dos problemas sociais

A indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão é uma categoria que aparece em 50% das teses, levando à reflexão de que este tripé é a base para a RSU. Para Wanderley (1998), a universidade é lugar privilegiado para conhecer a cultura universal e as ciências, para construir e divulgar o conhecimento. Por isso, o ensino, a pesquisa e a extensão têm como finalidade contribuir para o desenvolvimento econômico e para a resolução de problemas práticos da sociedade em que a instituição está inserida.

As demais produções tratam a extensão universitária como fator determinante para o exercício da RSU: 71% das dissertações e 100% dos artigos da ANPAE. A extensão possibilita a inserção da universidade na comunidade por meio de programas sociais, visando o fortalecimento da cidadania e o bem-estar da sociedade. De acordo com o Plano Nacional de Extensão Universitária (2001, p. 2): “a extensão universitária é uma atividade acadêmica capaz de imprimir um novo rumo à universidade brasileira e de contribuir significativamente para a mudança da sociedade”.

A universidade, em toda sua existência, sempre teve suas funções associadas ao desenvolvimento econômico, social, cultural e político do país, constituindo-se em espaço privilegiado para a produção e acumulação do conhecimento e a formação de profissionais cidadãos (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2001). A LDB 9394/96, art. 43, versa sobre a finalidade da extensão nas IES: promover a extensão universitária, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

A maioria dos documentos utilizados neste artigo são dissertações, representando 58% do total; as teses são apenas 17%; e os artigos representam 25%, dos quais, a maioria destes, é produzida em instituições públicas. Os artigos advêm de universidades públicas: 67% federais e 33% estaduais. As dissertações estão distribuídas entre públicas (federais e estaduais) e particulares: 57% federais, 29% estaduais e 14% particulares. As teses são 100% de universidades federais, conforme mostra a tabela a seguir.

Tabela 2: Instituições

PRODUÇÕES	INSTITUIÇÕES					
	PARTICULAR		ESTADUAL		FEDERAL	
	N	%	N	%	N	%
ARTIGOS	--	--	01	33	02	67
DISSERTAÇÕES	01	14	02	29	04	57
TESES	--	--	--	--	02	100

FONTE: www.capes.gov.br, www.anpae.org.br, www.anped.gov.br

Estes dados demonstram que as universidades públicas podem estar se posicionando como vanguardistas do debate sobre a responsabilidade social. O fato de o maior número de produções advir de dissertações significa que os mestrados estão se debruçando mais sobre o tema. Não esquecendo, porém, que os programas de doutorado, no Brasil, são em menor número que os programas de mestrado.

É possível realizar pesquisa em educação, embora esta esteja dividida entre dois níveis: o acadêmico, formado pela produção nos programas de pós-graduação das universidades, e o outro campo é formado pela produção em instituições com certa autonomia, como é o exemplo das ONGS's, empresas e institutos de pesquisa (CAMPOS, 2009). Em nenhum dos campos, o rigor e a qualidade podem ser diminuídos, caso contrário

não é possível fazer pesquisa em educação, senão pelas vias da credibilidade e cientificidade.

Quanto ao processo da pesquisa, as produções assumem as seguintes abordagens: qualitativa, quantitativa e qualitativa/quantitativa. A abordagem mais utilizada foi a qualitativa, aparecendo em 67% dos artigos, 57% das dissertações e 100% das teses. O enfoque quantitativo aparece somente nas produções em artigos, representado 33%. E a abordagem qualitativa/quantitativa, na qual o autor utiliza dados das duas dimensões no mesmo trabalho, aparece em 43% das dissertações.

Tabela 3: Abordagem metodológica

PRODUÇÕES	ABORDAGEM METODOLÓGICA					
	QUALITATIVA		QUANTITATIVA		QUALITATIVA QUANTITATIVA	
	N	%	N	%	N	%
ARTIGOS	02	67	01	33	--	--
DISSERTAÇÕES	04	57	--	--	03	43
TESES	02	100	--	--	--	--
FONTE: www.capes.gov.br , www.anpae.org.br , www.anped.gov.br						

A pesquisa em ciências sociais, e, especificamente em educação, geralmente adota o paradigma da subjetividade. Os critérios de validade, fidedignidade e generalização, utilizados pelas “ciências duras”, não são suficientes para explicar as questões e os problemas do campo da educação. No entanto, outros critérios devem ser adotados, como o rigor, a credibilidade, a triangulação de métodos e a validação pelos pares, conforme explica André (2001).

Não há como negar a universidade como *locus* de produção e socialização do conhecimento e de serviços prestados à comunidade, muito menos negá-la como o “motor” no processo de desenvolvimento econômico do país. Por isso, não cabe mais falar em ensino de forma isolada, em si mesmo, porque o que fortalece uma instituição de nível superior é a sua tríplice função: ensino, pesquisa e extensão. É neste contexto que é pensada e idealizada a responsabilidade social universitária.

CAPÍTULO III

POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NA UNIVERSIDADE: CONCEITOS E DESAFIOS

A Educação Superior tem trazido consigo algumas indagações no que concerne ao seu conceito de bem público ou privado. Ela pode ser promovida tanto pelo Estado quanto pela iniciativa privada, o que não significa ora ser bem público, ora ser bem privado. Não se pode negar que a universidade gera capital cultural e social⁴ por meio de suas ações de ensino, pesquisa e extensão, numa perspectiva de gestão socialmente responsável; por isso, é preciso reconhecer a importância da educação como um bem público, independente de ser a instituição de uma ou de outra ordem.

Fazer parte de uma universidade, seja como professor, seja como gestor ou estudante, é algo que desperta o interesse, por melhor compreender a dinâmica desta instituição no desempenho de suas funções básicas e seu papel principal na produção e difusão do conhecimento para o desenvolvimento de uma determinada sociedade. O papel da universidade é desenvolver mentes humanas proativas para o pleno exercício da cidadania, por meio de ações criativas capazes de construir sociedades socialmente responsáveis e economicamente sustentáveis. Todo o seu esforço precisa convergir para a formação de competências, como o respeito pelo outro e pelo planeta, solidariedade humana, espírito de democracia e de coletividade, além de competências técnicas e científicas, no sentido de promover uma melhor formação acadêmica e profissional. Assim, diz-se que universidade tem papel capital na promoção de ações de responsabilidade social, ou seja, ela concretiza seu papel de instituição geradora de conhecimento através da responsabilidade social universitária no processo que inter-relaciona ensino, pesquisa e extensão. Por isso, é válida a afirmação de que a Responsabilidade Social Universitária

⁴ O conjunto de capitais (econômico, social, cultural e simbólico) pode ser compreendido, na concepção de Bourdieu (1997), a partir um sistema de disposições de cultura (nas suas dimensões material, simbólica e cultural, entre outras), denominado por ele *habitus*. Bourdieu entende mais especificamente: o capital econômico (renda, salários, imóveis), o capital cultural (saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos), o capital social (relações sociais que podem ser revertidas em capital, relações que podem ser capitalizadas) e por fim, mas não por ordem de importância, o capital simbólico (o que vulgarmente pode ser chamado de prestígio e/ou honra).

(RSU) é um conjunto de ações coletivas da universidade em prol do desenvolvimento da comunidade e também de seus pares diretos. É um conceito multifacetado, porque está diretamente atrelado ao modelo de universidade e à forma como esta se organiza enquanto instituição, ou seja, como está constituído o *ethos* acadêmico e a governança. A universidade, portanto, acaba por definir a finalidade do conhecimento por ela produzido, quase sempre a partir de pressões do campo social, político e econômico.

Este capítulo é resultado de um estudo teórico em duas perspectivas. A primeira trata da compreensão conceitual de responsabilidade social universitária e da relação dos conceitos com as dimensões do desenvolvimento em quatro aspectos: social, cultural, ambiental e econômico. A segunda parte diz respeito aos desafios da universidade do século XXI, especificamente em se tratando dos compromissos sociais e educacionais no que concerne à sua responsabilidade social universitária. Em capítulo posterior serão apresentados os conceitos de Responsabilidade Social Universitária, a partir do que está posto nos Estatutos de universidades públicas no Brasil e em Portugal, delineados em cada declaração de missão das instituições, como também os desafios de cada universidade delineados pelos objetivos institucionais.

3.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA: PERSPECTIVA CONCEITUAL

A responsabilidade social não é um fenômeno específico do campo da educação e, em especial da esfera universitária; é um conceito que vem se desenvolvendo nos campos das ciências políticas, da economia, da administração e da gestão, sobretudo no âmbito das reformas de Estado, dos sistemas econômicos e dos sistemas políticos.

Os movimentos de reforma do Estado, um pouco por todo o globo, predominantemente instaurados na segunda metade do século XX, caracterizados pela emergência do Estado mínimo, desenvolveram a doutrina da descentralização das políticas sociais e, ao mesmo tempo, a transferência de responsabilidade para organizações da sociedade civil, remetendo para estas, designadamente através das parcerias, a prestação de serviços sociais. Se até o período recente, o Estado era o promotor exclusivo das políticas sociais, esta realidade começou a mudar em função das demandas e pressões advindas das

pessoas e grupos organizados, de organizações transnacionais, como a OCDE e o Banco Mundial, e até mesmo de organismos governamentais, que buscavam novas formas de gestão e novas maneiras de atender às necessidades sociais (ESTIGARA, PEREIRA e LEWIS, 2009; BENTO, 2003). Assim, intensificou-se, nesse cenário, a discussão quanto ao conceito e à tendência da responsabilidade social das empresas e sua forma de concepção nas organizações e, logo em seguida, das universidades. Neste sentido, Pernaete e Ortega (2010) argumentam que seu principal antecedente é a responsabilidade social empresarial, que se introduziu com maior firmeza no momento histórico em que o mundo vivenciava o redimensionamento da globalização. Insistia-se em que as organizações deviam promover práticas adequadas, orientadas ao âmbito social, meio ambiente e direitos humanos, conscientes de que deveriam ir mais além de sua tarefa básica, considerando também os impactos que suas atividades gerariam na própria organização e seus membros, nos grupos de interesse (*stakeholders*) com os quais se relacionavam e na cidadania coletiva.

3.1.1 Conceituando Responsabilidade Social Universitária

A universidade constitui espaço de formação acadêmica, profissional, de produção do conhecimento, também *locus* irradiador de valores de cidadania, geralmente com o objetivo de promover o desenvolvimento, orientado para a promoção social e cultural, para a sustentabilidade e para a economia. Nesse sentido, Macêdo (2005) reitera a ideia de que a universidade não só pode, como deve, cumprir uma missão que ultrapassa os limites da sua finalidade tradicional de produção, reprodução, divulgação e conservação do conhecimento. Requer-se, hoje, da universidade não só a formação profissional tecnicamente qualificada, mas também uma educação que prepare o estudante para o pleno exercício da cidadania; não só a produção do conhecimento científico e tecnológico, mas também que a sua atividade de pesquisa esteja voltada para a resolução de problemas e dê respostas às demandas da comunidade, e que esteja alinhada a um modelo de desenvolvimento que privilegie, além do crescimento da economia, a promoção da qualidade de vida.

Tal como defende Vallaeys (2006), é na universidade que se forma o mais alto nível de qualificação do indivíduo, do ponto de vista técnico e científico, ou seja, o

acadêmico e o profissional como cidadãos, comprometidos com a mudança almejada pela sociedade. O desenvolvimento de competências, para a realização de atividades, de modo a promover somente o crescimento econômico é o tipo de educação baseada na formação do capital humano (SEVERINO, 2008). O cenário da educação superior vem passando por profundas mudanças com a institucionalização do mercado universitário, que se caracteriza pela acirrada concorrência entre as instituições para atrair clientes-consumidores (CALDERÓN, 2006). Portanto, é perceptível a existência de duas lógicas distintas assumidas pela educação superior: a teoria da emancipação humana e a teoria do capital humano. É dentro e na tensão destes modelos de teorias que a universidade parece estar a construir o entendimento de sua responsabilidade social.

Para Herrera (2009), da Global University Network for Innovation/Rede Universitária Global para Inovação (Rede GUNI), a responsabilidade social assume, neste tempo presente, um novo perfil, que transcende o que era comumente denominado relevância social. Essa responsabilidade forma o elo entre o conhecimento gerado no contexto de sua aplicação (conhecimento científico, tecnológico, humanístico e artístico) e as necessidades locais, nacionais e globais. Portanto, inclui uma gama de ações e processos, cujo objetivo é responder às demandas de seu ambiente de maneira adequada e efetiva, especialmente do ponto de vista ético. A gestão socialmente responsável assume um novo paradigma de gerenciamento, para além da simples administração de patrimônio e de atividades acadêmicas da instituição. Nesse sentido, requer maior ênfase no compromisso social e no envolvimento dos pares, para fortalecer e dar continuidade a uma gestão social e politicamente democrática.

Para Calderón (2006), a responsabilidade social universitária diz respeito aos deveres que a universidade tem para com a sociedade que a financia, principalmente na procura de soluções para os principais problemas sociais, a necessidade de uma melhor distribuição de renda e à criação de mecanismos de promoção social de setores historicamente marginalizados. Apesar de acreditar na responsabilidade social universitária como um compromisso firmado onde estão, de um lado, a universidade e, de outro lado, a sociedade, o autor reconhece que este fenômeno ficou em evidência a partir das tendências delineadas pelas estratégias de marketing das instituições de ensino superior do setor privado, uma consequência direta da expansão da responsabilidade social empresarial e do

Terceiro Setor. Sua crítica remete para o modelo de formação do capital humano na universidade, a partir de uma lógica mercantilista, porque este conceito se enquadra na lógica neoliberal e, portanto, responde a interesses de um projeto de sociedade capitalista.

Na visão de Vallaey (2006), a organização de uma gestão universitária socialmente responsável, bem como as funções sociais de ensino, pesquisa e extensão, devem ser delineadas por alguns eixos, sem os quais a responsabilidade social dificilmente se cumpriria: a) garantir a responsabilidade social da ciência; b) promover a formação da cidadania democrática; c) contribuir para o desenvolvimento, por meio da formação do estudante, como agente de desenvolvimento.

A universidade não precisa isolar-se das grandes transformações que estão ocorrendo no mundo, neste tempo de globalização econômica, científica e cultural, porque, quer queira, quer não, é uma instituição que sofre interferências políticas, econômicas, culturais e tecnológicas de seu tecido social. É visível o crescente número de universidades empreendedoras em todas as partes do mundo, onde a maior preocupação, segundo Clark (1998; 2006), é gerir-se de uma forma ativa, menos dependente financeiramente da tutela do Estado, o que exige, de certa forma, a reorganização das instituições, a partir de elementos de sustentabilidade institucional, reforçando um novo caráter organizacional. Com o que não se pode concordar é que devam se restringir a um modelo meramente empresarial, devendo, sobretudo, assumir os desafios econômicos, sociais e ambientais, os quais lhes são impostos na lógica da responsabilidade social universitária.

O termo *universidades mercantis* (Calderón, 2000, p.1) revela a utilização de novas categorias, tais como: *mercado de ensino* e *cliente-consumidor* (grifos do autor); aqui predomina a lógica empresarial, da procura do lucro e, sob esta perspectiva, as universidades mercantis investem onde percebem que há demanda e, portanto, onde podem obter lucro. Isso pode significar um novo paradigma de ensino superior, como o apontado por Amaral e Magalhães (2000), no qual o ambiente social e econômico deixa de ser visto como um conjunto de interesses e passa a ser considerado como uma teia dentro da qual as instituições de ensino superior devem integrar-se se pretenderem sobreviver enquanto organizações. Santos (1994, p.178), quando se refere à responsabilidade social universitária, analisa para além da vertente economicista. Ele se refere à ótica que remete à orientação social e política, perante os problemas do mundo contemporâneo. Porém, não a

isenta da crítica: “uma responsabilidade raramente assumida no passado, apesar da permanência crescente desses problemas”. O desafio, portanto, é encontrar o ponto de equilíbrio entre a sustentabilidade institucional, sob o ponto de vista apenas econômico, e os princípios do empreendedorismo e a responsabilidade social universitária, em seus aspectos: social, cultural, ambiental e econômico.

Na chamada sociedade do conhecimento, parece urgente a necessidade de um entendimento sobre o próprio conhecimento e suas respectivas finalidades frente à RSU. Dois modelos de universidade – humboldtiano e napoleônico – serviram, a partir do século XIX, de referência para tantas outras universidades em quase todo o mundo e, independente do modelo, esta instituição quase sempre foi vista como uma força propulsora na geração do conhecimento. A ideia de universidade de Humboldt, desde a fundação da Universidade de Berlim no século XIX, enfatizava a qualidade da experiência do estudante através da imersão deste numa atmosfera marcada pela procura do conhecimento; a ênfase do conhecimento estava na formação geral e humanística, em vez de na formação meramente profissional. Já o modelo napoleônico, instituído também no século XIX, mantinha a ênfase na cultura clássica, com a missão de manter a estabilidade do Estado e, para isso, a finalidade do conhecimento contemplava fortemente a formação profissional e as competências necessárias para este fim.

A educação superior – um bem público –, seja no campo das instituições públicas, seja no das instituições privadas, não pode perder de vista seu objetivo primeiro: destacar-se pela geração do conhecimento, pela qualidade de seus serviços e, como consequência, pelo desenvolvimento humano, em suas múltiplas dimensões, aqui especificadas: social, cultural, de sustentabilidade e econômica.

3.1.2 Desenvolvimento social

A responsabilidade social das universidades constitui o elo entre o conhecimento gerado institucionalmente e os impactos na sociedade em termos de desenvolvimento. Escrigas e Lobera (2009) consideram importante reconhecer que tipo de conhecimento é necessário, o que está sendo gerado e para que tipo de sociedade isso é feito. O conhecimento produzido com a finalidade de promover o desenvolvimento social

implica, pois, uma universidade capaz de levar os estudantes a desenvolver consciência crítica sobre o mundo no qual habitam e auxiliá-los a melhor antecipar, articular e dar vida a processos alternativos para a construção de sociedades melhores, mais justas e mais democráticas. É, portanto, dever da universidade incorporar em sua agenda a ética do desenvolvimento e buscar o conhecimento da realidade, pois a responsabilidade social diz respeito a uma forma de gestão capaz de assistir aos grupos sociais excluídos pela pobreza, pela fome, pela falta de segurança, pelas enfermidades e pela falta de garantias de seus direitos sociais. Assim, a promoção da RSU passa também pela formação ética dos estudantes, por meio da reflexão e da vivência de experiências de solidariedade e voluntariado com a comunidade (KLIKSBERG, 2006).

3.1.3 Desenvolvimento cultural

Um dos objetivos da universidade é a produção do conhecimento para o desenvolvimento cultural. Por isso, é chamada a contribuir mais diretamente para o desenvolvimento social no campo da ciência e tecnologia, da formação dos futuros cidadãos e da construção de uma nova cultura, que atenda às demandas de seu tempo histórico (GEORGEN, 2008). A universidade, ao longo de sua existência, sempre teve um papel fundamental para o desenvolvimento cultural dos povos, entre outros motivos porque, à semelhança dos espaços de educação que precederam a ela, foram espaços onde os estudantes se reuniam para produzir o saber. A universidade continua a ser um rico espaço de convivência de pessoas e de construção de ideias e de conhecimento, *locus* de produção de pesquisa, para promover a elevação do nível educacional das pessoas, democratizar o acesso à informação e contribuir na busca de soluções para os problemas sociais que mais atingem a humanidade na atualidade.

3.1.4 Desenvolvimento sustentável

Outra dimensão da RSU diz respeito ao conhecimento produzido na universidade para fins de desenvolvimento sustentável. O conhecimento, nessa dimensão,

tem o objetivo de contribuir para a superação das necessidades da atual geração, sem, contudo, comprometer a capacidade de atender às necessidades das gerações futuras. O desenvolvimento sustentável diz respeito à articulação de dois aspectos fundamentais para a conservação da vida no planeta: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. Neste sentido, Escrigas e Lobera (2009) consideram importante que a universidade priorize desenvolver e construir conhecimentos que contribuam para a pesquisa direcionada à sustentabilidade como um elemento vital. Com isso, percebe-se que a universidade precisa antever necessidades humanas, sociais e econômicas, bem como dar prioridade ao valor social do conhecimento na construção de uma sociedade mais colaborativa e menos competitiva.

3.1.5 Desenvolvimento econômico

A universidade como um espaço de criação de conhecimento pode ser encarada como um agente tanto de transformação social quanto de fortalecimento do setor econômico, chegando ao extremo de ser definida por Altbach (2009, p. 32) como “máquinas do desenvolvimento econômico”. Significa dizer, que a universidade tem contribuído para este desenvolvimento, fundando parques científicos e até mesmo investindo em companhias que utilizam o conhecimento por ela produzido. Isso reforça a ideia de que a universidade tem se constituído, no percurso de sua história, como uma das principais instituições em prol do desenvolvimento social, cultural e também econômico. Atualmente, uma das maiores preocupações da OCDE (2010) diz respeito ao financiamento da educação superior, entendido como investimento, no sentido de elevar o nível de desenvolvimento dos países e também responder às mudanças tecnológicas e demográficas que estão a redefinir os mercados de trabalho. Outra preocupação diz respeito às políticas que garantam que as capacidades do ensino superior contribuam para os objetivos econômicos e sociais. O documento do Banco Mundial (1995, p. 14) “La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia” enfatiza a importância da universidade na formação de futuros dirigentes e na preparação das capacidades técnicas de alto nível que constituem a base do crescimento econômico.

Um dos princípios da responsabilidade social universitária é a promoção do desenvolvimento, a partir do conhecimento gerado na universidade, em outros aspectos, para além do aspecto econômico: ou seja, ético, social, cultural e ambiental. Todos estes aspectos são complementares e de igual importância na esfera da educação superior. Por isso a universidade precisa dar conta dos desafios que a ela são impostos, advindos das forças sociais, políticas e econômicas.

3.1.6 Educação Superior, Conhecimento e Desenvolvimento

A grande questão, quando se trata do conhecimento para o desenvolvimento econômico, é o risco de diminuir o valor do desenvolvimento para a promoção social, política e ambiental. Morgado (2009) acentua esta preocupação, argumentando que há uma crescente desvalorização do discurso da democratização, que concebe a educação como um direito social, em prol da retórica da qualidade e da excelência, aqui entendidas como germes de empreendedorismo, e argumentos do contexto econômico, fato que, de certa forma, tem concorrido para reforçar a ideologia meritocrática e transformar a universidade numa entidade competitiva. “A resposta a esta pressão [...] é o domínio que mais dificuldade levanta à universidade”, reconhecem Santos e Almeida Filho (2008, p. 78), principalmente porque a função social da universidade, de contribuir com o desenvolvimento humano, pode ser substituída pela função de atender às demandas do campo econômico; porque a universidade pública entra em concorrência com as instituições privadas, com fins comerciais, distintos dos valores éticos e democráticos; porque os modelos de gestão pública são distintos e negativamente comparados com os modelos privados de gestão; porque a legitimação e responsabilização da universidade, no que se refere a certos interesses empresariais, podem significar a deslegitimação e a desresponsabilização desta em relação a outros interesses e a outros grupos sociais subalternos e populares.

Os sistemas de avaliação institucional geralmente primam pelo objetivo de identificar o significado de atuação da universidade frente ao seu tecido social. Por isso, quase sempre a sua responsabilidade social é avaliada neste processo, que pode assumir pelo menos dois vetores: pode servir para identificar a atuação da universidade no que se

refere ao desempenho de suas funções básicas e, assim, perseguir a qualidade; como também pode servir para identificar os serviços prestados à sociedade, como um mecanismo de prestação de contas a quem a financia. A avaliação vista como uma mera prestação de contas, ou *accountability*, se constitui numa perspectiva de avaliação com uma preocupação com a competitividade internacional e com a eficácia dos investimentos em educação. Para Janela Afonso (2010, p. 148), “os discursos que reclamam a introdução de mecanismos de *accountability* não são necessariamente democráticos, ou não são sempre motivados por razões explicitamente democráticas”. As razões perdem o caráter democrático, porque a avaliação, nesta perspectiva, pode assumir a linha dura de controle, responsabilização e até punição, uma vez que a ênfase está nos resultados quantitativamente apresentados.

Diante disso, uma questão afeta significativamente o *ethos* acadêmico da universidade: a perda de sua autonomia – ou o direito ao autogoverno, democraticamente exercido pelos corpos acadêmicos, sem imposição externa dos poderes governamentais, sem interferências de qualquer instituição estrangeira (RIBEIRO, 1982). Existem partes internas e externas interessadas em seus resultados – são os *stakeholders*: ex-alunos, alunos, docentes, comunidade empresarial, famílias, agências de fomento, governo. Para Magalhães (2004, p. 358-359), “a emergência do conceito de *stakeholder* pode ser vista como um sintoma de mudança de paradigma do ensino superior”, pois “as transformações acontecidas nos últimos trinta anos alteram significativamente os padrões de relação entre as instituições de ensino superior, Estado e a própria sociedade”.

Não se pode negar nem minimizar o valor social e educacional da universidade em toda a dinâmica de seu processo histórico, ainda que entre crises, desafios e busca de proposições para superá-los. “De um jeito ou de outro, quaisquer que tenham sido e sejam as suas marcas dominantes e suas contradições, a universidade sempre se fortaleceu e se transformou, em acordo ou desacordo, respondendo às demandas majoritárias de seu tempo” (DIAS SOBRINHO, 2005, p.32). Herrera (2009) argumenta que, na sociedade contemporânea, a educação superior em geral e a universidade, em particular, assumem funções cada vez mais complexas que podem acrescentar novas dimensões à sua missão na geração de conhecimento. Nesta ótica, a universidade se constitui como centro de

pensamento crítico, porque exerce um tipo de poder intelectual do qual a sociedade necessita para refletir, compreender e atuar.

3.2 COMPROMISSOS SOCIAIS E EDUCACIONAIS DA UNIVERSIDADE: DESAFIOS

O tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo central da responsabilidade social universitária e, de certa forma, define o papel da universidade como espaço de produção e difusão de saber, contribuindo, substancialmente, para o desenvolvimento científico, social, político, econômico e cultural. E, por isso, deve-se manter autônoma e crítica, para assim, dar conta de sua tarefa de preparar a sociedade para viver o paradigma de um mundo globalizado, centrado no conhecimento. A política que instrumentaliza a universidade, segundo Geogen (2006), deseja dar conta do seu compromisso social, privilegiando atividades de ensino e pesquisa que tenham aplicação direta ao contexto social, tendo em vista a superação dos problemas ali encontrados.

Os compromissos sociais e educacionais devem estar contemplados na missão da instituição, e quase sempre estão bem descritos nos seus Estatutos. A questão é definir quais são estes compromissos, quais as estratégias para conseguir firmá-los e mantê-los de pé e quais os recursos necessários para levar adiante o propósito de uma instituição socialmente comprometida. O conhecimento produzido na universidade através da investigação e difundido no tecido social por atividades de ensino e de extensão configura o compromisso da universidade com o progresso da humanidade.

O processo de globalização tem influenciado no modo de se organizar as políticas educacionais, em geral e, particularmente, na organização da universidade. Advindos da ideologia da globalização econômica, política e cultural, as sociedades também se organizam para dar conta de alguns elementos que são especificamente decorrentes deste fenômeno. As exigências econômicas passam a assumir uma dimensão mundial, determinando, quase que exclusivamente, o estilo de vida das pessoas em praticamente todos os países. Diante deste contexto, o Estado perde consideravelmente sua capacidade de governo, devido às pressões externas que sofre. No campo da educação superior, emergem novos conceitos (como competitividade, produtividade, eficiência,

eficácia, gerenciamento, meritocracia, etc.) em torno dos compromissos sociais e educacionais da universidade, porque a educação sente os efeitos da onda globalizadora (MORGADO, 2009). Assim, falar de compromissos educacionais e sociais da universidade significa falar de sua responsabilidade social, como um mecanismo de se fazer presente na construção da sociedade.

3.2.1 Compromissos educacionais

Com o objetivo de prover soluções para os desafios da universidade no Século XXI e colocar em movimento um processo de profunda reforma na educação superior em termos regionais, e até mesmo em nível mundial, a UNESCO tem promovido Conferências, como, por exemplo, a “Conferência Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação”, realizada em Paris em outubro de 1998. Mais recentemente, promoveu a “Conferência Mundial sobre o Ensino Superior 2009: as novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social”. Um dos eixos de suas proposições é a responsabilidade social da educação superior no mundo atual, sob a qual a enfatiza como um bem público; sua responsabilidade como forma de avançar o conhecimento multifacetado; as instituições que a oferecem, como entidades dotadas de autonomia e liberdade acadêmicas devendo promover o pensamento crítico e a cidadania ativa. Ela deve contribuir para a promoção da ética, da paz, da defesa dos direitos humanos e dos valores democráticos. Em linhas gerais, os documentos apontam uma série de compromissos da educação superior no mundo, como recomendações e, ao mesmo tempo, como metas a serem atingidas em prazos mais ou menos preestabelecidos. Nesta perspectiva, cada universidade deve planejar seu ensino, de modo a adaptar-se às exigências mundiais, às nacionais e às locais, estabelecidas pelas vias governamentais e reorientadas, por vezes, por dispositivos legais.

A universidade tem sido, através dos tempos, um espaço importante de debates, de descobertas e de produção de conhecimento. Dias Sobrinho (2005) defende a ideia da universidade como uma instituição que se realiza por meio de práticas humanas, ações constitutivas do ético e do político. Argumenta, entretanto, que se o mundo moderno resultou das revoluções educativa, industrial e democrática, isso, deveu-se muito às

operações de construção e transmissão dos conhecimentos de alto nível, à docência e à investigação a que a universidade tem se dedicado. A universidade tem formado personalidades e produzido conhecimentos; tem sido a instituição social dedicada a desenvolver, através de suas ações, a formação acadêmica e profissional dos sujeitos; tem sido, provavelmente, a instituição, no âmbito da sociedade do conhecimento, que mais, fortemente, tem contribuído para a construção da sociedade do conhecimento; tem sido, em todo o seu tempo histórico, a instituição da cultura. Nesta perspectiva, na visão de Santos e Almeida Filho (2008), a difusão da diversidade cultural e da multiplicidade de formas de ver o mundo é uma missão, uma obrigação, uma responsabilidade do ensino superior.

3.2.2 Compromissos sociais

Georgen (2006) defende o ponto de vista de que, em se tratando da universidade, compromisso social significa o exercício da crítica, da oposição e da resistência, tendo em vista o contexto social mais amplo que envolve tanto a instituição de uma sociedade mais justa e igualitária, quanto à realização integral do ser humano como indivíduo e cidadão. Para o autor, a qualidade das atividades de investigação e de docência é elencada como o primeiro e mais importante compromisso social da universidade, por serem as suas atividades básicas. No entanto, a extensão, que também se configura como uma das atividades básicas da universidade, não chega a ser mencionada pelo autor. Se o foco da responsabilidade social recair sobre o que a universidade sabe, pode e deve fazer, a sua centralidade não se restringe à produção de conhecimentos e saberes e à formação de profissionais, mas, sobretudo, deve abranger a atividade de extensão como uma proposta educativa, articulada à pesquisa e ao ensino. A extensão é também um mecanismo que viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade, configurando, então, a responsabilidade social universitária.

O momento atual exige que a universidade se proponha a superar os desafios a ela impostos e transformá-los em compromissos sociais. De acordo com Santos e Almeida Filho (2008), esta instituição precisa se renovar, no sentido de avançar além do desenvolvimento moral, do cultural e do econômico, para alcançar o verdadeiro desenvolvimento social sustentável. Isso implica construir uma universidade respeitada, de

fato, como instituição profundamente comprometida na produção crítica do conhecimento com elevado valor humano. É também seu compromisso formar pessoas com as competências técnicas necessárias para atender às exigências do campo das profissões, mas com a competência de pensar criticamente sobre a realidade que as circunda.

Neste processo, alguns princípios orientadores das políticas educacionais para o ensino superior são indispensáveis na estruturação, organização e planejamento estratégico da universidade. Santos e Almeida Filho (2008) e Santos (2010) elencam alguns destes princípios, a saber: enfrentar o novo com o novo; lutar pela definição da universidade; reconquistar a legitimidade (acesso, extensão, pesquisa, ecologia de saberes, reforço à responsabilidade social). Só através de um programa de responsabilidade social, a universidade pode lutar por sua legitimidade, sua autonomia e sua posição de vanguarda relativamente às questões próprias de seu tempo, em prol do desenvolvimento.

No plano político, o compromisso social da universidade é tornar-se, de fato, uma instituição de inclusão social (SANTOS e ALMEIDA FILHO, 2008). Na perspectiva de produção do conhecimento, é sua função dominar a ciência do seu tempo no mais alto nível possível de investigação. Assim, uma de suas funções é fazer o maior número possível de cidadãos herdarem o patrimônio artístico, científico e intelectual da humanidade (RIBEIRO, 1982).

A universidade tem o compromisso com seu tecido social e institucional de preparar a humanidade para lidar com as complexidades contemporâneas; buscar alternativas para os problemas sociais mais urgentes; formar profissionais críticos e tecnicamente preparados para uma competente atuação no campo das mais variadas profissões; produzir e disseminar conhecimento para o desenvolvimento social, político e econômico para uma nação economicamente sustentável e socialmente responsável. A essência da universidade é, pois, estar com os pés no presente, mas com os olhos no futuro da humanidade.

CAPÍTULO IV

NATUREZA DA PESQUISA E MÉTODO

4.1 NATUREZA DA PESQUISA

4.1.1 Problematização

A responsabilidade social universitária, tema desta pesquisa, tem representado, em geral, o debate no campo da educação superior e, em particular, tem sido apontada como um dos critérios do Sistema Nacional da Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Basicamente, a RSU representa o conjunto de respostas da universidade para os desafios advindos do campo social no qual está inserida. Tais respostas dizem respeito ao que a universidade deve e pode fazer para contribuir com o desenvolvimento, no campo social, cultural, sustentável e econômico. A universidade socialmente responsável tem como preocupação conhecer e superar os desafios de seu tempo; produzir e difundir conhecimento em prol de uma melhor qualidade de vida das pessoas; sentir-se parte do seu tecido social, com forte sentimento de pertença.

O conceito de responsabilidade social universitária é socialmente construído e politicamente adotado no contexto da instituição, haja vista a diversidade de fins do conhecimento por ela produzido, no sentido de promoção de desenvolvimento. Enquanto alguns autores a discutem como uma forma de promover o incremento social, o sentimento de democracia e cidadania, de inclusão social e garantia de direitos humanos, outros autores apontam a sustentabilidade como uma das maiores preocupações da função social da universidade. Há ainda os que a defendem como uma obrigação da universidade em promover o desenvolvimento econômico. As ideias, ligadas ao debate, sobre o conceito de responsabilidade não são totalmente opostas, mas apresentam alguns pontos de tensão, como, por exemplo: fins da educação superior, fins do conhecimento produzido na universidade, autonomia, *stakeholders*, avaliação e *accountability*, projeto de sociedade, cidadania, lógica do mercado, relevância social, competitividade.

Diante das demandas sociais, a responsabilidade social universitária tem se constituído temática emergente e relevante, no cenário do estudante, muito embora marcada pelo debate, por vezes tenso, em se tratando de sua definição e implicações no próprio contexto interno e externo.

4.1.2 Questões de pesquisa

- Como está sendo construído o conceito de responsabilidade social universitária, no que se refere ao conhecimento e promoção do desenvolvimento em suas múltiplas dimensões?
- Como a universidade dispõe em seu Estatuto as ações de responsabilidade social?
- Como estão sendo operacionalizados os desafios e/ou compromissos da universidade em termos de ensino, pesquisa extensão e gestão, no sentido de atender às demandas educacionais e sociais?

4.2 CAMINHOS DA PESQUISA: QUESTÕES METODOLÓGICAS

4.2.1 Abordagem metodológica

A abordagem de pesquisa escolhida para a realização deste estudo foi a qualitativa, a qual se delineou pela investigação empírica em duas perspectivas: estudo dos Estatutos de universidades públicas portuguesas e de universidades públicas federais brasileiras; e um estudo na Universidade Estadual do Piauí/Brasil. Esta investigação apoiou-se nos princípios da abordagem qualitativa, porque buscou aprofundar-se no mundo dos significados das ações e relações humanas (MINAYO, 1994) e porque envolveu o estudo do uso e coleta de uma variedade de materiais empíricos (DENZIN e LINCOLN, 2006) para, então, entender o significado de responsabilidade social universitária. A abordagem qualitativa, segundo Denzin e Lincoln (2006), entende que a realidade é subjetiva e múltipla, que ela é construída de modo diferente por cada pessoa. Assim é o conceito da responsabilidade social universitária: subjetivo e múltiplo.

Um dos critérios levados em consideração para a escolha desta abordagem foi a sua relevância, em geral, para estudos de cunho social e, em particular, para a pesquisa educacional. No caso específico desta pesquisa, teve-se como objeto de análise os Estatutos de universidades brasileiras e universidades portuguesas, no que se refere ao conceito de responsabilidade social universitária e aos compromissos assumidos tanto em relação ao contexto educacional quanto ao contexto social. Como uma forma de complementar o entendimento acerca dos conceitos e das ações de responsabilidade social universitária e fazer uma inserção empírica no campo do objeto de estudo, foi também realizada uma pesquisa que se aproxima dos princípios de um estudo de caso no âmbito da Universidade Estadual do Piauí/UESPI.

A pesquisa, antes dominada pelas questões de mensuração, definições operacionais, variáveis, testes de hipóteses e estatística, alargou-se, segundo Bogdan e Biklen (1994), para contemplar uma metodologia de investigação que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais. Esta abordagem metodológica, geralmente tende a focar o particular como instância da totalidade social, no sentido de compreender os sujeitos envolvidos e, por seu intermédio, compreender também o contexto (LÜDKE e ANDRÉ, 1986). Foi neste sentido que se desenvolveu esta pesquisa, na perspectiva de obter a compreensão do fenômeno da responsabilidade social universitária, a partir de documentos e percepções dos interlocutores da investigação, correlacionando esta temática ao contexto da educação superior. Por isso, as questões formuladas para este tipo de pesquisa, segundo Bogdan e Biklen (1994), geralmente não são estabelecidas a partir da operacionalização de variáveis, mas, sobretudo, se orientam para a compreensão dos fenômenos, no sentido de adentrar em sua complexidade e em seu acontecer histórico.

Lüdke e André (1986) buscam os fundamentos da pesquisa qualitativa nos estudos de Bogdan e Biklen (1994), os quais citam cinco características desse tipo de investigação: o ambiente natural é a fonte direta dos dados, e o investigador é o instrumento principal; trata-se de uma investigação descritiva; o significado tem importância vital; os investigadores tendem a analisar seus dados de forma indutiva; interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados obtidos.

Na perspectiva da abordagem qualitativa, esta pesquisa teve como base a investigação acerca da responsabilidade social universitária, com ênfase nos Estatutos de universidades públicas brasileiras e portuguesas e na gestão da Universidade Estadual do Piauí.

4.2.2 Cenários da pesquisa

4.2.2.1 Portugal

Portugal é um país-membro da União Europeia e, portanto, busca desenhar a gestão e o currículo da educação superior, com vistas à uniformização proposta por esta entidade. A ideia da União Europeia é criar um espaço universitário europeu, que, embora pesem as especificidades de cada país, deve ter regras comuns quanto às estruturas curriculares, sistemas de certificação e de avaliação (SANTOS e ALMEIDA FILHO, 2008). O Processo de Bolonha – marco regulatório da reforma institucional do ensino superior na Europa, subscrito em 1999 – é também responsável pelo delineamento da educação superior em Portugal.

O sistema de ensino superior em Portugal é um sistema binário, que integra universidades e institutos politécnicos, com estruturas de organização e dimensão diversificadas e de diferentes naturezas jurídicas; é constituído de 121 instituições (IES). O ensino superior público, incluindo a Universidade Aberta e as instituições militares e policiais, corresponde a cerca de um terço das instituições. As instituições públicas cobrem a totalidade do território nacional, apresentando um padrão mais disperso do que as privadas, as quais se concentram nas grandes áreas urbanas, como Lisboa e Porto (FONSECA, 2012). A Tabela 4 apresenta as universidades públicas nacionais portuguesas.

Tabela 4: Universidades Públicas de Portugal

N	IES
1	ISCTE/Instituto Sup. de Ciências do Trabalho e da Empresa/Lisboa
2	UA/Universidade de Aveiro
3	UAç/Universidade dos Açores
4	UALG/Universidade do Algarve
5	UIB/Universidade da Beira Interior
6	UC/Universidade de Coimbra
7	EU/Universidade de Évora
8	UL/Universidade de Lisboa
9	Uma/Universidade da Madeira
10	UMinho/Universidade do Minho
11	UAb/Universidade Aberta
12	UNL/Universidade Nova de Lisboa
13	UP/Universidade do Porto
14	UTAD/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
15	UTL/Universidade Técnica de Lisboa
TOTAL: 15 UNIVERSIDADES	



Fonte: <http://www.sitesmaisuteis.pt/universidades-publicas.php> Acesso em 29 de abril de 2013.

De acordo com os Estatutos, estas instituições são designadas coletivas de direito público, dotadas de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar.

Os principais objetivos institucionais versam sobre a formação humanista, cultural, artística, científica e tecnológica. Em linhas gerais, têm a preocupação com a formação de quadros e especialistas qualificados, com competências necessárias para contribuir com o desenvolvimento do país e também em nível global. A finalidade primeira destas IES é a transmissão do conhecimento, no intuito de promover educação superior de qualidade através do ensino, da pesquisa e da extensão. São instituições que se dizem atentas às necessidades sociais, por isso, primam pela articulação do estudo, da docência e da investigação, no sentido de se manterem integradas à sociedade. Como traço de responsabilidade social universitária, pode-se dizer que buscam promover uma educação sem fronteiras, ensino de qualidade e prestação de serviços à comunidade.

16	UNIFESP/Universidade Federal de São Paulo	22	UFRN/Universidade Federal do Rio Grande do Norte
17	UFRJ/Universidade Federal do Rio de Janeiro	23	UFPB/Universidade Federal da Paraíba
18	UFES/Universidade Federal do Espírito Santo	24	UFPE/Universidade Federal do Pernambuco
19	UFMA/Universidade Federal do Maranhão	25	UFAL/Universidade Federal de Alagoas
20	UFPI/Universidade Federal do Piauí	26	UFS/Universidade Federal de Sergipe
21	UFC/Universidade Federal do Ceará	27	UFBA/Universidade Federal da Bahia

Fonte: www.mec.gov.br Acesso em 15 de maio de 2013

O ensino superior no Brasil é oferecido por instituições denominadas universidades, centros universitários, faculdades, institutos superiores e centros de educação tecnológica. Esta modalidade de ensino pode ser do tipo bacharelado, licenciatura, formação tecnológica ou cursos sequenciais (formação específica ou complementação de estudos). Os cursos de pós-graduação são divididos em *lato sensu*, Especialização e MBA, e *stricto sensu*, Mestrado e Doutorado (<http://www.brasil.gov.br>).

As universidades fazem parte do sistema federal de ensino, isto é, são mantidas pelo poder público da União. De acordo com o Art. 54 da LDB 9394/96, as universidades gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal.

Em linhas gerais, conforme os Estatutos, apresentam as seguintes características: são instituições federais de ensino superior, pesquisa e extensão e cultivo do saber humano, de natureza autárquica, ou seja, são entidades de recursos patrimoniais e vida autônoma, tuteladas pelo Estado; são vinculadas ao Ministério da Educação; obedecem ao princípio da gratuidade; gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecem ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme preconiza o Art. 207 da Constituição Federal Brasileira.

4.2.2.2.1 Universidade Estadual do Piauí (UESPI)



As informações sobre a Universidade Estadual do Piauí podem ser localizadas no Estatuto, no Regimento Geral, no site oficial da Instituição: www.uespi.br

Figura 1: Universidade Estadual do Piauí – Teresina/PI.

Os primeiros passos concretos para a criação da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), com sede em Teresina, foram dados em 1984, por intermédio da Lei Estadual nº 3.967, que instituiu a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí (FADEP), entidade mantenedora dos Centros de Formação de Recursos Humanos para o ensino da rede pública estadual em nível superior, Centro de Teleeducação e Centro de Pesquisa. Em 1985, através do Decreto Federal nº 91.851, foi autorizado a funcionar o Centro de Ensino Superior, com os cursos de Pedagogia, Ciências (Matemática e Biologia), Letras (Português e Inglês) e Administração.

Com uma estrutura de cursos superiores já em funcionamento, o Poder Executivo Estadual aprovou a Lei nº 4.230/88, com o objetivo de criar as condições necessárias para a instalação da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Em 1993, através de Decreto Federal, a Universidade foi autorizada a funcionar como uma instituição *multicampi*, criando, portanto, unidades em Teresina, Picos, Floriano, Corrente e Parnaíba. Em 1999, foi aprovado o seu primeiro Estatuto. Em 1992, foi aprovado o Plano de Carreira e realizou-se o primeiro concurso público para docente do Centro de Ensino Superior do Piauí (CESP) e, conseqüentemente, o enquadramento dos professores que lá se encontravam, remanescentes dos quadros da Secretaria Estadual da Educação, Secretaria da Administração e Fundação CEPRO.

A Universidade Estadual do Piauí conta hoje com 16 *Campi*, instalados em todo o Estado, além de 25 Núcleos Universitários. Em 2005 foi realizada a primeira eleição para Reitor e Vice-Reitor. Ainda nesse ano, a Universidade aprovou e implantou a reformulação do Plano de Cargos, Carreira e Salário de seu corpo docente. A professora Valéria Madeira Martins Ribeiro (reitora) e Carlos Alberto Pereira da Silva (vice-reitor) foram os primeiros gestores eleitos pela comunidade universitária.

A estrutura da administração superior da Universidade Estadual do Piauí compreende órgãos de deliberação e órgãos executivos. Os órgãos de deliberação são: Conselho Universitário; Conselho de Administração e Planejamento e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Os órgãos executivos são: Reitoria; Vice-Reitoria e Pró-Reitorias: Ensino e Graduação; Pesquisa e Pós-Graduação; Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários; Administração e Recursos Humanos; Planejamento e Finanças.

A Reitoria, órgão executivo da Administração Superior da Universidade, administra todas as atividades universitárias. Com sede no Campus Torquato Neto, em Teresina-PI, é exercida por Reitor, que acumula também o cargo de Presidente da Fundação Universidade Estadual do Piauí.

4.2.3 Técnicas de coleta de dados

Para a realização da pesquisa foram adotadas duas técnicas de coleta de dados: análise de documentos (orientada pelos princípios da análise documental) e entrevista semiestruturada. A análise de documentos foi utilizada com a finalidade de coletar dados dos Estatutos das universidades participantes, através do disposto na missão, objetivos e finalidades, sobre a construção do conceito de responsabilidade social universitária. A entrevista semiestruturada foi realizada com membros do Conselho Superior da Universidade Estadual do Piauí, com a finalidade de coletar dados descritíveis, a partir da linguagem própria dos interlocutores, no que se refere ao papel desta instituição frente à política de responsabilidade social.

4.2.4 Procedimentos e interlocutores

A **análise de documentos** teve como objeto fundamental os Estatutos das universidades⁵ públicas portuguesas, das universidades públicas federais brasileiras sediadas nas capitais dos Estados e da Universidade Estadual do Piauí. O objetivo desta técnica foi coletar, organizar e analisar o que tratam os documentos acerca dos conceitos e das ações de responsabilidade social universitária. O total de universidades estudadas através dos seus Estatutos foi 43: 15 universidades portuguesas; e 27 universidades brasileiras, sendo estas sediadas nos 26 Estados e 1 no Distrito Federal (Brasília) e 1 universidade estadual.

O primeiro passo da utilização desta técnica foi, a partir da seleção dos documentos – os Estatutos – realizar uma leitura do *corpus* de análise, atentando-se

⁵ Em Portugal, as universidades públicas assumem a seguinte modalidade: públicas nacionais. No Brasil, as universidades públicas podem ser: federais (mantidas pela União); estaduais (mantidas pelos Estados) e municipais (mantidas pelo poder público municipal).

principalmente para alguns elementos: a missão, os princípios orientadores e os objetivos e finalidades de cada instituição. A análise destes elementos foi fundamental para se compreender o conceito de responsabilidade social definido por cada instituição, principalmente quando se trata da geração e difusão do conhecimento para fins de desenvolvimento, em suas múltiplas dimensões: social, cultural, ambiental e econômica.

A **entrevista** foi realizada com dez participantes, todos relacionados à Universidade Estadual do Piauí, configurando, portanto, os *stakeholders*:

1. Reitor da Universidade Estadual do Piauí;
2. Pró-Reitor de Ensino da Universidade Estadual do Piauí;
3. Pró-Reitor de Pesquisa da Universidade Estadual do Piauí;
4. Pró-Reitor de Extensão da Universidade Estadual do Piauí;
5. Representante do Conselho Estadual de Educação do Piauí no CONSUN;
6. Representante dos discentes no CONSUN;
7. Representante dos docentes no CONSUN;
8. Representante dos técnicos-administrativos no CONSUN;
9. Representante da Academia Piauiense de Letras no CONSUN;
10. Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa no Piauí (FAPEPI).

Cada entrevista teve como finalidade específica, dentro da temática geral da pesquisa, a gestão da Universidade Estadual do Piauí, do ponto de vista da Responsabilidade Social Universitária.

4.2.5 Critérios de escolha dos cenários e das universidades

Os critérios de escolha dos cenários e das instituições foram os seguintes: como aluna do PPG/EDU da PUCRS em Porto Alegre, a autora participou do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior/PDSE/CAPES/MEC/Brasil, na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto em Portugal; desta experiência nasceu um estudo relacionado aos Estatutos de 15 universidades públicas portuguesas e de 27 universidades públicas federais brasileiras, sediadas nas capitais dos Estados, sobre as construções teóricas acerca da responsabilidade social das universidades; o estudo sobre a

política de responsabilidade social da Universidade Estadual do Piauí surgiu do interesse de melhor compreender a dinâmica de funcionamento desta instituição (na qual a pesquisadora é docente) e suas contribuições no plano de desenvolvimento do Estado do Piauí.

4.2.6 Critérios de escolha dos interlocutores na Universidade Estadual do Piauí

Os critérios de escolha dos sujeitos basearam-se nos seguintes aspectos:

- Reitor: executivo da administração superior da Universidade, gerencia todas as atividades universitárias, sendo é conhecedor da instituição em suas múltiplas dimensões.
- Pró-Reitores: assessores do reitor, responsáveis por coordenar o processo educativo e científico na Universidade, deliberando sobre o ensino, a pesquisa e a extensão e toda a política universitária.
- Representantes de professores, alunos e técnicos, por serem membros do CONSUN e estarem constantemente discutindo a política universitária da UESPI, além de serem atores, lidando diretamente com os processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão da universidade.
- Representante do Conselho Estadual de Educação do Piauí, órgão responsável pela avaliação institucional da UESPI, inclusive fazendo cumprir a exigência de avaliar a dimensão da responsabilidade social universitária, tal como recomenda a política avaliativa do SINAES.
- Representante da Academia Piauiense de Letras, por ser membro do CONSUN e, por isso, estar em constante diálogo com a UESPI, sendo capaz de analisar a universidade no que tange ao desempenho de suas funções básicas e ao cumprimento de sua responsabilidade social.
- Presidente da FAPEPI, porque esta é uma agência de fomento à pesquisa, órgão que tem como finalidade promover o desenvolvimento da ciência em todas as suas esferas no âmbito do Estado do Piauí. A FAPEPI financia pesquisa da Universidade Estadual do Piauí, Universidade Federal do Piauí, Instituto Federal do Piauí e Embrapa Meio Norte (Teresina). Por isso, é capaz de avaliar a responsabilidade

social da UESPI, com base no foco dos projetos submetidos aos editais da agência.

4.2.7 Análise dos dados

Os dados foram estudados com fundamento na técnica de análise de conteúdo, principalmente a partir da teoria de Bardin (2011)⁶, levando-se em consideração a análise de categorias, as quais tiveram a finalidade conduzir à compreensão da responsabilidade social universitária, a partir do que está por trás dos textos: os escritos, no caso os Estatutos, e os falados, ou seja, as respostas das entrevistas. Estes textos são elaborados, carregados de significados sociais, políticos, culturais e econômicos, por isso, foi preciso considerar a natureza de sua produção. A ideia foi realizar uma interpretação apropriada do que está posto nos documentos e no que foi dito pelos interlocutores.

O caminho operacional foi conduzido, considerando três fases de igual importância.

- 1ª fase:
 - Leitura flutuante dos Estatutos, principalmente a missão, objetivos, princípios e finalidades da instituição;
 - Identificação de como a instituição se manifesta quanto à produção do conhecimento para fins de desenvolvimento;
 - Identificação da responsabilidade social da universidade quanto ao ensino, pesquisa, extensão e gestão.
- 2ª fase:
 - Definição das categorias, principalmente a partir das falas dos sujeitos participantes;
 - Identificação das unidades de registro e das unidades de contexto, ou seja, o texto e o seu significado manifesto;
 - Descrição analítica orientada pelo referencial teórico, principalmente o conceito de responsabilidade social universitária, os desafios e

⁶ Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro.

compromissos da universidade e o conhecimento para o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões.

- 3ª fase:
 - Interpretação dos textos para a compreensão do contexto;
 - Condensação e destaque das informações;
 - Análise reflexiva, crítica e sistematizada, sem abrir mão dos critérios de validade e confiabilidade, como exige uma pesquisa séria e ética.

O cuidado com a descrição e a execução de cada fase detalhadamente caracteriza-se como forma de gerar confiabilidade e validade (BARDIN, 2011). A pesquisa qualitativa, em sua forma interpretativa de tratar os dados, assume a responsabilidade de buscar a compreensão da realidade e nunca a certeza absoluta sobre os fenômenos sociais.

CAPÍTULO V

RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA: CONVERSAS ENTRELAÇADAS

5.1 Resultado da análise dos Estatutos: conceitos de RSU e compromissos das IES

No atual contexto mundial, as sociedades – “aldeias globais” – vivem em constante movimento, e passando por inúmeras transformações de ordem econômica, cultural, social e política, o que, de certa forma, impõe novos comportamentos e novos paradigmas às instituições, ao mercado e à sociedade. No campo da educação e, especificamente, no da educação superior não poderia ser diferente. As relações entre as IES e a sociedade quase sempre se estabelecem de acordo com as tendências advindas das mudanças geradas pela globalização. Na teia de discussões sobre o papel da universidade, frente ao desenvolvimento social, cultural, ambiental e econômico evidencia-se a responsabilidade social universitária, não como um fenômeno emergente, mas como um debate que tem se tornado cada vez mais recorrente na agenda do campo da educação superior. Este capítulo tem o objetivo de apresentar os conceitos de RSU advindos dos Estatutos de IES públicas portuguesas e brasileiras. A primeira parte trata dos conceitos identificados através da missão de cada instituição; a segunda parte trata dos desafios educacionais e sociais em quatro esferas: ensino, pesquisa, extensão e gestão.

5.1.1 Conceitos de RSU

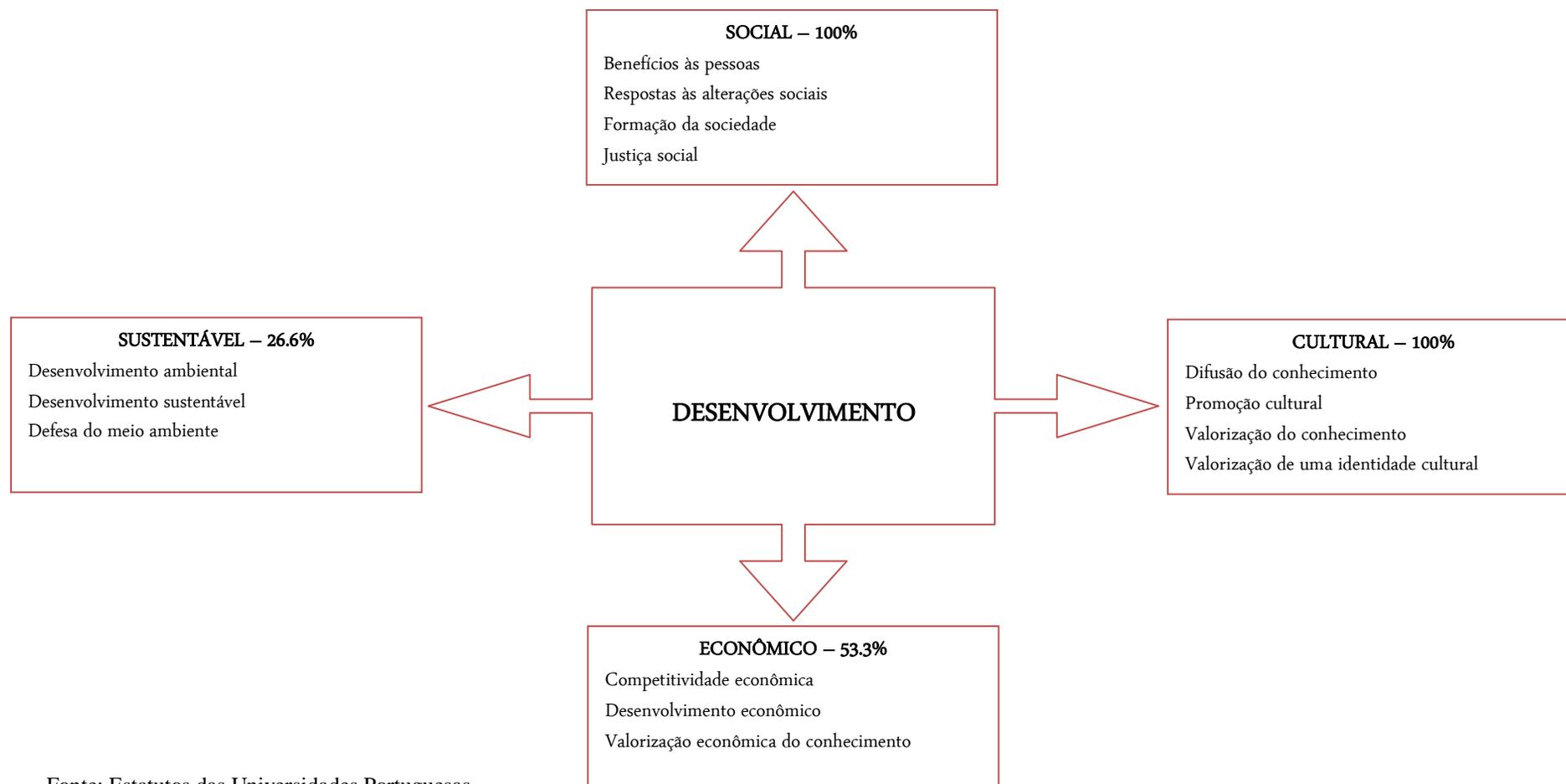
5.1.1.1 Universidades portuguesas

A responsabilidade social universitária diz respeito à maneira como a universidade responde à sociedade através de suas ações, as quais se referem à concretização de sua missão e de seus objetivos, na intenção de contribuir com a construção de uma sociedade politicamente mais democrática, ambientalmente mais sustentável, culturalmente mais preparada e economicamente mais forte. A Figura 2 (p. 65) demonstra o nível de preocupação das IES portuguesas quanto à dimensão do desenvolvimento advindo

da educação superior. O desenvolvimento social e o cultural são apontados em 100% dos Estatutos analisados, enquanto que o desenvolvimento sustentável é apontado em 26,6%, e o desenvolvimento econômico, em 53,3% dos documentos. São dimensões que não se opõem, mas se complementam, no sentido de fazer cumprir a responsabilidade social universitária para o bem da sociedade. Assim, concordando com Vallaeys, Cruz e Sasia (2009), a responsabilidade social universitária está diretamente relacionada aos impactos que a instituição gera em seu entorno, sem, contudo, deixar de considerar a sua identidade, a sua história e o seu contexto.

As proposições dos Estatutos demonstram qual o papel da universidade no processo de desenvolvimento e modernização do país. A Declaração de Bolonha, subscrita em junho de 1998 por 29 países europeus, apresenta em seu texto o objetivo de construir um Espaço Europeu de Ensino Superior coeso, competitivo e atrativo, no contexto de crescente globalização dos sistemas de ensino. A partir desse marco, os países signatários se comprometem em promover reformas de seus sistemas, para, então, dar conta das exigências advindas desse espaço comum. Conhecida como um plano estratégico da União Europeia, a Estratégia de Lisboa, aprovada em março de 2000, tem como objetivo tornar a Europa mais competitiva, com uma economia e uma sociedade assentes no conhecimento. Assim, a universidade se vê pressionada pelas forças sociais, políticas e econômicas a se posicionar como sítio de investigação e produção do conhecimento, e, então, dar conta desses desafios. Nesse sentido, a universidade visa, através de seus Estatutos, a produzir conhecimento para o desenvolvimento, em suas múltiplas dimensões, mas ainda, pode-se percebê-la, um tanto tímida, quando se refere ao desenvolvimento sustentável e ao desenvolvimento econômico, duas dimensões claramente prescritas na Declaração de Bolonha e na Declaração de Lisboa. Talvez esteja na hora de superar o aparente descompasso entre o que está posto internamente como determinação institucional e o que está posto externamente à instituição em documentos que delineiam uma governança em nível macro. Como recomenda a UNESCO (2009), diante da complexidade dos desafios mundiais atuais e futuros, a educação superior tem a responsabilidade social de avançar no conhecimento multifacetado sobre várias questões, que envolvem dimensões culturais, científicas, econômicas e sociais, e na habilidade de responder a tais questões.

RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA: CONSTRUÇÕES TEÓRICAS DAS UNIVERSIDADES PORTUGUESAS



Fonte: Estatutos das Universidades Portuguesas

Figura 2: Construções teóricas acerca do desenvolvimento como forma de RSU

5.1.1.1.1 Desenvolvimento Social

Em se tratando de desenvolvimento social, 100% dos Estatutos apontam para a missão da universidade em contribuir com o contexto social, ou seja, acompanhar o desenvolvimento da sociedade e ajudar, com o conhecimento por ela produzido, a resolver seus problemas fundamentais. As universidades portuguesas chamam a atenção para a questão social, ao se referirem a alguns aspectos, como produzir conhecimento para o benefício das pessoas e da sociedade e para a resolução de problemas que afetam a sociedade; ter a capacidade de resposta às alterações sociais, através do ensino, da pesquisa e da extensão; contribuir para a promoção da justiça social e o respeito dos direitos fundamentais; assegurar a prestação de serviços de ação social escolar que favoreçam o acesso ao ensino superior e à prática de uma frequência bem-sucedida. Vallaeys, Cruz e Sasia (2009), ao se referirem ao desenvolvimento social reportam-se à gestão socialmente responsável da formação acadêmica. Assim, defendem que a formação profissional e humanística deve fomentar competências de responsabilidade de egressos da universidade. Isso implica que a organização curricular tenha estreita relação com os problemas reais (econômicos, sociais, ecológicos) da sociedade, e a aprendizagem seja orientada por projetos de cunho social.

Os Estatutos ainda mencionam outros aspectos desta questão tais como: contribuir para a construção de um modelo de sociedade baseado em princípios humanistas; fomentar o desenvolvimento de um espírito de cidadania assente em valores éticos, de modo a formar indivíduos com espírito cívico e o sentido da participação ativa na construção de um projeto intersubjetivo comum. Isso demonstra que as universidades estão, de certa forma, preocupadas com o desenvolvimento social em sua missão, e assim, parecem acreditar tal como Georgen (2008), que, se não se respeitar o espaço humano de participação e decisão dos cidadãos, cuja identidade e sentidos transcendem a lógica dos números e dos interesses econômicos, as certezas científicas e a instrumentalização da vida podem ameaçar de morte o indivíduo cidadão. Nesse sentido, o autor parte do princípio de que a construção de uma sociedade mais justa e democrática depende de cidadãos com apurado sentido ético e de responsabilidade social. E ainda a universidade tem o dever de

formar sujeitos críticos, autônomos e socialmente responsáveis, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, de forma socialmente comprometida.

5.1.1.1.2 Desenvolvimento Cultural

O desenvolvimento cultural é uma dimensão diretamente relacionada ao conceito de responsabilidade social universitária e, ao mesmo tempo, uma das maiores preocupações da universidade, tanto que aparece em 100% dos Estatutos analisados. Nesse sentido, os documentos nomeiam como prioridade promover a criação, transmissão, e fusão do conhecimento científico e tecnológico para a sociedade; promover o desenvolvimento de uma cultura humanista, artística, científica e tecnológica de seus estudantes; valorizar sua identidade cultural e responder às necessidades específicas no âmbito da cultura; integrar o processo educacional dos estudantes numa cultura abrangente que inclua as ciências, as humanidades e as artes e se conjugue com uma formação de alto nível, proporcionando-lhes as competências ajustadas às solicitações de uma sociedade em constante evolução. Estas considerações corroboram com o pensamento de Georgen (2008), quando afirma que as instituições de ensino superior são encarregadas de gerar e difundir os conhecimentos e formar profissionais capazes de liderar, nos campos de atuação profissional, o processo de transformação social.

Parece que a universidade em todo o seu tempo histórico tem sido marcada pelo caráter cultural, de formar as classes dirigentes de uma determinada sociedade, de qualificar os profissionais para a atuação no mercado de trabalho e de construir a sociedade do conhecimento. Principalmente, por considerar que a qualidade do ensino superior passa pela construção do conhecimento novo e pela produção, difusão e formação cultural. Neste sentido, Fávero (1999) argumenta que a universidade se projeta como um centro aglutinador e multidisciplinar de produção de conhecimento, de tecnologia e de cultura, ou seja, é uma instituição dedicada a promover o avanço do saber e do saber-fazer, o espaço da inovação, da descoberta; o lugar da pesquisa e de soluções para os problemas que a realidade social apresenta; o âmbito da socialização do saber, na medida em que divulga conhecimentos. Aqui cabe, portanto, uma reflexão sobre o papel da universidade no processo de desenvolvimento em termos culturais, como um espaço de convivência de pessoas e de ideias e como um *locus* de produção de conhecimento e de inovação tecnológica, para, assim, também contribuir para o desenvolvimento social.

Além da difusão do conhecimento, os Estatutos analisados tratam, com certa relevância, da formação de profissionais como um desafio da universidade, qual seja: integrar o processo educacional de seus estudantes numa cultura abrangente que inclua as ciências, as letras e as artes e se conjugue com uma formação profissional de alto nível, proporcionando-lhes as competências solicitadas de uma sociedade em constante evolução. Para Fávero (1999), tal formação deve caracterizar-se como a preparação de sujeitos pensantes, que buscam continuamente novos caminhos. Significa dizer, que a universidade, além de ser uma instância de produção de conhecimento, de cultura e de tecnologia, é também a instituição onde se devem formar pessoas, cidadãos e profissionais. Mais que habilitar os estudantes para o mercado de trabalho, ela deve preocupar-se em formá-los para influir sobre a realidade onde vão atuar numa perspectiva de mudança, a partir de uma visão crítica.

5.1.1.1.3 Desenvolvimento Sustentável

O desafio do desenvolvimento sustentável aparece em 26,6% dos Estatutos estudados, indicando menor frequência desta área do desenvolvimento, e que é tratado em três dimensões: desenvolvimento ambiental, desenvolvimento sustentável e defesa do meio ambiente. Neste sentido, as universidades presentes neste estudo demonstram certa preocupação em primar pelo desenvolvimento ambiental; formar uma sociedade que tenha o saber, a criatividade e a inovação como fatores de crescimento, desenvolvimento sustentável, bem-estar e solidariedade; e contribuir para o desenvolvimento econômico e social para a defesa do meio ambiente assente no conhecimento. O Processo de Bolonha defende a elevação e competitividade internacional do ensino superior europeu, e a Estratégia de Lisboa elenca, como um dos seus objetivos, o crescimento econômico sustentável, mas nenhum desses documentos refere-se claramente, em seus objetivos, ao desenvolvimento sustentável como uma forma de equilibrar o crescimento econômico e bens naturais.

Para Georgen (2008), a ideologia do desenvolvimento focada exclusivamente no campo econômico, ameaça provocar o colapso social e ecológico da civilização. E reportando-se à universidade, considera que esta instituição necessita conscientizar-se de que o desenvolvimento mecânico e linear, voltado unicamente para o crescimento

econômico, deve transitar para uma abordagem mais ética e social. Nesse novo paradigma, o desafio da universidade é encontrar o ponto de equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, social e o ambiental. Dessa forma, o conceito de desenvolvimento sustentável precisa fazer parte da agenda das universidades e das atividades acadêmicas, no âmbito da pesquisa, da docência, da extensão e mesmo das atividades culturais. Para Vallaey, Cruz e Sasia (2009), o conceito de responsabilidade social que melhor se aplica é o de desenvolvimento sustentável, implicando assim, uma maior preocupação com as consequências ambientais e sociais da atividade humana ou das organizações.

5.1.1.4 Desenvolvimento Econômico

A responsabilidade social universitária também diz respeito à promoção do desenvolvimento econômico. Nos Estatutos analisados, esta dimensão atinge 53,3%, precisamente em três perspectivas: promover o desenvolvimento no sentido de contribuir para a competitividade da economia nacional através de uma cultura de empreendedorismo e inovação; transferência do conhecimento em prol do desenvolvimento econômico; dinamizar o desenvolvimento através da produção e transmissão do conhecimento, da difusão da cultura, da valorização social e econômica do conhecimento científico. Isso significa que as universidades parecem estar se adaptando, para dar conta das tendências do campo econômico impostas pela globalização, que, de forma direta, têm afetado o campo da educação, aqui, especificamente, a educação superior.

O conhecimento científico é importante para o desenvolvimento econômico, e a universidade como espaço de pesquisa e inovação tecnológica, se configura como instituição socialmente responsável, para promover uma política pró-desenvolvimento econômico em seu tecido social. É o conhecimento para ser aplicado no campo empresarial, porque, como afirmam Nowotny, Scott e Gobbons (2001), a universidade promove a formação profissional, capacitando seus estudantes a trabalhar de acordo com a demanda das empresas, sendo um local para capacitação de especialistas em número suficiente para sustentar as ciências, a tecnologia e os sistemas de comunicação globalizados. Assim sendo, defendem os autores, a universidade precisa se esforçar para adaptar-se ao paradigma da inovação, numa época de incertezas, na qual a sociedade tem vivenciado uma série de transformações. Nesta posição, está a universidade empreendedora, a qual se

comporta como uma instituição capaz de impor mudanças em sua estrutura e no modo de reagir às demandas internas e externas; uma instituição proativa, com renda diversificada e capacidade fortalecida de administração (CLARK, 1998).

5.1.1.2 Universidades brasileiras

Como se pode observar, 100% das universidades federais brasileiras representadas na Figura 3 (a seguir) demonstram preocupação com o desenvolvimento social e cultural, comparando com o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento econômico. O desenvolvimento econômico aparece em segundo lugar, 37,03%, e o desenvolvimento sustentável atinge apenas 18,5% dos documentos analisados.

RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA: CONSTRUÇÕES TEÓRICAS DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS



Fonte: Estatutos das Universidades Brasileiras

Figura 3: Construções teóricas acerca do desenvolvimento como forma de RSU.

Tal como defende Fernandes (1975), é preciso saber, com plena convicção, como avaliar as funções sociais construtivas da universidade, na perspectiva de defender com responsabilidade e com coragem as posições assumidas. O autor percebe a universidade como uma instituição capaz de articular o jovem com o fluxo da reconstrução social, de servir como verdadeiro fulcro de um estado de participação social consciente e responsável. Assim, a universidade exprime – e ao que parece, continua a exprimir – com mais força, os interesses sociais e culturais de seu próprio contexto. Isso acontece, segundo Ribeiro (1982), porque, por um lado, a cultura sobre a qual a universidade opera é um símile conceitual do mundo, onde se refletem todas as alterações substanciais da vida social; e por outro lado, porque a universidade não atua como um multiplicador passivo de uma cultura exógena, mas tem certa capacidade de nela imprimir a sua marca e de propor projetos de transformação social.

Nos Estatutos, pode-se perceber que a preocupação com o social e o cultural sobrepõe-se as outras dimensões de desenvolvimento, o que pode significar as funções históricas da universidade brasileira: preparar profissionais para atuar no campo profissional; construir uma sociedade letrada; promover o desenvolvimento social e político; contribuir com o progresso da sociedade, com base no conhecimento. A universidade foi e continua sendo uma instituição promotora e gestora do conhecimento e da cultura e uma instituição capaz de dar respostas aos problemas da realidade social.

5.1.1.2.1 Desenvolvimento Social

O desenvolvimento social faz parte da missão de 100% das universidades pesquisadas, conforme consta nos seus Estatutos. As considerações feitas em torno desta dimensão remetem ao seguinte: produção e difusão do conhecimento, visando contribuir para o desenvolvimento pautado na melhoria das condições de vida; estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; formar a consciência cívica nacional, com base em princípios da ética e do respeito à dignidade da pessoa humana, considerando o caráter universal do saber; manter o compromisso com os povos indígenas, reconhecendo a dívida histórica da sociedade brasileira e construindo possibilidades concretas para sua inserção plena na vida

universitária e no exercício da cidadania⁷; ampliar a formação para a solidariedade, na perspectiva da construção de uma sociedade democrática. Parece haver certo clamor em relação ao desenvolvimento social, principalmente quando se trata de assegurar os direitos humanos, o exercício da cidadania e a construção da democracia. Os Estatutos podem estar demonstrando que alguns traços históricos próprios da sociedade brasileira, como a colonização, a ditadura, a desigualdade social e econômica, precisam ser, efetivamente, superados.

Em linhas gerais, pode-se destacar algumas ideias centrais na construção do conceito de responsabilidade social universitária como um compromisso com o desenvolvimento social: a responsabilidade social universitária se enquadra na perspectiva de ampliar as oportunidades de bem-estar e de qualidade de vida da comunidade, respeitando a dignidade e a natureza humana, dando maior relevância ao componente ético do compromisso social (PERNALETE e ORTEGA, 2010); a responsabilidade social universitária significa a busca de soluções para os principais problemas sociais, a necessidade de melhor distribuição de renda e a criação de mecanismos de promoção social de setores historicamente marginalizados (CADERÓN, 2006); a responsabilidade social universitária pode significar o esforço da universidade, nas lutas pela cidadania, para construir um modelo de desenvolvimento integrado que responda às necessidades reais e que incorpore ativamente à sua agenda a ética do desenvolvimento (KILKSBERG, 2006).

A RSU exige participação, compromisso e envolvimento de todas as pessoas que fazem parte da instituição em um projeto de promoção de princípios éticos e de desenvolvimento social equitativo. Enquanto a universidade estiver focada em produzir e difundir conhecimentos para fins de desenvolvimento social, diz-se que está cumprindo boa parte de seu compromisso e justificando sua razão de existir.

5.1.1.2.2 Desenvolvimento Cultural

O desenvolvimento cultural é considerado importante em se tratando da responsabilidade social universitária, em 100% dos Estatutos analisados, principalmente quando se refere à produção e difusão do conhecimento, visando contribuir para o

⁷ A Universidade Federal do Amazonas apresenta no Estatuto, de forma explícita, esta proposta de comprometer-se com os povos indígenas.

desenvolvimento pautado pela melhoria das condições de vida e na formação de uma consciência crítica; ao estímulo à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; a suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional, e a possibilitar a correspondente caracterização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora dos conhecimentos de cada região. Esta preocupação com a dimensão cultural do desenvolvimento tem atravessado os séculos da história da universidade brasileira, e, concordando com Georgen (2008), quando se trata do ensino universitário, é preciso admitir que a educação superior tem como tarefa fazer a intermediação entre o indivíduo e a sociedade, preparando-o em termos de conhecimentos, habilidades e capacidades de aprendizagem ao longo da vida, para atender às demandas do mercado de trabalho.

A formação profissional está fortemente presente na missão dos Estatutos analisados, provavelmente como uma forma de manifestar o compromisso educacional da universidade com o seu tecido social. Não se trata aqui de defender uma formação rasa para atender meramente aos fins comerciais da indústria ou da empresa, mas uma sólida formação, considerando aspectos éticos, técnicos, políticos e sociais; uma formação que passa pelas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, formando o cidadão crítico e com a mente aberta ao novo. Uma universidade fechada em si mesma, como argumenta Fernandes (1975), não é mais necessária, como também, uma universidade apenas como símbolo de progresso e adiantamento cultural. A universidade deve ser, sobretudo, um meio das pessoas avançarem da periferia para o núcleo dos países que compartilham a civilização baseada na ciência e na tecnologia.

5.1.1.2.3 Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento sustentável, embora seja um tema que tem crescido nos debates, quando se trata de responsabilidade social universitária, mostra-se ainda muito incipiente nos Estatutos analisados, com uma frequência de apenas 18,5% e sendo projetado em duas perspectivas: incentivar, promover e estimular o intercâmbio com outras instituições e organizações científicas e técnicas, nacionais e estrangeiras, visando ao desenvolvimento das ciências e das artes, preservando a natureza e interagindo com o ecossistema; educar para a responsabilidade social e ambiental, contribuindo para o

desenvolvimento humano com ética e sustentabilidade. As proposições dos Estatutos são interessantes, mas aparecem timidamente no conjunto dos documentos analisados, demonstrando uma aparente despreocupação em relação ao compromisso da universidade em engajar-se num projeto de sociedade, firmada em princípios de desenvolvimento social sustentável.

Em concordância com Mayor (1998), a educação é a chave do desenvolvimento sustentável, uma educação oferecida a todos os membros da sociedade, de tal forma que cada um se beneficie de maneiras reais de se instruir ao longo da vida. A universidade, como deve ser, na posição de vanguarda do desenvolvimento assente no conhecimento, precisa assumir o compromisso por meio do ensino e da investigação, de propor e executar projetos, que visem a transformação de pensamento e de comportamento dos indivíduos, no sentido de que se possam alcançar soluções racionais visando ao desenvolvimento sustentável. Para Kraemer (2004) e Tauchen e Brandli (2006), a universidade é um agente especialmente equipado para lidar com o desafio do desenvolvimento sustentável. Porque a sua missão é o ensino e a formação de tomadores de decisão sobre o futuro; e porque a sua natureza fundamental de motor do conhecimento lhe imprime um papel essencial num mundo cujas fronteiras se dissolvem a cada dia. E, ainda, o papel de destaque assumido pela universidade no processo de desenvolvimento tecnológico pode e precisa ser o de construir o desenvolvimento de uma sociedade sustentável, justa e democrática.

5.1.1.2.4 Desenvolvimento Econômico

O desenvolvimento econômico, representado em 37,03% dos Estatutos, é também um desafio para a universidade, sendo aqui contextualizado em duas vertentes: compromisso com a democracia social, econômica, política e cultural da sociedade, somando esforço junto às entidades que objetivam a sua implantação; diagnósticos dos problemas e das demandas regionais e nacionais condicionadas pelas políticas da economia mundial, numa perspectiva de construir respostas críticas e significativas de formação profissional e produção científica, artística e cultural para o desenvolvimento social. Aqui, pode-se perceber que o desenvolvimento econômico não é um fim em si mesmo, como preocupação com o crescimento da economia, mas, ao que parece, as universidades estão

propondo conhecimento útil para o desenvolvimento econômico, com o objetivo de promover o desenvolvimento cultural e social.

De acordo com as considerações de Arocena e Sutz (2005), na América Latina, de modo geral (neste estudo, particularmente, em se tratando do Brasil), as consequências da tradição colonial e da inserção periférica na economia mundial contribuíram para que a ciência e a economia crescessem lentamente. Os movimentos de reforma do século XX se fortaleceram nos ideais de desenvolvimento social e, com isso, o ideal de desenvolvimento econômico tornou-se relativamente fraco. Assim, considera-se que a situação da universidade pública merece atenção especial na geração de conhecimento para o desenvolvimento econômico, dada a sua importância como instituição promotora de descoberta e inovação, por meio da pesquisa científica.

Rodriguez, Dahlman e Salmi (2008), ao desenvolverem um estudo sobre o sistema de educação brasileira e a produção de capital humano para o crescimento, defendem a ideia de que o desenvolvimento econômico depende de políticas que promovam investimento em inovação e um ambiente propício para os negócios. O estudo mostrou também que a educação é chave importante no processo de desenvolvimento e crescimento econômico, na medida em que é responsável pela geração de capital humano e pode estar relativamente envolvida com o crescimento. Esta perspectiva de relacionar diretamente a educação com o crescimento econômico do país é proposta tanto do Banco Mundial (de onde os autores escrevem) como da OCDE, organismos, que defendem a ideia de que a universidade deve se posicionar como um espaço para formar o capital humano e promover uma educação para atender à lógica do mercado. A crítica, porém, posiciona-se contra a universidade se colocar à mercê do reducionismo econômico, no momento em que o seu tecido social exige que outras esferas do desenvolvimento sejam postas em questão.

5.1.1.3 Entrelaçando dados

5.1.1.3.1 Conceitos de RSU: Brasil e Portugal

Tabela 7: Dimensões do conceito de RSU: relevância em cada país

Dimensões do conceito	Frequência %	
	Portugal	Brasil
Desenvolvimento social	100	100
Desenvolvimento cultural	100	100
Desenvolvimento sustentável	26.6	18.5
Desenvolvimento econômico	53.3	37,03

Fonte: Estatutos das IES

A partir do que foi analisado nos Estatutos das 15 universidades públicas portuguesas e das 27 universidades públicas brasileiras, os conceitos de responsabilidade social universitária apresentam-se de forma muito semelhante. As dimensões do desenvolvimento assente no conhecimento gerado e difundido na universidade estão assim definidas: em 100% das universidades presentes neste estudo, percebe-se a preocupação com o desenvolvimento social e o desenvolvimento cultural; em se tratando do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento econômico, há uma diferença relativamente pequena, sendo que Portugal parece estar mais avançado nestas questões em relação ao Brasil. O desenvolvimento sustentável aparece numa frequência de 26,6% dos Estatutos das universidades portuguesas, enquanto nos estatutos das universidades brasileiras aparece em apenas 18,5%. O desenvolvimento econômico, em ambos os países supera a frequência do desenvolvimento sustentável, aparecendo em 53,3% nas universidades portuguesas e em 37,03% nas universidades brasileiras. Neste caso, Portugal também demonstra ter maior preocupação com a dimensão econômica do desenvolvimento, em relação ao que é apresentado nos Estatutos das universidades brasileiras presentes neste estudo.

Em contexto de competição global, o ensino superior, como analisam Magalhães e Machado (2013), tem sido identificado como um dos fatores centrais do desenvolvimento social, econômico e cultural das nações. Em se tratando de conteúdo, os Estatutos mais se assemelham que se distanciam em termos de ideais. O desenvolvimento social refere-se às formas de benefício da sociedade, justiça social, ética, cidadania, democracia e melhoria das condições de vida da população. O desenvolvimento cultural remete para formação de uma consciência crítica, formação cultural e profissional e valorização do conhecimento. O desenvolvimento sustentável se apoia na defesa do meio

ambiente. O desenvolvimento econômico refere-se à contribuição com o desenvolvimento regional e nacional, competitividade econômica e valorização econômica do conhecimento.

Um importante desafio da universidade em seu tempo é encontrar o ponto de equilíbrio entre sua capacidade de existência e as demandas advindas do campo social a qual está a servir, seja na área econômica, política, seja ambiental ou cultural. O conhecimento produzido na universidade, através do ensino e da investigação, deve ter como objetivo primeiro promover o desenvolvimento, em suas múltiplas dimensões e, assim, se dispor a contribuir na constituição política e administrativa do Estado e no próprio funcionamento da sociedade.

Diante das demandas sociais, culturais, ambientais e econômicas, que movimentam a sociedade contemporânea, o desafio da universidade, talvez o principal, é se colocar com maior presença e com forte sentimento de pertença social, assumindo de forma imperativa a sua responsabilidade social, por meio de suas funções básicas: o ensino, a pesquisa e a extensão, de forma integrada, visando formação do sujeito em todos os aspectos e em nível mundial. A universidade precisa promover momentos para o debate, priorizando em sua agenda questões relacionadas à legitimidade, à identidade, à qualidade e à função no seu tecido social, o qual está a servir. “A universidade não pode mais ficar presa às teias do passado” (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 32), ou seja, de uma instituição fundada na universalidade e no saber desinteressado. Este tipo de universidade característica dos velhos tempos não corresponde aos dias atuais, época de grande complexidade social, de diversidade dos conhecimentos e de grandes alterações na vida dos indivíduos.

5.1.2 Compromissos das Universidades

Os compromissos das Universidades estudadas através de seus respectivos Estatutos foram divididos, por uma questão didática, em quatro aspectos, uma vez que estes estão entrelaçados no processo educacional das instituições de ensino superior: ensino, pesquisa, extensão e gestão. Pode-se também dizer que são processos, os quais constituem a política universitária estabelecendo vieses da responsabilidade social universitária.

5.1.2.1 Compromissos das Universidades Portuguesas

5.1.2.1.1 Ensino

Os compromissos das universidades portuguesas, no que se refere ao ensino, remetem para as seguintes ações: realizar ciclos de estudos de licenciatura, mestrado e doutoramento, formação pós-doutoral e outras atividades de especialização; ter uma visão integrada de formação e contínuo reequacionamento dos modelos de ensino e aprendizagem centrados no estudante e no contexto de sua preparação para a vida; desenvolver novas metodologias de ensino e aprendizagem, suportadas em tecnologias e sistemas de comunicações inovadores, nomeadamente através de utilização de e-learning⁸ e de campus-wide⁹; promover a formação ao longo da vida; valorizar as atividades dos docentes, estimular a formação intelectual e profissional dos estudantes; assegurar a formação humana ao mais alto nível, nos seus aspectos cultural, científico, artístico, filosófico, técnico e profissional; promover e valorizar a língua e a cultura portuguesas no país e no mundo; promover uma sociedade baseada no conhecimento através de processos de ensino e aprendizagem, investigação e inovação competitivos nacional e internacionalmente; garantir que, a todo tempo, será considerada a especificidade dos estudantes de ensino a distância, através do apoio e enquadramento pedagógico, bem como a salvaguarda dos respectivos direitos; conceber, produzir e difundir recursos educacionais mediatizados e em rede, suscetíveis de utilização por meio de tecnologias de informação e comunicação, destinados ao ensino formal e não formal em qualquer nível.

5.1.2.1.2 Pesquisa

No campo da pesquisa, as universidades portuguesas mantêm os compromissos apresentados nos Estatutos, levando-se em consideração quatro atividades: investigação científica de alto nível, fundamental e aplicada; valorização das atividades dos investigadores, empenhando-se em oferecer a todos um ambiente que combine o rigor

⁸ O *e-learning*, ou **ensino eletrônico**, corresponde a um modelo de ensino não presencial suportado por tecnologia. Atualmente, o modelo de ensino/aprendizagem assenta no ambiente *online*, aproveitando as capacidades da Internet para comunicação e distribuição de conteúdos.

⁹ Sistemas de computador à disposição do público fornecidos em quiosques em campus universitários, onde os usuários podem acessar diretórios, bancos de dados, quadros de avisos, calendários e outros serviços de informação.

intelectual e a ética universitária; promoção de uma sociedade baseada no conhecimento, com os processos de ensino e aprendizagem, investigação e inovação competitivos nacional e internacionalmente; realização de uma investigação competitiva no plano internacional, privilegiando áreas interdisciplinares, incluindo a investigação orientada para a resolução de problemas que afetam a sociedade.

5.1.2.1.3 Extensão

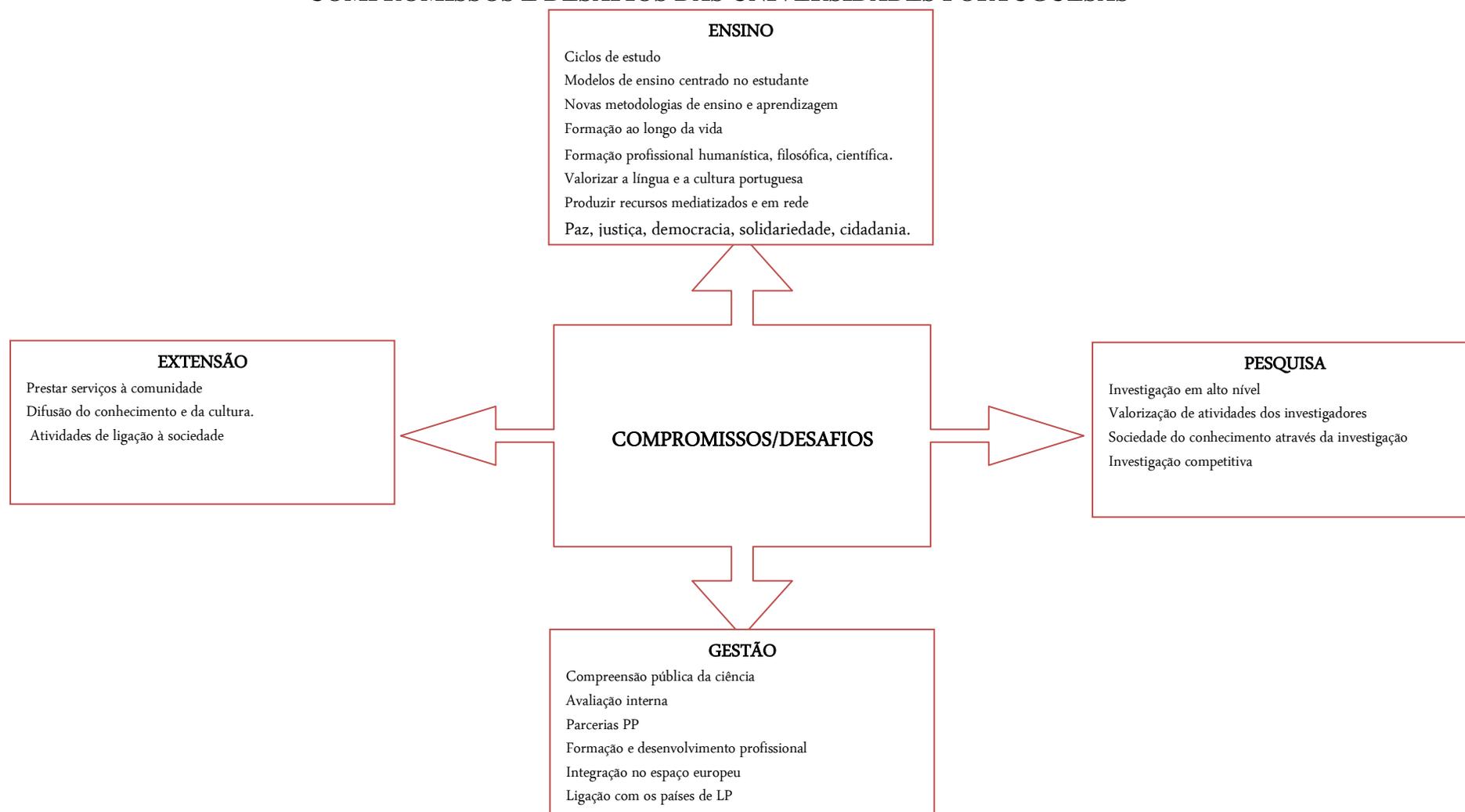
As universidades se propõem a fazer extensão mediante três tipos de atividades: prestação de serviços à comunidade, contribuindo para o desenvolvimento da cidade, da região e do país, e realização de ações de formação contínua; realização de atividades de divulgação científica e de difusão e transferência do saber, com vistas à valorização econômica, social e cultural do conhecimento científico; desenvolvimento de atividades de ligação à sociedade, designadamente de difusão e transferência de conhecimento, assim como de valorização econômica do conhecimento científico e resolução de problemas que afetam a sociedade.

5.1.2.1.4 Gestão

A gestão, mecanismo encarregado de promover as funções básicas da universidade, delinea a política universitária no que tange às atividades de ensino, pesquisa e extensão. No caso das universidades portuguesas, a gestão, como é apontada nos seus respectivos Estatutos, se faz pelas seguintes propostas: contribuir para a compreensão pública da ciência e da tecnologia, promovendo e organizando ações de apoio à difusão da cultura científica e tecnológica, e disponibilizando os recursos necessários para este fim; criar procedimentos e instrumentos de avaliação interna, de garantia da qualidade e de prestação pública de contas baseados em padrões internacionais; organizar parcerias com outras entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, como suporte ao desenvolvimento de sua missão; assegurar as condições para a formação, a qualificação e o desenvolvimento profissional de docentes, investigadores e pessoal não-docente; promover a qualidade de vida e de trabalho dos estudantes, através da ação social e de programas sociais e culturais; instituir prêmios e incentivos destinados a reconhecer o mérito, a distinguir a qualidade e a apoiar atividades que valorizem a instituição nos planos nacional

e internacional; promover a mobilidade efetiva dos estudantes e diplomados, tanto em nível nacional quanto internacional, designadamente no espaço europeu de ensino superior; contribuir para a concretização de uma política de desenvolvimento econômico e social sustentável, assente na difusão do conhecimento e da cultura de serviços especializados à comunidade, em benefício da cidade, da região e do país; criar, por si ou em conjunto com outras instituições públicas ou privadas, tomar parte em, ou incorporar em seu âmbito, entidades subsidiárias de direito privado, como fundações, associações e sociedades, com ou sem fins lucrativos, desde que as suas atividades sejam compatíveis com as finalidades e interesses da universidade; promover e apoiar ações e programas que contribuam para a inserção de seus diplomados no mundo do trabalho e que fomentem o espírito de iniciativa, o empreendedorismo e a competitividade profissional dos diplomados; promover a sustentabilidade institucional e a sua competitividade internacional; contribuir para a difusão e a promoção da sociedade do conhecimento, incentivando a inclusão digital, a transferência e a valorização econômica do conhecimento científico e tecnológico.

COMPROMISSOS E DESAFIOS DAS UNIVERSIDADES PORTUGUESAS



Fonte: Estatutos das Universidades Portuguesas

Figura 4: Compromissos e desafios nas atividades de: ensino, pesquisa, extensão e gestão.

5.1.2.2 Compromissos das Universidades Brasileiras

5.1.2.2.1 Ensino

As universidades brasileiras, relativamente a ensino, versam, como propostas em sua gestão, quatro diretrizes, a saber: estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua; suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente caracterização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; educar para a responsabilidade social e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento humano com ética, sustentabilidade e justiça.

5.1.2.2.2 Pesquisa

As universidades brasileiras, quando se trata da questão da pesquisa, se preocupam em promover a produção e a difusão do conhecimento, visando contribuir para o desenvolvimento pautado na melhoria das condições de vida e a formação de uma consciência crítica; estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico, de forma a gerar, sistematizar, aplicar e difundir o conhecimento em suas várias formas de expressão e campos de investigação científica, cultural e tecnológica; incentivar o trabalho de pesquisa e a investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, promover o entendimento entre o homem e do meio em que vive; estimular o conhecimento dos problemas do mundo atual, em particular os nacionais e os regionais; estimular a excelência acadêmica, mediante o desenvolvimento da ciência, da criação e do pensamento crítico e reflexivo.

5.1.2.2.3 Extensão

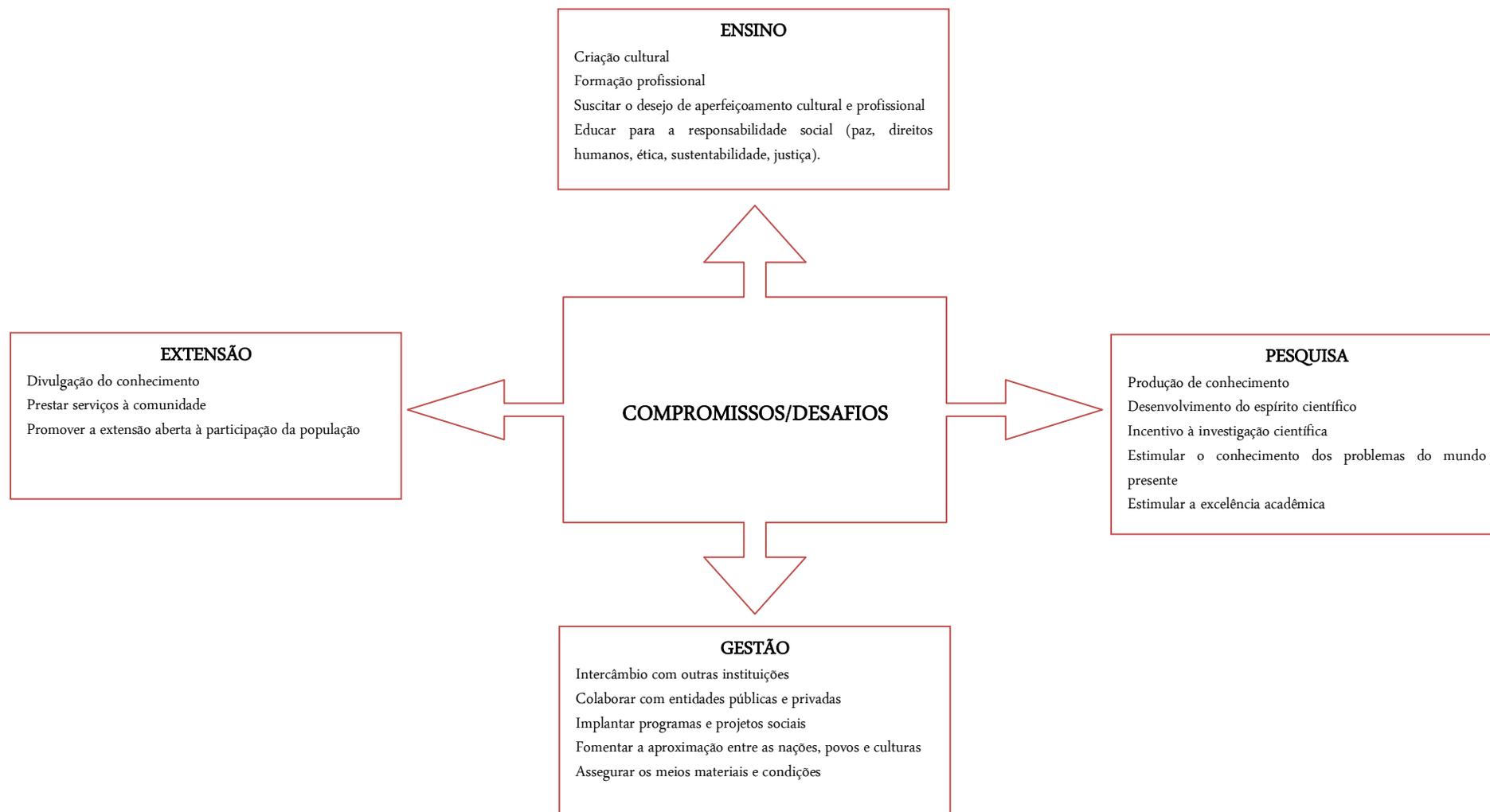
A extensão, tal como proposta nos Estatutos, apresenta-se em três perspectivas: promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; prestar serviços à comunidade e estabelecer com esta uma

relação de reciprocidade; promover uma extensão aberta à população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da cultura e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

5.1.2.2.4 Gestão

No que se refere à gestão das universidades brasileiras, os Estatutos propõem as seguintes ações: incentivar, promover e estimular o intercâmbio com outras instituições e organizações científicas e técnicas, nacionais e estrangeiras, visando ao desenvolvimento das ciências e das artes, preservando a natureza e interagindo com o ecossistema; colaborar com entidades públicas e privadas por meio de estudos, projetos, pesquisas e serviço, na busca de soluções para problemas regionais e nacionais, sem perder de vista os valores éticos, ecológicos, indo ao encontro dos anseios e tradições dos povos da região; prestar serviços à comunidade por meio de programas e projetos sociais e da realização de cursos, eventos e campanhas públicas que envolvam, sempre que possível, parcerias com outras instituições e/ou movimentos sociais organizados; promover a integração cultural na perspectiva da pluralidade dos povos e da sua integração internacional; manter a universidade aberta à participação da população, mediante amplo e diversificado intercâmbio com instituições, organizações e movimentos da sociedade; congrega professores, cientistas, técnicos e artistas, assegurando-lhes os necessários meios materiais e as indispensáveis condições de autonomia e de liberdade, para se devotarem à ampliação do conhecimento, ao cultivo das artes e às suas aplicações a serviço da sociedade.

COMPROMISSOS E DESAFIOS DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS



Fonte: Estatutos das Universidades Brasileiras

Figura 5: Compromissos e desafios nas atividades de: ensino, pesquisa, extensão e gestão.

A educação superior, por todo o globo, encontra-se diante de novos conceitos (como eficiência, governança, competitividade, produtividade), configurando um novo paradigma a ser compreendido e adaptado pela gestão universitária, principalmente por conta das pressões de agências internacionais, como OCDE, Banco Mundial, FMI, as quais defendem que o conhecimento deve ser gerado para atender, em grande parte, às exigências do campo econômico. Não há de se perder de vista que os desafios do governo da universidade são inúmeros e, por vezes, até incompreendidos. Tavares (2011) faz um levantamento de alguns desses desafios: processo decisório e forma de participação por meio de colegiados representativos dos seguimentos da universidade; autonomia universitária, como decorrência lógica dos próprios objetivos e da missão da universidade; sua dimensão política, com fundamentos nas próprias leis de funcionamento e forças específicas que se mobilizam para realizar ou reagir a mudanças; performance institucional, que significa responder com agilidade às demandas efetivas da sociedade; controle institucional e social, que significa que ela deve prestar contas à organização social e criar mecanismos para que isso se torne efetivo, por meio de seus órgãos colegiados, consultivos e deliberativos; indicadores qualitativos e quantitativos, ou seja, promover avaliação e transparência de seus dados, relatórios e realizações; financiamento, como forma de manter sua sustentabilidade; perspectiva de longo prazo, como um meio de construir parâmetros de sustentabilidade e gestão de risco para médio e longo prazo; diferença e diversidade, pois a universidade é um *locus* de conflito, onde a produção do saber exige o cultivo de ideias que transitem entre a dúvida e o dogma.

Outros desafios são postos por Sousa (2011), os quais devem ser enfrentados pelas universidades no contexto atual: necessidade de sobrevivência, de novos caminhos e de crescimento; necessidade de superar as condutas e os modelos conservadores de planejamento para acompanhar as exigências do mundo do trabalho; necessidade de criar mecanismos eficientes nos programas institucionais; acompanhamento da rápida evolução das políticas de governo, tanto nacionais como advindas de agências internacionais. A educação superior enfrenta em seu tempo histórico novas exigências do contexto econômico e social e, por isso, necessita adaptar-se a tais transformações. Magalhães e Machado (2013), Bernheim e Chauí (2008) destacam que a eficiência e a eficácia que estão sendo exigidas da universidade deverão ter em conta o propósito de mudança que

reestabelece o objetivo educacional em que sua identidade institucional se baseia. A universidade encontra-se diante do desafio de interpretar as transformações e as demandas da sociedade contemporânea. Assim, ela necessita assumir uma posição proativa em relação ao seu governo e à sua gestão, assim como à sua posição no sistema de que é parte. A instituição tem também o desafio quantitativo de atender ao número de matrículas, em constante crescimento, sem sacrificar a qualidade inerente à educação superior; o equilíbrio entre as funções básicas de ensino, pesquisa e extensão é também um desafio enfrentado por esse segmento, o qual só poderá ser resolvido se todas as funções concorrerem para alcançar as metas educacionais de formar especialistas e acadêmicos profissionais cuja capacidade e conhecimentos sejam apropriados e, ao mesmo tempo, contribuir para o progresso, a extensão e a disseminação do saber.

O formato da gestão universitária é desenhado nos Estatutos, a partir do que está posto na missão, nos objetivos e nas finalidades da instituição, certamente sendo levadas em consideração as rápidas mudanças ocorridas no campo político, social, econômico e cultural. Frente às mudanças, a política universitária de ensino, pesquisa e extensão também é organizada com base nos valores e crenças idealizados pelos líderes gestores e posta em prática pelas pessoas, que compõem a universidade e por isso, sendo o recurso mais valioso da instituição. Concorda, nesse sentido, Colombo (2011), ao afirmar que as instituições de ensino superior dependem das competências e da performance de suas equipes. Numa perspectiva permeada por conceitos do campo econômico, a autora defende que as instituições prosperam quando profissionais talentosos desenvolvem processos e produtos eficazes, mais competitivos, alinhados às necessidades do mercado e de seus clientes. No sentido inverso, complementa, as instituições podem sucumbir quando há lideranças e equipes ineficazes. A universidade é uma organização. Por isso, defendem Bernheim e Chauí (2008), muitos conceitos e instrumentos que estão sendo transferidos para a sua administração são derivados das teorias mais recentes a respeito da administração das organizações, inclusive os conceitos de estratégia e planejamento. Outros conceitos podem ser adicionados a estes, tais como eficiência, produtividade, cliente, consumidor e prestação de contas. Nesta ótica, percebe-se o organismo como um campo de tensão de ideias por vezes antagônicas e de proposições politicamente construídas, como é o caso do objeto de estudo aqui tratado: a responsabilidade social universitária. A

universidade não é uma empresa, um negócio educacional (com o objetivo de vender um serviço), onde a maior preocupação é com os resultados, a produtividade e a competitividade. Ela é, essencialmente, um espaço irradiador do saber, útil para a promoção do desenvolvimento social, para a superação dos problemas que afligem a humanidade.

Em se tratando de responsabilidade social universitária, entende-se que é preciso conhecer o perfil e a missão educacional da instituição para compreender em que se foca o seu compromisso com o progresso e o desenvolvimento em seu contexto social. A partir dos objetivos e finalidades, é possível identificar os desafios da instituição relativamente a ensino, pesquisa, extensão e gestão, os vieses capazes de delinear a responsabilidade social. A gestão socialmente responsável, segundo Carbonari (2011), diz respeito às atitudes e aos procedimentos de seus gestores que ultrapassam as ações de extensão universitária. Essa gestão envolve planejamento, acompanhamento e avaliação de resultados no sentido de atingir metas e objetivos estabelecidos em seu Estatuto ou Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A universidade está sentindo a necessidade de promover práticas adequadas e orientadas para dar conta dos desafios de seu tempo, quais sejam: sociais, culturais, ambientais e econômicos. Para tanto, tem procurado se organizar para ir mais longe, além de suas tarefas básicas de produção de conhecimento, de formação profissional, considerando também os impactos de suas atividades, gerados em si mesma, em sua comunidade interna e em seus grupos de interesse, os chamados *stakeholders*. Assim, o pensamento institucional deve focar-se nos impactos produzidos pela responsabilidade social universitária, no funcionamento da instituição e na formação acadêmica e profissional. Segundo Vallaeys (2006), estes impactos definem quatro eixos da gestão socialmente responsável, que são: gestão da organização propriamente dita: clima organizacional, gestão de recursos humanos, processos democráticos internos; gestão da formação: organização curricular e metodologias de ensino; gestão do conhecimento: produção e difusão do saber, investigação e modelos epistemológicos; gestão da participação social: desenvolvimento da comunidade. Uma estratégia de gestão de impactos na educação superior está associada ao sentimento de pertença social por parte da universidade e daqueles que dela são parte, o que significa definir em sua missão institucional e fazer valer no âmbito de suas ações o cumprimento daquilo que a sociedade

está demandando. Além da gestão, há a preocupação com as atividades básicas e indissociáveis da universidade: ensino, pesquisa e extensão.

A relação entre extensão e responsabilidade social universitária remete a um componente ético que permite a construção da universidade, desde planejamento, execução de programa, projetos, avaliação que respondam a um modelo educativo com maior sentido de pertença social (PERNALETE e ORTEGA, 2010). Seguindo neste raciocínio, as autoras enfocam ensino e pesquisa. Com respeito ao primeiro, a IES deve promover estratégias pedagógicas portadoras de aprendizagens permanentes e socialmente pertinentes para o desenvolvimento local e global. A pesquisa, como atividade substantiva da universidade, também é chamada a promover transformações, no sentido de contribuir com o desenvolvimento da responsabilidade social universitária. É imperativo impulsionar projetos de pesquisa, enfocando a interdisciplinaridade, desenvolver atividades pedagógicas de pesquisa-ação e estimular a participação dos alunos nessas atividades, articular a agenda de investigação com as demandas sociais, culturais, ambientais e econômicas mais relevantes do entorno.

5.1.3 Compromissos: Brasil e Portugal

Tabela 8: Compromissos: Brasil e Portugal

Aspectos em que mais se assemelham		Aspectos em que mais se diferenciam	
Ensino	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Formação profissional 	Ensino	Portugal: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Valorização da língua portuguesa. ✓ Preocupação com as novas tecnologias no ensino. Brasil: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Educar para a responsabilidade social.
Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promoção da excelência acadêmica ✓ Promoção da sociedade do conhecimento 	Pesquisa	Portugal: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Valorização de atividades dos investigadores – ambiente propício. ✓ Promoção de uma investigação competitiva.
Extensão	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Divulgação do conhecimento ✓ Prestação de serviço à comunidade ✓ Realização de atividades com a comunidade. 	Extensão	Portugal: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Valorização econômica do conhecimento científico.
Gestão	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Realização de parcerias público privadas ✓ Adoção de projetos de desenvolvimento social 	Gestão	Portugal: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Compreensão pública da ciência ✓ Avaliação interna. ✓ Integração no espaço europeu. ✓ Ligação com países de língua portuguesa. ✓ Criação de entidades de direito privado. ✓ Promoção da competitividade e

			<ul style="list-style-type: none"> ✓ sustentabilidade institucional. ✓ Mobilidade no âmbito da EU. Brasil: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Promoção de intercâmbio com outras instituições. ✓ Assegurar os meios materiais e condições de autonomia.
--	--	--	---

Fonte: Estatutos das IES

Os compromissos assumidos pelas universidades portuguesas e brasileiras presentes neste estudo ora se assemelham ora se distanciam, em termos de ideais de educação superior. As dimensões de desenvolvimento estão presentes nos Estatutos no que se refere às funções básicas da universidade, como também as premissas da responsabilidade social universitária, como um conceito política, social e culturalmente construído. Os compromissos igualmente neles presentes são os seguintes: formação profissional, promoção da excelência acadêmica, promoção da sociedade do conhecimento, divulgação do conhecimento, prestação de serviços à comunidade, envolvimento com a comunidade, realização de parcerias público-privadas, adoção de projetos de desenvolvimento social. Isso demonstra uma linguagem semelhante quanto aos rumos da educação superior tanto no Brasil quanto em Portugal. É certo que a universidade enfrenta uma mudança de paradigma, visto que a sociedade se encontra em constantes e rápidas transformações, sejam sóciopolíticas, ambientais, culturais, sejam econômicas. Os desafios para a universidade são múltiplos e complexos, para além de uma abordagem mecânica e linear nos processos de ensino e aprendizagem. A preocupação precisa ser com uma instituição cujos desafios são sociais, culturais, ambientais e econômicos, uma vez que esta precisa dar conta das demandas do campo social, imprimindo em si mesma o sentimento de pertença e de responsabilidade social.

Couto et al (2004) reconhece a universidade como uma organização capaz de contribuir para a acumulação de conhecimento socialmente útil. A abordagem centrada na aprendizagem revela-se frutífera para captar a dinâmica de acumulação de conhecimento da universidade. A acumulação passa a depender não apenas das experiências de aprendizagem associadas a cada função específica, mas também, de forma relevante, do modo como se articulam as três funções básicas: ensino, pesquisa e extensão. A contribuição do ensino para a acumulação de conhecimento processa-se pela criação de capacidades, no processo de aprender a aprender; o recentramento do ensino em torno de problemas induz a desafios importantes no desenho de metodologias, programas e na

organização multi e interdisciplinar do plano curricular. Através da aprendizagem pela pesquisa, a universidade não apenas contribui para a criação de novas ideias, de novo conhecimento codificado, como também para o incremento das capacidades dos investigadores. Dada a necessidade de resposta às procuras sociais de ciência e tecnologia orientadas para a resolução de problemas, a extensão exige uma proximidade da universidade com os utilizadores do conhecimento. Os serviços à comunidade podem, nesse contexto, ser entendidos como a plataforma logística de suporte às conexões com os utilizadores do conhecimento, em prol do desenvolvimento em suas múltiplas dimensões.

Por um lado, a universidade possui atributos singulares para se afirmar como instância de reflexão e de procura de soluções que contribuam para a superação dos desafios atuais (COUTO, et al 2004). Por outro lado, não deve ser desconsiderada a presença da “indústria dos serviços da educação” (BALL, 2007 – grifos nossos), por intermédio das parcerias público-privadas, termo citado nos documentos analisados. Os Estatutos são discursos oficiais da instituição, e discursos são falíveis, segundo Ball (2007), mas particularmente influentes para criar possibilidades para o pensamento e práticas políticas. Tais parcerias podem ser vistas como uma forma de expressar a educação com ênfase no empreendedorismo e no conhecimento como mecanismos para atender, sobremaneira, à lógica do desenvolvimento econômico.

O que mais se destacou em relação aos pontos diferentes dessas entidades ao oficializarem seus discursos nos Estatutos foi a assunção das universidades brasileiras de que devem assumir a educação para a responsabilidade social e que devem também assegurar os meios materiais e condições de autonomia; as universidades portuguesas devem se responsabilizar pela avaliação interna, pela competitividade e pela valorização econômica do conhecimento.

Os conceitos de responsabilidade social encontram-se nos documentos, na missão institucional, tanto nas universidades brasileiras quanto nas portuguesas, quando se referem à finalidade do conhecimento por elas gerado, mas em termos de objetivos e finalidades dos processos (ensino, pesquisa, extensão e gestão), as instituições portuguesas não se referem à educação para a responsabilidade social, como o fazem as brasileiras. A responsabilidade social aqui designada remete à dimensão social e ambiental do

desenvolvimento, no sentido de contribuir com a formação ética, para a paz, para a garantia dos direitos humanos, e para a garantia de sustentabilidade e de justiça.

A outra questão é a busca constante da autonomia universitária. A Constituição Federal do Brasil prevê, no Artigo 207 que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial [...]”. Um direito legalmente fundamentado, mas, ao que parece, a ineficiência da garantia à autonomia demonstra uma universidade em crise, porque esta ainda não consegue se organizar de forma autônoma com seus pares, tal como está dito na letra da Lei.

A preocupação das universidades brasileiras, em relação ao enfrentamento da competitividade internacional, à avaliação institucional (não posta como uma preocupação nos documentos, mas uma realidade através do SINAES) e ao conhecimento, para fins de desenvolvimento e crescimento econômico, parece um tanto tímida, em se comparando com a agenda das políticas universitárias das universidades portuguesas.

Uma explicação para essa realidade é a influência da União Europeia e da Estratégia de Lisboa nas agendas das universidades, não só de Portugal, mas de todos os países-membros da Comunidade. Os documentos comunitários foram refletindo e desenvolvendo esta agenda, sublinhando a importância do investimento no conhecimento e no potencial competitivo advindo às nações e à própria União no seu todo (MAGALHÃES e MACHADO, 2013). O incentivo da competitividade dentro da universidade é, muito provavelmente, um braço do “Estado Competitivo” (Ball, 2007), um agente mercantil no cenário capitalista. Nesse cenário, a educação passa a atender à lógica do mercado; a universidade toma a iniciativa de remodelar a sua gestão e o seu currículo, os quais tomam uma forma eficiente para atender ao mercado de trabalho. Assim, o conhecimento torna-se um agente de desenvolvimento voltado, quase que exclusivamente, para o campo econômico. Para Ball (2007), o neoliberalismo não está lá fora da educação, está dentro das universidades, porque, de certa forma, as políticas universitárias fazem parte do mercado global. Este fenômeno a que o autor se refere é comumente denominado de “economia do conhecimento”, um posicionamento claramente defendido por agências internacionais como, OCDE, FMI e Banco Mundial.

Em decorrência, as universidades, assumindo uma postura de instituições empreendedoras, disparam numa disputa desenfreada para alcançar uma posição cada vez

mais destacada no *ranking* mundial. Quem dita as regras, dita também os critérios de avaliação institucional, critérios esses de tal forma definidos, que resulta mais numa prestação de conta dos resultados, do que o redimensionamento pela busca da qualidade da educação. É o empreendedorismo comercial em detrimento do empreendedorismo social. A avaliação institucional, intensificada, a partir das duas últimas décadas do século passado é, segundo Afonso (2013), apoiada pelo Estado, em decorrência, muitas vezes de agências supranacionais, no sentido de, além da prestação de contas, estabelecer e naturalizar o espírito de competitividade entre alunos, professores, investigadores e universidades. Ball (2010, p. 38) chama esta prestação de contas e a competição nas universidades de “língua franca” de um novo discurso de poder, o qual significa produzir conhecimento para fins mercantilistas. A grande questão não é a universidade abandonar o espírito empreendedor a ela inerente, mas, sobretudo, voltar-se com igual intensidade para outros desafios, quais sejam: éticos, sociais, ambientais, políticos e culturais.

Este é o esforço da responsabilidade social universitária: abrir a universidade para a sociedade e vice-versa, apesar de toda a complexidade que estas duas instâncias envolvem.

CAPITULO VI

RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ: ESTATUTO E ENTREVISTA

6.1 Estatuto da Universidade Estadual do Piauí

6.1.2 Conceito de responsabilidade social universitária

A Universidade Estadual do Piauí/UESPI é uma instituição de ensino superior autorizada pelo Decreto Federal de 1993, na modalidade *multicampi*, com sede na cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, mantida pela Fundação Universidade Estadual do Piauí (FUESPI). Os princípios designados no Estatuto da UESPI não torna clara a ideia de responsabilidade social da entidade, mas trata de suas características institucionais, a saber: autonomia; existência de hierarquia de valores, consubstanciada no princípio do mérito acadêmico e profissional internacionalmente aceito; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; gestão democrática e colegiada; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; compromisso com o desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura. Em se tratando dos princípios, conforme estão no Estatuto, a UESPI demonstra certa preocupação com a dimensão cultural do desenvolvimento.

No item “Finalidade” do Estatuto, a UESPI aponta os rumos de sua missão e, então, aparecem algumas dimensões do desenvolvimento advindo do conhecimento nela gerado. As finalidades da instituição, que podem também ser designadas de compromissos, podem ser assim agrupadas, conforme a dimensão do desenvolvimento, conforme Tabela 9, na página seguinte.

Tabela 9: Conceito de responsabilidade social universitária

Desenvolvimento	Finalidade
Social	Participar na elaboração da Política de Desenvolvimento do Estado do Piauí, realizando estudos sistematizados da sua realidade.
	Prestar serviços à comunidade como atividade indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão.
	Educar para a cidadania, estimulando a atuação coletiva;
	Propiciar condições para transformação da realidade, visando justiça e equidade social.
Cultural	Promover o Ensino, a Pesquisa e a Extensão integrados na formação técnico-profissional e na produção científica, tecnológica, filosófica, artística e cultural.
	Manter intercâmbio cultural e científico com instituições congêneres, nacionais e internacionais, com vistas à universalidade de sua missão;
	Formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, atentando para a formação de professores da Educação Básica.
	Desenvolver projetos de Educação Continuada.
Econômico	Promover sua interiorização de modo racional, atendendo aos anseios e necessidades locais e regionais respeitadas suas condições sócioeconômicas e culturais.

Fonte: Estatuto da Universidade Estadual do Piauí

Os compromissos definidos como finalidades no Estatuto tratam basicamente da responsabilidade social universitária enquanto desenvolvimento social e cultural, como sendo suas principais preocupações. O documento não trata especificamente sobre a dimensão do desenvolvimento sustentável e, quando trata de desenvolvimento econômico, trata-o de forma incipiente, sem muita propriedade que é quando assume o compromisso de promover sua interiorização respeitando as condições sociais, econômicas e culturais do Estado. A relevância do desenvolvimento econômico é, relativamente pouca, já que este aspecto aparece como uma preocupação conjugada com a preocupação com o desenvolvimento social e cultural, anteriormente já mencionadas de forma mais detalhada no próprio Estatuto. A Declaração sobre a Educação Superior (1998) trata sobre o conceito de pertinência como um fenômeno que reflete a complexidade e abrangência da missão social da educação superior. A pertinência, aqui referida, deve ser avaliada em função da adequação entre o que a sociedade espera da universidade e o que ela faz. Portanto, a UESPI precisa estar atenta ao que diz o seu Estatuto, às demandas advindas de seu contexto social, ao que ela realmente está fazendo para cumprir sua missão, no exercício de suas funções básicas. Precisa, sobretudo, pensar em alternativas para: aprimorar a qualidade de sua educação, vencer os desafios de seu tempo, cumprir com o seu papel de agente importante na geração de conhecimento para fins de desenvolvimento.

6.2 Entrevistas: falam os interlocutores

Todos os participantes desta investigação, na condição de interlocutores desta entrevista, são membros do Conselho Universitário/CONSUN da Universidade Estadual do Piauí/UESPI e, aqui serão designados de “I” (interlocutor), numa variação de 01 a 10 (e.g. I 01, I 02). São membros internos (reitor, pró-reitores, técnico, docente e discente) e externos (Conselho Estadual de Educação do Piauí, Academia Piauiense de Letras e Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Piauí).

6.2.1 Modelo de gestão: contribuições no desempenho das funções da UESPI

As explicações abaixo, sobre como está organizada a gestão da UESPI, advêm de duas fontes: o Estatuto da própria instituição e as falas dos membros do CONSUN, os interlocutores.

A gestão da Universidade Estadual do Piauí abrange três níveis: a administração superior, a administração das unidades e a administração acadêmica. A gestão administrativa superior compreende a Reitoria e as Pró-reitorias, divididas e organizadas em cinco grandes áreas: Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de Administração e Recursos Humanos, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pró-Reitoria de Planejamento e Finanças. A administração das unidades tem como gestor o Diretor de Unidade ou de Centro. A administração menor, a acadêmica, é a gestão da Coordenação de Curso.

A UESPI, a partir deste formato de gestão, pode contar com três níveis de decisões: o Colegiado de Curso – colabora na gestão a nível acadêmico; o Conselho de Centro ou de Unidade – colabora na gestão do *campus* ou do Centro; num nível mais elevado a Universidade conta com o apoio de três Conselhos, vinculados à Reitoria e às Pro-Reitorias: o Conselho Diretor/CONDIR – delega e discute a matéria financeira da Universidade e a relação do Estado com a Universidade; o Conselho Universitário/CONSUN – discute e decide sobre a política universitária; o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/CEPEX; o Conselho de Planejamento/CONAPLAN. O Conselho Universitário engloba dois conselhos: o CEPEX e o CONAPLAN. As matérias discutidas nestes dois Conselhos voltam para o CONSUN, que tem a decisão maior do

ponto de vista de matérias acadêmicas. Sobre o CONSUN refere-se um interlocutor da pesquisa:

O CONSUN é o conselho mais importante da Universidade. Nós estamos fazendo um trabalho voltado para que este seja o maior conselho da Universidade Estadual do Piauí, ou seja, para que a gente não tenha mais a figura do Conselho Diretor, envolvido com a questão fundacional, porque não faz mais sentido a questão da Fundação, pois há uma confusão entre a Universidade e a Fundação Universidade Estadual do Piauí (I 01).

Os interlocutores da UESPI consideram que este é o melhor formato de gestão para fazer cumprir a democracia na instituição: “Este é o melhor formato porque a gente tem uma característica preponderante, que é fazer a discussão e a discussão com a representação da própria comunidade universitária” (I 01). A questão da democracia é um processo que os brasileiros, de modo geral, estão aprendendo a viver, e isso reflete no processo democrático implantado na universidade pública. É um exercício que as pessoas estão aprendendo na prática, como uma questão mesmo de experiência, onde as pessoas vão aprendendo juntas. Um participante se refere dessa forma sobre esse processo de implantação dos conselhos e a vivência de decisões colegiadas:

A gestão tem mudado. Por muito tempo, nós sequer tínhamos professor da UESPI sendo reitor. Hoje estamos com o segundo professor da UESPI como reitor. Antes eram pessoas de outras instituições [...]. Hoje nossas decisões são tomadas de forma democrática, coletiva, nada passa sem ser discutido, analisado e votado. (I 05).

Os conselhos da UESPI parecem cumprir, conforme a opinião dos interlocutores, o papel de legitimadores da política e da gestão desenvolvida na Universidade Estadual do Piauí. É um modelo extremamente semelhante ao de qualquer outra universidade pública existente em território brasileiro; um modelo hoje cada vez mais permeado na educação, como um mecanismo de participação coletiva.

A UESPI demonstra, com base nas falas dos interlocutores, ser uma instituição em processo de afirmação, de constituição. Criada como uma Fundação, na década de 1980, ela parece chegar ao século XXI como uma entidade ainda em construção, inclusive do ponto de vista jurídico. Anteriormente, ela tinha muito pouca coisa estatuída, inclusive nos próprios colegiados; estes existiam, mas no sentido de certa informalidade, com exceção do Conselho Universitário, que sempre foi mais ou menos estruturado. Nesse

sentido, referem-se dois interlocutores, reforçando esta informação: “Ela tinha uma espécie de gestão quase que completamente baldada no improviso. O improviso do caminhar conforme as necessidades se colocavam. A criação de curso, por exemplo, era feita quase de boca, numa reunião às vésperas de um edital de vestibular” (I 09). “Eu conheço a UESPI desde a época da FADEP. O Conselho de Ensino e Extensão, um órgão equivalente hoje ao CONSUN, era o seu único conselho” (I 10).

Em linhas gerais, os interlocutores concordam que, sem os conselhos que a UESPI conta hoje para gerir a si própria e a política universitária, as decisões eram tomadas, quase que exclusivamente, da vontade do reitor, vice-reitor e pró-reitores. Um exemplo citado é com relação à abertura de novos cursos, antes muito diferente do que é hoje. Abria-se um curso com condições precárias, muitas vezes sem professor qualificado, sem estrutura própria e sem condições de funcionamento. Assim, a universidade mantinha seus cursos formando um único perfil de profissional, quase sempre professores para atuar na educação básica. Hoje, a universidade parece estar preocupada em conduzir uma gestão mais responsável, até por conta da regulamentação dos cursos, exigência legal do Conselho Estadual de Educação do Estado do Piauí. E, assim, a Universidade está se organizando em função das necessidades de cada região do Estado do Piauí, inclusive todos os discursos dos interlocutores remetem a atenção para a Lei dos Territórios¹⁰, a qual estabelece (Art. 1º, § 1º): “A regionalização para o desenvolvimento fundamenta-se em características ambientais; vocações produtivas e dinamismo das regiões; relações socioeconômicas e culturais estabelecidas entre as cidades; regionalização político-administrativa e malha viária existente”.

Tomando por base os passos de sua história universidade (dados extraídos das falas dos interlocutores), pode-se perceber que a UESPI nasceu não como uma universidade, mas juridicamente como uma Fundação (FADEP), como um centro de formação de professores, para atender às demandas específicas do governo do Estado. Depois ela passou a ter o nome de universidade, ou seja, deixou de ser FADEP e passou a ser UESPI, só que essa mudança de nomenclatura parece não ter sido acompanhada, de

¹⁰ Lei Complementar nº 87 de 22.08.2007 – Estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí. Embora o Estatuto não trate diretamente sobre o desenvolvimento sustentável, todos os interlocutores se referem a esta Lei, específica no Estado do Piauí, sobre sustentabilidade.

imediate, por mudanças de atribuições, de características e da própria natureza da instituição, concordam, em linhas gerais, os interlocutores. Assim, um deles se refere a tais mudanças: “Somente de uns cinco anos para cá, a UESPI está começando a se tornar uma universidade e universidade significa desenvolvermos atividades de ensino, pesquisa e extensão” (I 03).

Ainda do ponto de vista da história da universidade (dados extraídos das falas dos interlocutores), nos anos 1990, a UESPI caracterizou-se por grande expansão territorial, estendendo-se, inclusive, para além das fronteiras do Piauí, sendo instalados núcleos nos Estado da Bahia e Maranhão. Esses núcleos funcionavam com os cursos de formação de professores, a partir de convênio firmado entre UESPI e a Prefeitura do município onde o curso estava sendo instalado. Na maior parte das vezes em condições precárias, sem estrutura física, funcionando quase sempre em escolas da rede estadual ou municipal, sem biblioteca, sem laboratórios e com poucos professores tendo a titulação mínima exigida para o exercício da docência no ensino superior (grande parte dos professores tinha apenas a graduação). O conteúdo era ministrado com base em kits compostos de uma coletânea de textos selecionados e organizados de acordo com a vontade de professores da UESPI em Teresina. Diz um interlocutor: “Se expandiu muito, foi uma expansão muito grande e aquilo se dava à base de uma informalidade muito grande” (I 09).

Comparando com o que foi e o que é hoje, um interlocutor expõe o seguinte:

A UESPI está institucionalizada como universidade, uma instituição irreversível, e sua tendência é crescer, porque há elementos para isso. Há o esforço de seus Conselhos, um esforço conjunto, de cumprir um dever, além de ser um mandamento legal, é um dever político para esta geração e a geração futura (I 06).

Percebe-se, de acordo com as falas dos interlocutores, que a Universidade Estadual do Piauí tem buscado, por meio de seus conselhos superiores, estabelecer uma gestão democrática e participativa, na construção de educação de qualidade e, conseqüentemente no desenvolvimento do Estado do Piauí. Neste contexto de gestão democrática, a universidade precisa estabelecer uma política de qualidade do ensino, associado à qualidade e indissociabilidade da pesquisa e da extensão. O sucesso de uma organização ou instituição depende de sua capacidade de adaptação ao seu ambiente social e também de responder aos desafios e às exigências de um mundo globalizado. A

universidade é uma instituição social, e por isso, entende-se que precisa perceber as ameaças e intervir, adotando estratégias de sobrevivência e modernização diante desses desafios que impõe a sociedade do conhecimento.

Para as instituições universitárias, o momento atual traz, paradoxalmente, ameaças e oportunidade igualmente relevantes (REIS, 2003). Para esta entidade, particularmente, esta situação não é diferente. Ela tem enfrentado o cenário atual como uma tarefa complexa, pois necessita consolidar-se enquanto instituição, adquirir competências acadêmicas e administrativas e, ao mesmo tempo, integrá-las à gestão, a qual está se firmando, no princípio da democracia e da participação coletiva através dos conselhos e dos colegiados.

A gestão colegiada e compartilhada não é, necessariamente, sinônimo de gestão competente. A gestão competente contribui para a consolidação da missão, dos objetivos e finalidades da instituição, um discurso institucional, oficializado no Estatuto, Regimento Interno e Plano de Desenvolvimento Institucional. As universidades possuem uma função social, científica e formativa, e por isso, segundo Reis (2003), precisam contribuir com a produção e difusão do conhecimento e com o desenvolvimento sustentável da sociedade.

A maioria dos interlocutores entende que o papel da UESPI agora, com a cultura da gestão democrática e compartilhada instituída através dos Conselhos, é organizar sua estrutura, para que seja capaz de corresponder aos desafios e perspectivas do seu tempo presente e futuro. O sucesso das IES no século XXI (REIS, 2003; SANTOS, 2010) pode ser assim descrito: terem a capacidade de planejar e executar as estratégias, de valorizarem as pessoas e o trabalho de decisão coletiva, de estabelecerem projetos de cooperação, de buscarem constantemente o aprendizado, de lutarem pela legitimidade institucional, de superarem o desafio da asfixia financeira, enfim, de proporem um vasto programa de responsabilidade social universitária. O bom funcionamento do sistema da universidade depende da missão, dos objetivos, da finalidade e das metas serem compartilhados por todas as pessoas partícipes da instituição. A responsabilidade social precisa ser assumida pela universidade, de forma propositiva, frente às demandas sociais, sobretudo aquelas oriundas de grupos sociais menos favorecidos.

Para Santos (2010), a democracia – defendida pela UESPI com a institucionalização dos Conselhos, para gerir as decisões da instituição, no sentido de fazer

cumprir suas funções básicas – reforça o papel da universidade como um mecanismo de promoção de educação como um bem público. A participação nos órgãos de democracia interna deverá ser informada pelos princípios da ação afirmativa, trazendo para os conselhos os grupos de interesses sociais, que por muito tempo estiveram distantes da universidade. O importante, porém, é que os conselhos não sejam mera fachada e, para isso, além das suas funções normativas, consultivas e deliberativas, precisam ter participação nos processos de democracia participativa adotados no interior da universidade. De acordo com Zabalza (2004), nenhuma outra instituição social introduziu em suas dinâmicas de funcionamento estruturas de participação tão democráticas como o fez a universidade, especificamente a universidade pública, já que em todos os setores da comunidade universitária, e alguns setores externos, estas estruturas fazem parte de sua administração. Um exemplo é a constituição do Conselho Superior da Universidade Estadual do Piauí, do qual fazem parte membros externos como a FAPEPI, a Academia Piauiense de Letras e o Conselho Estadual de Educação do Piauí. Argumenta Zabalza (2004) que os setores da universidade, sejam quais forem, participam da escolha de todas as instâncias unipessoais significativas, o que faz a universidade manter um alto grau de democracia, ao menos de democracia formal. Desse modo, a democratização constitui elemento essencial para o entendimento do que é uma universidade, como funciona e no que se diferencia de outro tipo de organização.

6.2.2 A política universitária: a marca da responsabilidade social da UESPI

A Universidade Estadual do Piauí tem como objetivo principal formar cidadãos; está apoiada no tripé ensino, pesquisa e extensão, conforme está posto em seu Estatuto. Diz um dos interlocutores: “Justificando pela parte do ensino, nós temos a responsabilidade de formar profissionais de diferentes áreas” (I 02). Sobre a pesquisa, afirma outro interlocutor.

O Plano de Desenvolvimento institucional/PDI está praticamente consolidado, no qual está contemplada a missão, não só a descrição, mas o apontamento de curto, médio e longo prazo, para onde a universidade vai [...]. Por exemplo: há 10 anos atrás, tinha cinco grupos de pesquisa na Universidade, hoje já passam de cinquenta e seis grupos de pesquisa, ou seja, essa é uma massa crítica que vai

sendo consolidada. As pessoas vão tomando consciência de aumentar o poder da pesquisa. A pesquisa traz melhoria no ensino, faz uma parceria com a extensão, e isso tudo é em prol da própria sociedade (I 01)

A UESPI é a maior instituição pública de ensino do Estado do Piauí, principalmente em número de campi, de alunos, de professores e de egressos. “Quando ela foi criada, tinha a missão de formar os quadros para o Estado do Piauí, especificamente naquele primeiro momento, de formar professores” (I 10). Hoje, sua missão parece ter sido ampliada, formar professores para qualificar o cidadão piauiense em várias áreas do conhecimento e nas mais variados campos profissionais. “Ela foi a instituição de ensino no Piauí que mais formou profissionais”, afirma (I 06). “A gente tem a missão de juntar forças para desenvolver potencialidades [...]. É uma missão difícil, mas estamos conseguindo” (I 01). A missão, a qual se refere os interlocutores, remete para o fato de que UESPI expressa o sentido de sua responsabilidade social, como defendem Perlete e Ortega (2010), a RSU deve considerar de maneira integral suas funções substantivas: ensino, pesquisa e extensão, assim como a gestão fundamentada em princípios éticos.

Por muito tempo as universidades, de modo geral, criaram barreiras que pareciam separá-las da sociedade, como se estas fossem um mundo à parte e a sociedade, a qual a universidade tem a missão de atender, não tivesse nenhuma contribuição a retribuir. Este pensamento parece estar mudando ao longo do tempo e da história desta instituição. A sua responsabilidade social está em atender a comunidade. “A missão da universidade é servir”, afirma um dos interlocutores (I 04). A melhor maneira da universidade cumprir esta missão de servir, de maneira eficiente e eficaz, é aproximar-se da comunidade por meio, principalmente, da extensão universitária. Com relação à extensão e ao ensino, a universidade parece estar cumprindo sua missão, porém, a maioria dos interlocutores argumenta que, na prática, a pesquisa tem causado baixo impacto. A seguir três afirmações neste sentido:

“Vejo a responsabilidade social da UESPI no caso da extensão e do ensino. Eu acho que ela precisa melhorar na pesquisa para cumprir melhor sua responsabilidade social” (I 07). “O número de projetos de pesquisa da UESPI é baixo e muito tímido. Os pesquisadores da UESPI poderiam demandar mais das agências de fomento do Estado [...]. A UESPI ainda demanda pouco à FAPEPI, demanda pouco à CAPES, demanda pouco ao CNPq” (I 08). “A pesquisa é o seu lado mais fraco” (I 06).

A UESPI parece demandar pouco dos órgãos de fomento à pesquisa, principalmente pelo pouco tempo de formação de seus doutores (isso é demonstrado no decorrer das falas dos interlocutores), o quadro da UESPI é formado em sua maioria, por jovens doutores – e o jovem doutor, quase sempre, tem produção científica pequena, e ter produção científica pequena não é competitivo para os editais. Em decorrência desta peculiaridade, a produção científica de seus professores ainda é muito tímida. Boa parte dos projetos de pesquisa da instituição é executada por doutores, porque são, em sua maioria, em parceria com o governo federal – CNPq e CAPES, e esses órgãos só reconhecem como pesquisador quem é doutor. Percebe-se que a UESPI avançou, mas ainda precisa avançar, principalmente na pesquisa, com objetivo de fazer valer sua missão e sua responsabilidade social de forma mais plena.

É uma instituição que, ao que parece, precisa se compenetrar mais do seu papel, notadamente em face às necessidades do Piauí neste momento. Como disse um interlocutor, (I 09): “Ela cumpriu um papel importante, como um vetor da ampliação referida à formação de professores, que é uma tarefa desde a criação da FADEP. Essa missão, me parece [...] precisa mais ainda ser cumprida, para encorpar, para significar no tempo, na prática, o seu papel social”. E continua: “Eu entendo que isso é uma construção. É preciso que haja uma confluência de esforços; o esforço que se está fazendo vai significando, vai dando densidade e, assim, ao mesmo tempo, os recursos estão vindo” (I 09). A UESPI é uma instituição de ensino superior e, por isso, tem sua autonomia, garantida na Constituição Federal, conforme rege o Artigo 207, e, também no próprio Estatuto. Assim, mesmo diante dos reveses, ela parece estar cumprindo seu papel. Para a maioria dos interlocutores, esbarra numa questão externa: a falta de recursos financeiros. É também da opinião dos interlocutores que ela é uma instituição de grande dimensão em termos de números de professores e de alunos, mas ela tem a dificuldade de executar os serviços de excelência que ela gostaria e tem dificuldade de realizar ações que pretendia. A sua política é ainda um tanto limitada, como tem sido o Piauí com uma realidade economicamente fragilizada, é praticamente, o Estado mais pobre da Federação. E isso reflete o esvaziamento em quase todos os setores do Estado: saúde, justiça, segurança, educação, o que, sem dúvida, recai sobre a universidade. É preciso, segundo Kliksberg (2006), que a universidade se sinta na vanguarda da luta pelo conhecimento da realidade, no objetivo de

contribuir para o enriquecimento da qualidade do debate econômico-social, nele centralizando, por intermédio de pesquisa séria, rigorosa, de alto nível, os grandes temas da pobreza e da desigualdade, que se encontram no âmago da vida cotidiana, aqui especificamente, da população piauiense. Em decorrência desse cenário, a Universidade tem buscado financiamento (como exemplo, para a pesquisa) em agências de fomento do governo federal e do governo estadual, embora em fase embrionária. O incentivo para a procura de fundos alternativos faz parte da “paisagem política” (UNESCO, 1999, p. 39) atual do ensino superior, um pouco por todo o globo.

É da opinião dos interlocutores que a busca de financiamento, por via das prefeituras municipais do Piauí, Maranhão e Bahia, foi a grande responsável para a sua expansão quantitativa nas décadas de 1990/2000. Esta expansão, segundo eles, tinha algumas particularidades, a saber: concentração em programas de estudo envolvendo gastos menores com pessoal, equipamentos e funcionamento (por exemplo, cursos de licenciaturas em período de férias, em que os professores não tinham vínculos empregatícios com a instituição). Ficaram fora os cursos que demandam gastos maiores (por exemplo, ciências agrárias, tecnologias). Outra particularidade desta expansão é a formação de professores, especialmente mulheres, nos municípios do interior dos Estados, em muitos casos, da zona rural.

O ensino superior, em geral e, particularmente, a UESPI, tem tido uma transformação abrangente em curto espaço de tempo. As mudanças dizem respeito ao papel da universidade e aos compromissos da educação superior como campo de formação profissional e de responsabilidade com a sociedade do conhecimento. A grande questão deste estudo sobre a UESPI é avaliar o seu nível de responsabilidade social e, então, identificar os impactos de sua ação no tecido social do qual faz parte. Pode-se dizer que os impactos são de quatro tipos: organizacionais, cognitivos, sociais e educacionais. Com base em Vallaeys, Cruz e Sasia (2009, p. 9 – grifos nossos), estes impactos podem ser descritos da seguinte forma: impactos organizacionais: a universidade impacta na vida de seu pessoal (administrativo, docente e discente), pela forma como organiza seu fazer cotidiano; impactos educativos: a universidade influencia na formação de jovens e profissionais, relativamente a sua escala de valores, sua maneira de interpretar o mundo e nele se comportar, ou seja, trata-se de como ela elabora e organiza a sua política universitária;

impactos cognitivos: a universidade orienta a produção do conhecimento, influencia na identificação do que se chama socialmente “verdade”, ciência, racionalidade, legitimidade, utilidade e ensino e, articula saber e sociedade, possibilitando o controle e a apropriação social do conhecimento; impactos sociais: a universidade tem um peso social que pode ou não promover o progresso, criar capital social, vincular os estudantes com a realidade exterior. Nessa perspectiva, pensar a universidade do século XXI, sendo capaz de impactar nestes quatro campos, demanda uma reforma universitária por dentro para, assim, aproximar a instituição acadêmica da sociedade da qual é parte.

O Fórum Nacional de Educação Superior defende oficialmente a ideia de educação superior como um bem público, capaz de colocar o potencial de formação e produção de conhecimentos e serviços em prol da realidade da comunidade, sem, contudo, descuidar da preservação da memória e da cultura (BRASIL, 2009). A responsabilidade social universitária propõe transformar a universidade e seu entorno social em laboratórios para aprender, ensinar, investigar e inovar. Assim, para Vallaes, Cruz e Sasia (2009), por um lado, um campus responsável representa excelente laboratório interno para desenvolver pesquisas socialmente responsáveis, ao mesmo tempo constrói um modelo exemplar de coerência institucional para a formação ética dos estudantes. Por outro lado, os diversos programas sociais, na comunidade, constituem o *locus* ideal para a formação profissional e cidadã, a partir de uma aprendizagem significativa, em termos de consciência solidária e de justiça social. Percebe-se, nestas ideias, as duas dimensões do desenvolvimento a partir do conhecimento gerado na universidade: desenvolvimentos cultural e social, vieses da responsabilidade social universitária.

A extensão universitária, de modo geral, tem sido a ferramenta para construir as pontes entre a universidade e a sociedade, para concretizar o compromisso social da universidade e promover a reflexão ética sobre a dimensão social do ensino e da pesquisa (CALDERÓN, 2006). Em particular, a UESPI, tem procurado desenvolver a extensão, mas segundo um dos interlocutores esta é ainda pouco desenvolvida na instituição: “O pouco prestígio, o trabalho, as dificuldades ou a falta de apoio, não sei que fenômeno é esse, mas poucos professores da nossa universidade são ou estão motivados a fazer a extensão, e um número significativo faz a extensão de uma forma não sistematizada ou não registrada junto à Pró-Reitoria de Extensão” (P 04).

Esses professores, tal como se reporta o interlocutor acima citado, fazem a extensão dentro de projetos pedagógicos da própria disciplina, executam-nos e conseguem o reconhecimento do grupo a quem o projeto atende ou está vinculado, mas a administração da universidade fica sem saber e, assim, sem condições de apoiá-los. Isso demonstra que há necessidade de melhorar diálogo entre as partes, melhorar o apoio pedagógico a esses professores, e intensificar o incentivo para elaborar e registrar projetos na PREX. Esse entrave parece refletir de forma negativa na universidade, principalmente quando da avaliação realizada pelo Conselho Estadual de Educação do Piauí – órgão avaliador da UESPI – porque se o projeto não está registrado, o órgão avaliador não o reconhece como atividade extensionista. Dessa forma, a avaliação da dimensão da responsabilidade social fica comprometida e até desqualificada.

Esse cenário merece uma reflexão, principalmente sobre o conceito de responsabilidade social universitária da UESPI. Para Calderón (2006, p. 14), o conceito de responsabilidade social universitária pode ajudar a refletir “sobre a universidade, sua engenharia institucional, suas atividades acadêmicas e, principalmente, sua estrutura gerencial, a mesma que permite o funcionamento da universidade como um todo”. Por um lado, os interlocutores reconhecem que suas ações têm causado baixo impacto, considerando a larga escala das necessidades da UESPI. Por outro lado, apesar de suas limitações financeiras e mesmo de pessoal, consideram que ela tem cumprido a missão acadêmica de uma universidade pública, ou seja, um pouco de cada uma de suas funções básicas: ensino, pesquisa e extensão. Vale lembrar que a pesquisa foi a função mais referida pelos interlocutores deste estudo como sendo a mais limitada da instituição.

Para que uma universidade cumpra sua responsabilidade social ela precisa focalizar quatro linhas de sua ação institucional, assim recomenda Vallaeys (2006, p. 40 – grifos do autor): 1) No que concerne à gestão interna da universidade: pequena comunidade exemplar de democracia; 2) No que concerne à docência: ensino e aprendizagem baseado em projetos de cunho social; 3) No que concerne à pesquisa: a meta é promover pesquisa para fins de desenvolvimento, sob todas as formas possíveis; 4) No que concerne à projeção social: proceder a uma interface com a pesquisa, o ensino e a extensão, no fito de implementar e administrar projetos de desenvolvimento. A universidade, nesta perspectiva, precisa, sobretudo, atentar para a sua missão educacional e social e, assim, pensar sobre sua

forma de gestão, sua política universitária e sobre suas contribuições para o desenvolvimento social, cultural, sustentável e econômico.

Na UESPI há uma quantidade de ações esperando para serem executadas, seja na docência, na pesquisa ou na extensão, cujo objetivo é responder às necessidades internas e de seu entorno (os interlocutores comungam dessa opinião). Percebe-se que há na própria instituição, com base nas falas dos interlocutores deste estudo, um forte sentimento de pertença social, mas, ao mesmo tempo, eles reconhecem que apesar dos avanços, em termos acadêmicos e sociais, a instituição precisa imprimir de forma mais marcante sua presença no plano de desenvolvimento do Estado do Piauí.

6.2.3 Avaliação dos interlocutores sobre a UESPI: contribuições no plano de desenvolvimento do Estado do Piauí

É papel da universidade avaliar constantemente os problemas sociais e, assim, ir apresentando as soluções, ou pelo menos ir apontando alternativas de como solucioná-los. O conhecimento por ela produzido é dinâmico, e os problemas também são dinâmicos. É de suma importância sua participação no plano de desenvolvimento de qualquer Estado. Geralmente, onde há universidade forte, há desenvolvimento. Um exemplo disso é citado por um dos interlocutores: “São Carlos é hoje uma ‘suíça brasileira’ do ponto de vista financeiro. Desenvolveu-se por quê? Por causa das universidades que concentraram conhecimento e tecnologia, e a indústria automobilística foi toda para lá, ou seja, a indústria vai para onde tem as condições” (I 01). Segundo Santos (2010), é a comercialização do conhecimento científico o lado mais visível das alterações advindas da sociedade do conhecimento. Aqui, o autor refere-se a um tipo de conhecimento que ele chama de pluriversitário, ou seja, um conhecimento contextual, na medida em que o princípio organizador de sua produção é a aplicação que lhe pode ser dada.

Para um Estado se desenvolver é necessário capacitação, é necessário ensino, é necessário pesquisa e extensão. Pesquisas de ponta geram patentes e quando a universidade gera patentes, gera Produto Interno Bruto para o Estado, ou seja, gera riqueza e, assim, contribui para este se desenvolver em termos econômicos. Esta linha de raciocínio sobre o desenvolvimento, fundado no conhecimento gerado na universidade está atrelada à

dimensão econômica, concepção defendida pela OCDE e Banco Mundial quando tratam do papel da educação superior no mundo atual. Estas agências têm ressaltado a importância do ensino superior, segundo Rámirez (2010), para desenvolver a capacidade de um país em particular de uma economia global baseada no conhecimento. Assim, a educação superior é reorientada para atender à lógica do mercado. Corroborando com esta ideia, Gomes (2010) argumenta que a geração de uma cultura empreendedora passou a ser um condicionante do êxito nas iniciativas que visem ao desenvolvimento local e ao atendimento das novas exigências da globalização.

Os interlocutores comungam da opinião de que a Universidade Estadual do Piauí, a partir do início de seu processo de expansão, começou a mudar a cara do Piauí, porque ela passou a levar para outras cidades, além de Teresina, a formação em nível superior, inclusive atendendo professores da zona rural, que até aquele momento não tinham nenhuma perspectiva de aperfeiçoamento profissional. Hoje, esta universidade tem 16 *campi* da capital ao interior do Estado. É uma universidade com o formato *multicampi* e pode colaborar com o desenvolvimento não só econômico, mas, principalmente, social e cultural da população (conforme exposto em seu Estatuto). Para reforçar este entendimento, um dos interlocutores refere-se à Lei dos Territórios:

Hoje, por exemplo, a Universidade tem unidades dentro dos chamados Territórios de Desenvolvimento e nós estamos trabalhando na perspectiva, por exemplo, de formar cursos que atendam às vocações econômicas daquela região. Por exemplo, o caso da região de Picos. Picos está inserida dentro de uma determinada região. Lá nós sabemos que existe um potencial muito grande para a produção de caprinos, de caju e de mel. Por que não, a UESPI lançar um curso que ajude o desenvolvimento dessas culturas? (I 02).

O governo estadual territorializou o Estado, criando regiões geoeconômicas, ou seja, setores produtivos, também chamados de macrorregiões. São elas: Litoral, Meio Norte, Semi-árido, Cerrados (ANEXO ÚNICO DA LEI N. 87 de 22.08.2007). Em decorrência, segundo os interlocutores, a UESPI tem procurado enquadrar seus cursos, distribuindo-os dentro dessas regiões de desenvolvimento. Ainda é um desafio fazer uma associação entre os cursos que a Universidade oferece dentro desses territórios e as necessidades dos territórios. Um dos interlocutores critica: “Esse processo de criação dos territórios foi feito de forma dissociada da Universidade” (I 03). Há um apontamento aqui

sobre a UESPI, a sociedade e o governo não conseguem ainda estabelecer um diálogo de forma plena. Muitos problemas sociais que existem no Estado podem encontrar soluções dentro da academia, mas, para que isso aconteça, é necessário que seja estabelecido um nível de conversa muito consistente entre as partes: universidade, governo e sociedade. A universidade pode contribuir muito para o progresso do Estado, demonstrando que se preocupa em cumprir com a sua responsabilidade social.

Dentro da discussão nascida pela Lei dos Territórios, começou-se a pensar o redirecionamento da UESPI tanto em volume de atendidos por ela e quanto na qualidade desse atendimento (argumentam os interlocutores). Na medida em que a população cresce, a universidade precisa crescer proporcionalmente, mas é preciso também entender onde ela tem condições e vocações para estar inserida. “Hoje, está inserida em todos os Territórios de Desenvolvimento e dentro deles ela vai dialogando com a sociedade, no sentido de identificar as necessidades e, então, oferecer cursos de graduação e pós-graduação e elaborar uma política de pesquisa e de extensão” (I 01).

Sobre o papel da UESPI nesses espaços, um dos interlocutores diz o seguinte: “Vamos fortalecer esses cursos, vamos fortalecer as unidades universitárias, para que nós também, pelo mesmo caminho, possamos fortalecer a pesquisa e a extensão” (I 04). E ainda, no sentido de explicar as contribuições da Universidade no plano de desenvolvimento do Estado, outro interlocutor afirma:

Eu percebo que houve um momento em que a UESPI se estendeu demais, sem muita preocupação e, nesta extensão, talvez tenha havido alguma irresponsabilidade na forma como ela se estendeu. Porém trouxe muito benefício: aquele professorzinho lá da zona rural, de um município distante da capital, e num processo de muita luta, adquiriu uma graduação. Hoje, o seu discurso em sala de aula mudou e, eu vejo muitas melhorias. Meus alunos que chegavam à graduação com um pensamento limitado, ao final do curso, via esse aluno se manifestar sobre que mudou em sua vida, o que mudou em seu município” (I 05)

Os interlocutores apresentam uma variação de ideias em torno dos vieses do desenvolvimento. Fica clara a noção de desenvolvimento econômico, principalmente quando se trata das respostas do reitor e dos pró-reitores, mas, quando se chega às respostas dos demais, a noção do desenvolvimento social e cultural aparece de forma mais nítida.

A UESPI parece ter avançado dialogando com outros setores da sociedade, como os setores ligados à economia e à cultura (pensamento da maioria dos interlocutores).

A seguir, a visão dos interlocutores representantes dos órgãos externos no CONSUN sobre as contribuições da Universidade no plano de desenvolvimento do Piauí:

Agora, a gente vê que há um grande entrave, não só para a UESPI, mas para a academia, que é o conhecimento nela produzido com as demandas da sociedade. Ainda há muita produção científica que fica engavetada: fica num armário de uma biblioteca. A nossa avaliação é que precisa avançar muito. Eu acho que isso é uma lacuna não só na UESPI, mas na pesquisa como um todo em todo o Brasil. Nós temos problemas muito pontuais hoje como por exemplo, a convivência com o semi-árido. O Piauí não sabe conviver com o semi-árido. Todo ano veem seus animais morrerem de sede e de fome, suas plantações secarem. E a comunidade científica está pesquisando estratégias de convivência com o semi-árido? Os professores pesquisadores, que têm o conhecimento científico estão tentando apresentar alternativas cientificamente comprovadas para esses problemas? Não sei se os projetos de pesquisa da UESPI, que ela financia hoje estão com o olhar para os Territórios de Desenvolvimento. Os da FAPEPI estão. Os nossos editais já estão considerando áreas prioritárias para o Estado do Piauí. Isso é responsabilidade social universitária (I 08).

Um desafio que terá que ser buscado junto com o conjunto da sociedade é a possibilidade de mudar a própria sociedade através da requalificação dos processos de qualificação dos professores. Então este trabalho, perspectivando uma mudança na sociedade, poderá causar uma impactação ainda muito maior. Mas, sem dúvida nenhuma, onde nós estamos, com erros, equívoco e tal, caminhando com a UESPI, já estamos fazendo muito. Não é otimismo tolo, é um otimismo que a gente está vendo pelos esforços do Conselho e da própria UESPI e de pessoas sérias conduzindo esse processo. (I 09).

A oportunidade de se ter uma instituição gratuita, com uma interiorização bem maior que a Universidade Federal do Piauí, foi muito importante ao longo dos anos. Isso trouxe um conceito novo, que hoje se está discutindo no Brasil: a necessidade de oferta do ensino superior o mais próximo das pessoas. Nesses últimos tempos, a universidade procura encontrar sua identidade, acho que, pela primeira vez, naturalmente, está encontrando o seu caminho. Ela pode encontrá-lo ao investir mais em pesquisa, para que a gente possa dar essa contribuição para o Brasil e para o Piauí. Acho que a universidade tem contribuído com o Estado, complementarmente com a capacitação de professores, formação de nível superior, acesso das pessoas do interior do Estado ao ensino universitário (I 10).

Os interlocutores reconhecem os avanços da Universidade, suas contribuições para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Piauí, mas não deixam de apontar as dificuldades enfrentadas pela instituição, principalmente os entraves financeiros, a insuficiente produção científica e, em consequência, a pouca divulgação dos resultados das pesquisas. Essas dificuldades são transformadas em desafios, tanto em termos educacionais quanto em termos sociais, e a UESPI precisa buscar alternativas para superá-los.

Se por um lado, há a limitação imposta pela falta de autonomia financeira, por outro a UESPI tem se esforçado para construir sua identidade institucional (segundo os interlocutores) como “um local de encontro para aqueles motivados por uma paixão pelo saber, comprometidos com a partilha do conhecimento existente e com a procura de novos conhecimentos” (UNESCO, 1999, p. 48). Assim, é possível perceber certo otimismo nas falas dos interlocutores, isso porque veem a UESPI procurando ser uma parceira importante da sociedade, principalmente na formação profissional e, conseqüentemente, na busca de soluções para seus problemas reais, apesar das sérias limitações financeiras, que têm dificultado o exercício pleno de sua autonomia, assegurada legalmente no artigo 207 da Constituição Federal. É preciso, portanto, que esta instituição não perca de vista seus desafios mais urgentes no plano de desenvolvimento do Piauí, quais sejam: sociais, ambientais, culturais e econômicos. Uma das alternativas para vencê-los, deve ser a de tornar o ensino superior mais suscetível aos problemas enfrentados pela sociedade e às necessidades da vida econômica e cultural, os mais relevantes no contexto de sua região (UNESCO, 1999).

De acordo com Zabalza (2004), para obter recursos financeiros a universidade precisa ir onde o dinheiro está, isto é, nas grandes empresas, nas entidades financeiras ou nas fundações. A UESPI parece fazer isso, pois tem firmado parcerias com a FAPEPI, com a Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Piauí, com o CNPq, com a CAPES, com Prefeituras Municipais e outras entidades governamentais e não-governamentais (falas dos interlocutores). A universidade reorienta, segundo Zabalza, seu sentido e incorpora-se a uma visão mais pragmática da formação e da pesquisa: o interesse é formar para o exercício da profissão e pesquisar assuntos mais rentáveis e melhor aceitos no mercado, e isso tem forte impacto sobre a missão formativa da universidade. A esse respeito e também os projetos de pesquisa desenvolvidos pela UESPI, diz um dos interlocutores: “Não sei se a

UESPI está com o olhar voltado para a Lei dos Territórios, a FAPEPI está” (I 08). Isso significa que a UESPI procura se enquadrar nas prioridades dimensionadas pelas agências de fomento, principalmente em relação à utilidade e aplicabilidade do conhecimento gerado através da pesquisa. Nesse sentido, Pernaete e Ortega (2010) argumentam que o processo de pesquisa científica constrói uma função transversal e permanente que permite retroalimentar tanto as ações acadêmicas quanto as administrativas.

A universidade precisa levar em conta determinados aspectos da estrutura organizacional e, assim, promover a responsabilidade social não só através de suas funções básicas de ensino, pesquisa e extensão, mas também a partir de suas atividades administrativas e de gestão. A universidade tem como dever fazer a intermediação entre o indivíduo e a sociedade, como uma tarefa da responsabilidade social, preparando-o, em termos de conhecimentos, habilidades e capacidade de aprendizagem ao longo da vida, para atender às demandas do mercado e também construir uma sociedade mais justa, onde valores humanos são respeitados. A responsabilidade social não se restringe, portanto, à sua adaptação às demandas e urgências do mundo econômico, como, por vezes, se impõe, mas implica assumir a responsabilidade de repensar os sentidos da ciência e da tecnologia e, portanto, os sentidos do ensino, da pesquisa e da extensão, no processo de construção do conhecimento e, especialmente na formação profissional (ZABALZA, 2004; GEORGEN, 2008).

Segundo os interlocutores desta investigação, a Universidade Estadual do Piauí está cumprindo seu papel no plano de desenvolvimento do Estado do Piauí, apesar de suas dificuldades e limitações, acreditando, sobretudo, que outro mundo é possível. Assim, como está posto em seu Estatuto, uma de suas finalidades é exercer sua responsabilidade social universitária, em prol da construção de um Estado social, cultural econômica e politicamente mais forte, com maior visibilidade no contexto da nação brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar sobre a temática da Responsabilidade Social Universitária exige o entendimento de outras questões próprias da universidade. É pouco provável pesquisar esta instituição sem contextualizá-la na história do País e, ao mesmo tempo, na história da educação. Da universidade criada para atender uma elite até aquela considerada “para todos”, é um longo processo, no qual o ideal de expansão foi paulatinamente crescendo, sem, contudo, atingir seu ápice, embora a campanha de “universidade para todos” faça parte do discurso do governo brasileiro, fortemente intensificado a partir da segunda metade do século XX. Dentre tantas reformas, a de 1968 parece ter intensificado com mais fôlego o ideal de modernização da universidade brasileira, com o princípio de indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão e prestação de serviços à comunidade do seu entorno, institucionalizando, assim, os primeiros passos da responsabilidade social universitária.

Está prevista como uma das dimensões da avaliação do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – enquanto política de Estado, a responsabilidade social da instituição, considerada como uma contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. Os Estatutos das universidades brasileiras, analisados neste estudo, demonstram em seus textos uma preocupação maior com os indicadores social e cultural. Já aqueles relativos ao meio ambiente e ao desenvolvimento econômico aparecem em uma frequência muito inferior. Portanto, constata-se certo descompasso entre os Estatutos e o SINAES. A proposta desse último é avaliar a RSU, com base num conjunto de indicadores de igual relevância: social, econômico, ambiental e cultural.

É preciso compreender os conceitos de responsabilidade social, suas origens, tendências e tensões. Para tanto, este entendimento recebe as contribuições de outros campos: a Administração, as Ciências Políticas, a Economia. O conceito de responsabilidade social nasceu no contexto das corporações, como um princípio de ética e comprometimento da empresa com seus interlocutores, remetendo, portanto, à constituição de uma cidadania organizacional e à implementação de direitos sociais.

A responsabilidade social universitária não é uma proposta definitiva, nem uma estratégia dogmática que deve ser adotada pelas instituições, mas configura-se como uma alternativa de modernização que permite a busca constante de redefinição da gestão socialmente responsável e crítica permanente sobre a maneira de pensar e adotar os processos educativos. Ela se posiciona como uma forma de legitimar as práticas que constroem a verdadeira missão social da universidade, valendo-se de técnicas para a construção de pontes entre a instituição e a comunidade.

Pode-se dizer também que essa responsabilidade possui um conceito multifacetado, uma vez que considera vários aspectos no que tange aos fins do conhecimento gerado e difundido na universidade. É um conceito politicamente construído, pois as dimensões de desenvolvimento a ela atribuídas variam de acordo com o contexto social em que a universidade está inserida.

Embora esse conceito proceda do campo empresarial com a responsabilidade corporativa, observa-se que, no campo da educação superior, sua natureza adquire uma nova configuração, dado o caráter público da educação, para além de um produto ou serviço comumente comercializado. Em se tratando de universidade, a responsabilidade social configura-se no esforço em promover ações firmadas em princípios éticos que garantam o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões: social, cultural, ambiental e econômica. Assim, a instituição precisa convergir suas ações subsidiadas em compromissos sociais e educacionais, tais como: compromisso com equidade social, com sustentabilidade, com exercício da cidadania e da democracia; compromisso com a ciência, com a busca de sua identidade e de sua autonomia, com a geração de conhecimento para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Alguns autores, especificamente sediados na América Latina (de onde escrevem), debatem a responsabilidade social universitária como um compromisso da universidade no desenvolvimento para a promoção humana, para a superação de problemas sociais, para a construção de valores e princípios éticos e para a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática. Pode-se citar como exemplos Calderón (Brasil), Vallayes (Peru), Macêdo (Brasil), Kliksberg (Argentina), Pernalet e Ortega (México), Herrera (México).

Além do desenvolvimento para a promoção humana, o conceito de responsabilidade social universitária aponta outro vetor: o desenvolvimento sustentável, o qual exige que se tenha plena consciência de que os recursos naturais são finitos e, por isso, devem ser usados com critérios e planejamento. A responsabilidade social universitária, tendo como referência este aspecto do desenvolvimento, é discutida por alguns autores, como por exemplo, os da Rede GUNI – uma cátedra da UNESCO, presente um pouco por todo o globo – ao tratar do papel da educação superior para o desenvolvimento sustentável. Alguns exemplos são Leo Jasen, Cristina Escrigas e Josep Lobera. De acordo com a GUNI, a educação superior tem como proposta de responsabilidade social não só discutir, como também apresentar soluções racionais acerca do desenvolvimento sustentável como garantia de um futuro melhor para a humanidade.

A preocupação com o desenvolvimento sustentável parece não ser uma preocupação apenas da universidade. Como exemplo, pode-se citar o evento “Rio+20”, uma Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), realizada na cidade do Rio de Janeiro, em junho de 2012. Seu objetivo foi discutir sobre o compromisso político com a sustentabilidade do planeta. Paralelo a este evento, líderes da comunidade acadêmica internacional, com o apoio das Nações Unidas, se reuniram para discutir o papel da educação superior para o desenvolvimento sustentável, levando em consideração que a universidade educa e treina tomadores de decisões, por isso acaba desempenhando um papel fundamental na construção de sociedades mais sustentáveis. Outro exemplo de compromisso da universidade com o desenvolvimento sustentável é a Lei “Grenelle 1”, de 2009 (França), que impõe a todas as universidades francesas a realização projetos de desenvolvimento sustentável, sob a denominação “Plan Vert”(“Plano Verde”). O desenvolvimento sustentável não é uma questão específica desta ou daquela parte do globo, mas está, cada vez mais, se configurando fortemente presente nas agendas de todas as nações.

Em se tratando da RSU como uma dimensão para desenvolvimento econômico, o debate parece apresentar divergências. Por um lado, há a crítica ao caráter economicista assumido pelas universidades privadas mercantis, bem como a crítica ao posicionamento da OCDE e do Banco Mundial, ao defenderem a ideia de que educação superior deve contribuir para o fortalecimento econômico e, ao mesmo tempo, impulsionar uma visão

empresarial do estudante universitário. Por outro lado, há a defesa da universidade empreendedora, vista como uma instituição que impõe mudanças em sua estrutura e no modo de reagir às demandas internas e externas; uma instituição proativa, com renda diversificada e capacidade fortalecida de administração.

O conceito de RSU construído a partir do estudo teórico permite que se faça algumas considerações. A universidade está ligada à sociedade por um fio condutor chamado responsabilidade social; o conhecimento gerado e difundido no seu interior por meio do ensino, da pesquisa e da extensão é útil ao processo de desenvolvimento; este advindo do conhecimento gerado na universidade assume múltiplas dimensões: social, cultural, ambiental e econômica; a gestão da universidade precisa ser democrática e estar atenta às influências das forças sociais; o entendimento sobre RSU, orientado por questões políticas e sociais, assume vetores diferentes, como: a superação dos problemas sociais, a formação acadêmica e profissional, o desenvolvimento sustentável, o fortalecimento econômico.

Em todos os Estatutos¹¹ analisados, percebe-se que há uma forte presença dos desafios sociais e culturais, sendo que os desafios econômicos e ambientais aparecem em menor frequência. Os Estatutos representam o carro-chefe da instituição, pois é com ele e através dele que é constituído o *ethos* acadêmico e a gestão da universidade; é a partir dos Estatutos que a universidade delinea suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão; neles está posto como a universidade precisa se comportar para atender às demandas internas e externas. Assim, afirma-se, que a proposta deste estudo foi alcançada, uma vez que foi possível perceber como as instituições compreendem sua responsabilidade social e como se propõem a contribuir com o desenvolvimento, seja no setor social, cultural, ambiental ou econômico.

Diante das análises dos Estatutos, foi possível elaborar algumas considerações em torno dos conceitos de responsabilidade social universitária. As universidades portuguesas e as brasileiras, presentes no estudo, apresentam algumas semelhanças em relação à proposta de responsabilidade social como contribuição com o desenvolvimento, como exemplificam o desenvolvimento social e o cultural, em termos de frequência; em

¹¹ Refere-se aos Estatutos das universidades públicas nacionais portuguesas e universidades públicas federais brasileiras.

relação ao desenvolvimento ambiental e ao econômico, a diferença, é que aparecem com maior frequência nos Estatutos das universidades portuguesas, embora não fiquem de fora dos Estatutos das universidades brasileiras; esses documentos remetem, quase que exclusivamente, às mesmas propostas de desenvolvimento em termos de ideal e de missão.

Em se tratando do Estatuto da Universidade Estadual do Piauí, não é possível ver na missão da instituição o seu entendimento a respeito de sua própria responsabilidade social. Quando se avança para o item “finalidades da instituição”, percebe-se que há certa preocupação institucional sobre algumas dimensões do desenvolvimento assente no conhecimento por ela gerado. O documento refere-se ao desenvolvimento social, cultural e econômico como sendo suas prioridades, mas não cita ou faz alguma menção ao desenvolvimento sustentável. O viés da sustentabilidade não aparece no Estatuto, mas está presente nas falas dos interlocutores nas entrevistas, como sendo uma das finalidades da instituição.

As entrevistas giram em torno de três dimensões para, enfim se compreender com mais clareza a responsabilidade social da Universidade Estadual do Piauí. Delas participaram pessoas do quadro efetivo, como reitor, pró-reitores, docente, discente, técnico-administrativo, e pessoas representantes de outras instituições no Conselho Universitário, como Academia Piauiense de Letras, Conselho Estadual de Educação do Piauí e Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Piauí. As dimensões foram as seguintes: modelo de gestão, política universitária e contribuições da UESPI no plano de desenvolvimento do Piauí. Com base nas entrevistas, foi possível elaborar algumas considerações, que se seguem:

O modelo de gestão é um modelo compartilhado através dos Conselhos, que estão organizados em três níveis: Conselhos Superiores (CONDIR, CEPEX, CONAPLAN E CONSUN); Conselhos de Unidade (funcionam nos *campi*) e Colegiados de Curso (funcionam nos diversos cursos distribuídos em seus 16 *campi*). Este modelo é considerado ideal para atender aos princípios da democracia e da autonomia institucionais. Sobre a política universitária da UESPI, pode-se dizer que esta busca, em suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, cumprir com a sua responsabilidade social. A pesquisa é considerada o seu lado mais fraco, tanto pelos poucos recursos financeiros quanto pelo número de doutores, ainda insuficiente para realizar investigação capaz de causar impacto

institucional e social. Os participantes avaliam a UESPI como uma instituição que tem procurado se firmar institucionalmente, ou seja, tem se organizado para construir sua própria identidade como uma instituição de ensino superior, e que, por isso, pode contribuir de forma substancial com o plano de desenvolvimento do Estado do Piauí. Tanto o Estatuto quanto os entrevistados citam o desenvolvimento social, cultural e econômico como sendo suas maiores contribuições, ao longo de sua existência. Em relação ao desenvolvimento sustentável, há pouca visibilidade para esta dimensão, tanto por parte dos membros internos da instituição quanto dos membros externos representadas no CONSUN. Devido à expansão da Universidade, principalmente na década de 1990, a contribuição mais visível foi em relação à formação de professores, através de convênios firmados entre a UESPI, e as Prefeituras Municipais de quase todas as cidades do Piauí, e ainda em menor proporção do Maranhão e Bahia. Portanto, o desenvolvimento cultural é mais levado em conta nesta avaliação, seguido do desenvolvimento social e do econômico, porque os interlocutores consideram que esses vêm em decorrência da formação de novos profissionais de nível superior, ou seja, profissionais qualificados contribuem para melhorar as condições sociais, culturais e econômicas da população.

Em linhas gerais, a Universidade Estadual do Piauí participa ativamente do desenvolvimento do Estado do Piauí, apesar de suas sérias e lamentáveis dificuldades: financeiras, de pessoal qualificado com a titulação legalmente exigida para atuação na docência universitária, e de muitos *campi* espalhados por todo o território piauiense, muitos geográfica e institucionalmente distantes da administração superior, o *campus* de Corrente, por exemplo, fica aproximadamente a 900 km de distância de Teresina. Mesmo enfrentando as dificuldades, a UESPI preocupa-se em cumprir com sua responsabilidade social e pode-se dizer que ela cumpre, chegando a ser considerada, pelos interlocutores, a instituição pública estadual mais importante do Piauí.

A responsabilidade social é o elo que liga a universidade à sociedade em seus múltiplos aspectos. Há uma tendência, inclusive na literatura, de apontá-la como uma obrigação da universidade, na busca de soluções para os problemas sociais; na promoção do exercício da cidadania, da ética, da solidariedade, da paz e da democracia; na efetivação de debates e ações, que direcionam para a conscientização dos problemas ambientais e propostas de sustentabilidade. A partir deste estudo, pode-se perceber que a

responsabilidade social universitária diz respeito à presença da universidade no processo de desenvolvimento e ao seu sentimento de pertença no campo social, cultural, ambiental e econômico.

No entanto, tratar sobre responsabilidade social universitária é tratar, a um só tempo, de propostas capazes de construir o diálogo entre a universidade e a sociedade, no sentido de promover o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões e também sobre pontos de tensão que têm penetrado no debate no que diz respeito às finalidades do conhecimento e o papel da universidade na construção do projeto de sociedade. Dias Sobrinho (2005) reconhece que a história da universidade é repleta de contradições, sobretudo porque esta sempre buscou responder às demandas majoritárias do seu tempo. As tensões do campo da educação superior têm contribuído para fortalecer o debate em torno do ideal de universidade e dos compromissos educacionais e sociais que a esta instituição são inerentes. Alguns pontos dessa discussão estão relacionados ao tema da responsabilidade social universitária, tais como: conceito, fins da educação, fins do conhecimento, autonomia x stakeholders, avaliação e accountability, projeto de sociedade, cidadania x lógica do mercado, relevância x competitividade.

O primeiro elemento antagônico está relacionado ao **conceito** de Responsabilidade Social Universitária/RSU. A concepção na perspectiva da promoção humana, do desenvolvimento sustentável e da projeção de uma sociedade democrática representa um dos entendimentos deste fenômeno. Entretanto, há outra concepção, sob o ponto de vista da organização e da empresa, que significa a promoção do desenvolvimento sob a égide do capital, discurso que tem marcado fortemente um novo paradigma da educação superior em todo mundo – educação para atender às exigências imediatas do contexto capitalista. Em decorrência desse cenário emergem as *universidades mercantis* (Calderón, 2000, p.61 – grifos do autor), em contraponto àquela que possui a missão de formar cidadãos críticos e profissionais competentes. As universidades mercantis costumam considerar o ensino como um produto, um serviço comercializado; estão vinculadas estreitamente ao aumento de vantagens competitivas do mercado e representam a institucionalização do mercado de ensino superior.

Outro foco de tensão está no debate sobre os **fins da educação superior**. A UNESCO (2009) propõe, como um dos eixos do ensino superior, a responsabilidade social

universitária, enfatizando que, diante da complexidade dos desafios mundiais, a universidade tem a responsabilidade de avançar o conhecimento multifacetado sobre várias questões, que envolvem dimensões culturais, científicas, econômicas e sociais e a habilidade de responder a tais questões; a universidade não deve apenas fornecer práticas sólidas para o mundo, mas precisa também contribuir para a educação de cidadãos éticos, comprometidos com a construção da paz, com a defesa dos direitos humanos e com os valores de democracia. De um lado, estão os fins sociais da educação superior e, de outro, estão os fins, em outra perspectiva: os mercantilistas. Calderón (2000) argumenta que o acirramento da competição no mercado universitário tem se revelado, por exemplo, nas propagandas utilizadas pelas universidades para conquistar o cliente-consumidor. As universidades mercantis, na sua estratégia mercadológica, tendem a mostrar elementos distintos do serviço social e do bem público, que é a educação superior, para assumirem a postura empresarial e, assim, promoverem a oferta de um serviço comercial.

Os **fins do conhecimento** revelam outro ponto de contradição no contexto da educação superior. A sociedade atual está vivendo tanto uma época de mudança quanto uma mudança de época, dada à agressiva instabilidade da sociedade em movimento acelerado, principalmente quando se refere ao conhecimento, elemento que precisa incluir como finalidade a dimensão de transformação social. Na sociedade emergente do conhecimento, conforme argumentam os autores Escrigas e Lobera (2009), o sistema de educação superior, encontra-se altamente especializado, com grande valor social sendo dado ao conhecimento, em um contexto onde aplicações e consumo da tecnociência são considerados básicos para o bem-estar e a prosperidade. Por isso, seria ingênuo imaginar que o sistema científico se organiza e se desenvolve de forma autônoma. Hoje não se pode falar de ciência em abstrato, mas do que os *homens fazem em nome da ciência, por meio dela ou visando seu desenvolvimento*. (TRINDADE, 1998, p. 11 – grifos do autor). Trindade também se refere à ética tanto do pesquisador quanto da comunidade científica em todos os ramos e propósitos da ciência, de sua utilização e de sua responsabilidade social. É no sentido do desenvolvimento social sustentável que precisa ser construído e proposto o conhecimento, em suas diversas áreas, inclusive em sentido ético, e não apenas em caráter produtivista, para atender a uma sociedade com fins exclusivamente capitalistas.

Outro ponto de tensão que merece reflexão, são os conceitos de **autonomia** x **stakeholders**. A autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial da universidade inclui princípios de garantia da qualidade da educação, da gestão democrática e dos recursos necessários para manter a instituição em pleno funcionamento e desenvolvimento de suas funções básicas. A autonomia é uma exigência necessária para satisfazer as missões institucionais, através da qualidade, relevância, eficiência, transparência e responsabilidade social (UNESCO, 2009); é o direito ao autogoverno, sem imposição externa e sem interferências de qualquer outra instituição (RIBEIRO, 1982). Parece ingenuidade negar que o condicionamento do desempenho da universidade aos padrões de qualidade, para fins de credenciamento, está sob a batuta do Estado regulador, pois é este que estabelece as regras e os critérios de avaliação. A universidade não caminha sozinha, porque, para além da comunidade interna, existe uma parte externa interessada em seus resultados e, que, por isso mesmo, pode afetar a realização de seus objetivos. Trata-se dos *stakeholders*: ex-alunos, alunos, docentes, comunidade empresarial, famílias, agências de fomento, governo. Eles estão e se fazem presentes na implementação da governança da universidade, intervêm e influenciam nas tomadas de decisão.

Avaliação x **accountability** é outra demanda nesse debate. A avaliação de desempenho da universidade no atual contexto torna-se tarefa de alta complexidade, dada a falta de consenso em relação aos seus fins – por isso um grande desafio para o setor universitário. Os Estados elaboram e aprovam dispositivos legais que legitimam a aplicabilidade da avaliação institucional, como é o caso do SINAES, no Brasil, amparado pela Lei n. 10.861/2004, a qual tem por objetivo identificar o perfil da instituição e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores. Analisando sob outro olhar, percebe-se que a avaliação vem, principalmente, a partir da década de 80 do século passado, incorporando um significado mais regulador que emancipatório. Esta lógica do quase-mercado¹² (SOUZA e OLIVEIRA, 2003) evidencia a

¹² Trata-se de um espaço de disputa por um bem altamente valorizado pela maior parte da sociedade: escolas consideradas boas. Há um mercado educacional, no caso das escolas privadas, no qual a capacidade econômica de comprar o serviço educação é decisiva, ainda que não seja requisito exclusivo. Esse mercado é facilmente visível. Há, porém, uma disputa importante por escolas públicas ditas "comuns", ou seja, aquelas que não contam com recursos muito diferenciados, que não integram a rede federal de ensino ou alguns nichos muito restritos das redes estaduais. Há claras hierarquias entre elas. A população reconhece tais

competição como promotora de qualidade, articulada à implantação de incentivos, e por isso, tende a produzir resultados socialmente injustos. É uma lógica que não contempla a utopia da emancipação, como um processo capaz de direcionar projetos e ações na construção de um modelo de sociedade menos excludente. Outro exemplo de regulação e responsabilização, e até punição, é a *accountability*¹³, mecanismo pouco preocupado com os princípios de democracia e muito centrado nos resultados e na produtividade.

O debate também gira em torno do conceito de **projeto de sociedade**. A educação é um bem público para o desenvolvimento humano coletivo, por isso o projeto de educação superior precisa ser construído coletivamente, visando um projeto maior: uma sociedade democrática, menos excludente e, com o firme propósito de manter-se comprometida com o desenvolvimento social sustentável. A educação superior pode ser vista, a um só tempo, em duas dimensões polarizadas: de um lado a universidade como reprodutora da sociedade capitalista, excludente e, por isso, injusta; de outro, a universidade como um possível instrumento de emancipação, formando para a transformação social, no contínuo processo de enfrentamento do sistema. Neste, a universidade precisa reconhecer que os valores incorporados pela sociedade capitalista nem sempre respeitam o seu ideal de uma instituição transformadora, produtora de saber crítico, preocupada com as questões políticas e sociais, para além do restritamente econômico.

Há a questão da **cidadania x lógica do mercado**. Assumindo a linha de frente no processo de emancipação da sociedade, a universidade torna-se um espaço, por excelência, para a discussão e a construção da cidadania coletiva, para, assim, superar a ideia de exclusão e de injustiça, que tão marcadamente têm mantido pessoas alheias aos seus direitos sociais, políticos e econômicos. Em lugar de uma sociedade de cidadãos, com autonomia e direitos fundamentados e garantidos, a universidade, consciente ou inconscientemente, pode se comportar alinhada aos ditames do sistema capitalista e reproduzir fielmente a divisão de classes sociais. É nesse momento que a universidade se

hierarquias. Estabelecem-se acirradas disputas pelo acesso a uma matrícula naquelas que gozam de melhor prestígio e, portanto, o que chamamos "quase-mercado escolar", pois os recursos financeiros não entram diretamente nas transações que envolvem a matrícula (ENTREVISTA DO PROFESSOR DA UFRJ, PAULO DE CAMARGO À REVISTA EDUCAÇÃO UOL EM AGOSTO/2011).

¹³ Embora seja traduzido frequentemente como sinônimo de prestação de contas, o vocábulo *accountability* apresenta alguma instabilidade semântica porque corresponde de facto a um conceito com significados e amplitudes plurais. Para Schedler (citado por Afonso Janela, 2009), *accountability* tem três dimensões estruturantes: uma de informação, outra de justificação e uma outra de imposição ou sanção.

transforma numa empresa, vendendo os seus serviços educacionais para quem pode pagar por eles, sem se preocupar com as questões sociais e políticas, típicas do compromisso coletivo e da responsabilidade social universitária. Tal como tem afirmado Calderón (2000), esta é a universidade mercantil, caracterizada pela predominância da lógica empresarial e da procura do lucro. Em decorrência disso, pode-se verificar a implantação de ações voltadas para a redução dos custos de produção, o que certamente influi na qualidade do serviço ofertado.

Mais uma questão de tensão está relacionada à **relevância** e à **competitividade**. A universidade tem o dever social de engajar-se no compromisso de buscar alternativas para problemas sociais à espera de soluções. Fazer a opção de ser útil aos setores que dela precisam não é uma questão de voluntariado, mas uma questão de responsabilidade social. Para serem relevantes, as universidades precisam incorporar os seus objetivos, os seus valores e a sua missão a um projeto de sociedade politicamente democrática, culturalmente esclarecida, economicamente sustentável e humanamente solidária. Se, por um lado, parece fácil a universidade ser esta instituição socialmente responsável, por outro, a sociedade altamente competitiva, na qual valores humanos são continuamente desrespeitados e desprotegidos, por causa da lógica do “ter” em detrimentos do “ser”, mostra-se como um *locus* de lutas pelo poder, pelo reconhecimento e pelo capital, lutas quase sempre desregradadas, desordenadas e, por vezes, injustas e traiçoeiras. A universidade, neste ambiente competitivo imposto pelo sistema capitalista, torna-se um espaço também marcado por estas lutas. Para Calderón (2000), o “mercado de oferta”¹⁴, que é um mercado altamente competitivo, exige que as universidades, além de profissionalizar as propagandas publicitárias, estejam atentas às novas demandas do mercado, oferecendo novos produtos e aprimorando aqueles que já oferecem, no sentido de atingir um público tanto mais seletivo quanto mais capitalizado.

De fato, a produção de conhecimento e a produção econômica tendem a não ser âmbitos totalmente distintos, um é suscitado e apoiado crescentemente pelo outro. A investigação é relevante social e economicamente e desempenha um papel de continuada vigilância sobre as consequências da aplicação do conhecimento na transformação da

¹⁴ No qual deve-se produzir o que o mercado exige – exigências que podem ser reais ou fictícias – e, principalmente, o que os consumidores querem, dentro de um contexto de acirrada concorrência por clientes em potencial (CALDERÓN, 2000, p 66).

realidade física e social, não se reduzindo, portanto, à sua definição a partir da relevância econômica (MAGALHÃES, 2006). A dimensão social, por seu turno, prevê a educação superior com o papel central na construção de uma nova sociedade, justa, aberta e democrática, na qual a universidade pública, socialmente responsável, seja um espaço de garantia da igualdade de oportunidades, para além do desenvolvimento apenas na esfera econômica.

A universidade é uma necessidade social, porque é um espaço privilegiado de produção do saber. Sua realidade deve superar a de uma universidade fechada em seu próprio mundo, de uma entidade submetida ao paradigma epistemológico da verdade universal, sendo isto sim, construída para a maioria, autônoma, democrática e preocupada em cumprir sua RSU. Por isso, ela não deve se furtar de refletir sobre o papel que desempenha no tecido social ao qual se integra, nem tampouco deixar de ser espaço de debate sobre questões que lhes são pertinentes, como, por exemplo, autonomia, avaliação, identidade, desenvolvimento, projeto de educação e projeto de sociedade.

A proposta de um novo paradigma de ensino superior é sempre um desafio para a universidade, e nele devem estar claramente definidos os objetivos, as metas, os valores, a responsabilidade social e os critérios de qualidade e as formas de acesso. Se a universidade é uma instituição que deve se organizar conforme as demandas de seu tempo histórico, os desafios não são dificuldades apenas, mas são, sim, motivações que precisam ser cuidadosamente observadas e analisadas. Isso implica a necessidade de ela atentar, em sua missão, para princípios que demonstrem seu valor social e educacional, entre outros: conciliar a sua função científica e a sua função humanística, criar um *ethos* acadêmico que contribua com o desempenho de suas funções básicas, ser espaço aberto à comunidade e fazer de sua responsabilidade social um elo de ligação entre si e a sociedade.

Os benefícios da responsabilidade social para a universidade, segundo Vallaeys, Cruz e Sasia (2009) são aqui apresentados em forma de sugestão para melhorar a qualidade da educação superior e fortalecer as atividades básicas desenvolvidas na universidade: coerência e integração institucional: a RSU ajuda a universidade a articular suas funções substantivas de docência, investigação e extensão mediante uma política transversal que fortalece toda a instituição e alinha os diversos processos acadêmicos e não acadêmicos com um enfoque de gestão ética responsável; pertença social: a RSU ajuda a universidade a

abrir-se a seu entorno social, convoca atores externos para participar nos processos acadêmicos e organizacionais internos e orienta a gestão, a formação e investigação na busca de soluções para problemas sociais concretos; dinâmica institucional para a inovação: a RSU ajuda a universidade a ser uma organização inteligente, que pensa sobre si mesma de forma transparente e democrática e que implementa processos de melhoria contínua, que facilitam iniciativas criativas nos âmbitos acadêmicos e de gestão; racionalização da gestão universitária: a RSU ajuda a universidade a melhorar o desempenho de seus diversos processos, desde a gestão racional do *campus* até o incremento da motivação, passando pelo melhoramento acadêmico e a criação de valor social.

Como centro de formação profissional, investigação e socialização do saber, a universidade precisa ter a plena consciência de sua importância no plano de desenvolvimento de uma região e de um país. É uma instituição socialmente relevante e, por isso, pode construir sua identidade social a partir da criação de políticas de atendimento a demandas de grupos específicos e regiões com baixos indicadores sociais; da tomada da extensão como centro das políticas acadêmicas, redefinindo linhas de pesquisa e programas de ensino; da introdução, na formação acadêmica, de atividades curriculares junto à comunidade e ao entorno da instituição, que estimulam e propiciam a transposição de conceitos e a reflexão sobre a realidade social; da supervisão de modalidades tradicionais ou convencionais de cooperação, promovendo a formação de pesquisadores e produção de conhecimento com base em uma agenda comum sobre temas prioritários para a região (BRASIL, 2009). A responsabilidade social universitária é a maior expressão de uma integração criativa do binômio universidade/sociedade e seu vínculo mais idôneo, fazendo existir a possibilidade de fazer dela o eixo da ação universitária, o fio condutor da imersão social da universidade (PERNALETE e ORTEGA, 2010).

Os princípios gerais apontados por alguns autores (Santos, 2010; Zabalza, 2004; Santos e Almeida Filho, 2008; Calderón, 2006; Dias Sobrinho, 2005), para fortalecer a responsabilidade social universitária – o elo mais forte da instituição para com o campo social – e, ao mesmo tempo consolidar suas contribuições e seus compromissos com o desenvolvimento social, cultural, ambiental e econômico, podem ser assim descritos: a universidade tem sido, através dos tempos, o mais importante espaço produtor de conhecimento e de domínio técnico do homem sobre a natureza, por isso ela precisa

conservar o conhecimento como um bem público, já que a educação se caracteriza como sendo um deles, independente da esfera onde ela esteja sendo construída; é uma instituição que se realiza por meio de práticas humanas, ações de caráter ético e político; se o mundo moderno resultou de revoluções educativas, industriais e democráticas, então, isso deveu-se muito às operações de construção e transmissão dos conhecimentos de alto nível, à docência, e à investigação a que a universidade se dedica de forma ampla e sistemática; a universidade tem formado inteligências e personalidades, produzido conhecimentos e técnicas e tem sido a instância crítica e criativa da cidadania e da vida democrática; tem sido a instituição social dedicada a desenvolver, em seus espaços e em seus processos, a formação dos sujeitos sociais em suas mais completas dimensões; tem sido, provavelmente, a instituição, no âmbito da sociedade do conhecimento, que mais tem contribuído para a realização do presente e do futuro das nações, no desempenho de seu compromisso histórico provavelmente mais sublime: construir-se como instituição da cultura. A difusão da diversidade cultural e da multiplicidade de formas de ver o mundo é uma missão, uma obrigação, uma responsabilidade da universidade, por isso ela precisa defender o nome que possui – seja universidade, ou seja, outra modalidade de instituição, não importa a designação oficial.

Para Zabalza (2004), a universidade não precisa perder de vista suas funções substantivas e, ao mesmo tempo, não deve se contentar com apenas transmitir a ciência, mas, criar a ciência através da indissociabilidade ensino e pesquisa e deve dar um sentido prático e profissionalizante para a formação dos estudantes; que faça isso, aberta ao contexto social, econômico e profissional e nunca fechada em si mesma; e que possa difundir a cultura universitária.

Embora a RSU tenha se destacado a partir da expansão da ideologia do Terceiro Setor em suas interfaces com o setor empresarial, não se trata de uma temática nova nas discussões sobre o papel da educação superior e da universidade no tecido social do qual faz parte. As discussões em torno de seus rumos no Brasil possuem uma conotação político-ideológica que remete ao estímulo e disseminação da RSU, pautada pela defesa de ideais humanísticos, em prol de uma universidade comprometida na luta contra a pobreza e pela construção de uma sociedade mais justa e democrática. Portanto, discutir a RSU transforma-se num convite para revisitar, com rigor, e não por modismo passageiro, os

debates iniciados no século passado, mas que continuam tão presentes e atuais (CALDERÓN, 2006).

A educação superior é um direito social, um bem público e tem papel estratégico na promoção de processos de desenvolvimento social, cultural, ambiental e econômico, tanto no espaço local quanto no plano de desenvolvimento de uma nação. Para um país dispor de universidades com estrutura e funcionamento de qualidade e, assim, ter a capacidade de atender às demandas do campo social, é preciso por em prática um sistema de investimento contínuo; promover o envolvimento das pessoas em um projeto de educação para emancipação social, cultural, política e econômica; promover a geração do conhecimento para construção de um projeto de sociedade, a um só tempo, desenvolvido e responsável.

Não há uma conclusão para este tema, porque responsabilidade social universitária passa pelo conceito da qualidade e do compromisso social da educação superior em todo o mundo.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Um olhar sociológico da *accountability* em educação. In: ESTEBAN, Maria Teresa e AFONSO, Almerindo Janela. **Olhares e interfaces: reflexões críticas sobre a avaliação**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 147-170.

_____. Mudanças no Estado-avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização revisitada. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 53 abr-jun, 2013, p. 267-284.

AMARAL, Alberto e MAGALHÃES, António. **O conceito de stakeholders e o novo paradigma do ensino superior**. Revista Portuguesa de Educação, 2000, 13(2), p. 07-28.

ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: buscando rigor e qualidade. Cadernos de Pesquisa, n.13, julho/2011, p. 51-64.

AROCENA, Rodrigo e SUTZ, Judith (2005). Latin American Universities: From an original revolution to a uncertain transition. **Higher Education**, 2005, n. 50: 573–592.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior**: las lecciones derivadas de la experiência. Banco Mundial: Washington, 1995, p. 1-16.

BALL, Stephen J. **Education Plc**: understanding private sector participation in public sector education. London: Routledge; New York: Taylor e Francis Group, 2007.

_____. Performatividade e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Revista Educação e Realidade**. V. 35, n. 2, 2010, p. 35-56.

BENTO, Leonardo Valles. **Governança e governabilidade na reforma do Estado**: entre eficiência e democratização. São Paulo: Manole, 2003.

BERNHEIM, Carlos Tünnerman e CHAUI, Marilena Souza. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento**. Brasília: UNESCO, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denise Barbara Catani. Conferência e debate organizados pelo grupo *Sciences em Questions*. Paris, INRA, 1997.

BRASIL. **Decreto nº 6096/07**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília: Casa Civil, 2005.

_____. **Documento síntese do Fórum Nacional de Educação Superior (FNES)**. Brasília: Ministério d Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior/Secretaria de Educação Superior, 2009.

_____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília: Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2004. Disponível em <www.planalto.gov.br> Acesso 03 de abril de 2013.

_____. **Lei nº 5540/68.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília: Senado federal, 1968. Publicado no DOU de 23.11.1968

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96.** Brasília: Senado Federal, 1996.

_____. **Lei nº 11096/05.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2005.

_____. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Brasília: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC, 2001.

CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt. Gestão de responsabilidade social. In: COLOMBO, Sonia Simões e RODRIGUES, Gabriel Mario. **Desafios da gestão universitária contemporânea.** Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 337-361.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. **Universidades mercantis: a institucionalização do mercado universitário em questão.** São Paulo Perspectiva. Mar 2000, vol.14, n.1, p.61-72.

_____. **Responsabilidade social universitária:** contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior (ESTUDOS). Ano 24, nº 36, jun/2006, p. 8-22.

CAMARGO, Paulo de. Lógica de quase mercado. **Revista Educação.** Entrevista em agosto de 2011. Disponível em <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/153/artigo234697-1>> Acesso em: 30 de março de 2013.

CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. **Revista Brasileira de Educação,** v. 11, n. 31, jan/abr, 2006, p. 07-18.

CLARK, Burton. **Creating entrepreneurial universities:** organizacional pathways of transformation. Pergamon & Elsevier Science, 1998.

CLARK, Burton. Em busca da universidade empreendedora. In: AUDY, José Nicolás; MOROSINI, Marília Costa (Orgs.). **Inovação e Empreendedorismo na Universidade.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p. 15-41.

COELHO, Ildeu Moreira. Universidade e reforma universitária. In: **Nuances**: estudos sobre educação. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, ano X, v. 11, n. 11, jan/jul, 2004, p. 19-35.

COLOMBO, Sonia Simões. Liderança e gestão do capital humano nas instituições de ensino superior. In: COLOMBO, Sonia Simões e RODRIGUES, Gabriel Mario. **Desafios da gestão universitária contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 123-144.

COUTO, Pinto Alcino et al. **Ciência, inovação e desenvolvimento sustentável**: desafios e implicações estratégicas para a universidade. II Seminário Internacional – Rede ALFA PLaNGIES. Universidade Beira do Interior, Covilhã-Portugal, 25-29 de outubro de 2004.

DAHER, W, M. **Responsabilidade social corporativa**: geração de valor reputacional nas organizações internalizadas. São Paulo: Saint Paul Editora, 2006.

DAY, Christopher. **Formar docentes**: como, cuándo y em qué condiciones aprende el presorado. Madrid/Espanha: Narcea, 2005.

DENZIN, Normam K e LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS SOBRINHO, José. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado**: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento? São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

ESCRIGAS, Cristina e LOBERA Josef (e Equipe Editorial). Introdução: novas dinâmicas para a Responsabilidade Social. In: GUNI. **Educação superior em tempos de transformação**: novas dinâmicas para a responsabilidade social. Tradução: Vera Muller. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 3-19.

ESTIGARA, Adriana; PEREIRA, Reni; LEWIS, Sandra A. Lopes Barbon. **Responsabilidade social e incentivos fiscais**. São Paulo: Atlas, 2009.

FARIA, A; SAVERBRON, F. A. A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma abordagem crítica. **Revista de Administração Pública**, v. 42. Rio de Janeiro, jan/fev, 2008, p. 6-33.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade, espaço de pesquisa e produção do saber. **Educação e Filosofia**. 1999, 13 (25), jan./jun, p. 249-259.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

GEROGEN, Pedro. Universidade e compromisso social. In: RISTOFF, Dilvo e SEVEGNAN, Plamira. **Educação superior em debate**: universidade e compromisso social. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. (Coleção Educacional Superior em Debate; v. 4), p. 65-95.

_____. Educação superior entre formação e performance. **Avaliação**. Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, nov. 2008, p. 809-815.

HERRERA, Alma. Responsabilidade social das universidades. In: GUNI. **Educação superior em tempos de transformação: novas dinâmicas para a responsabilidade social**. Tradução: Vera Muller. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 41-42.

LEITE, Denise. **Responsabilidade social e avaliação**. Recife, set. 2006. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/cpa/documentos/seminarios>>. Acesso em: 23 de abril de 2011.

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio da pobreza”**. Tese de Doutorado: USP: São Paulo, 1998.

KLIKSBERG, Bernardo. Ética e responsabilidade social da universidade. **Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior (ESTUDOS)**. Ano 24, nº 36, jun/2006, p. 23-25.

KRAEMER, Maria Elizabeth Pereira. A universidade do século XXI rumo ao desenvolvimento sustentável. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**. Faculdade Cenequista de Campo Largo. 2004, v. 3, n. 2, s/p, nov. Disponível em <<http://revistas.facecla.com.br/index.php/recadm>> Acesso em: 30 de maio de 2013.

LYTORTARD, François. **A condição pós-moderna**. São Paulo: José Olímpio, 2004.

MARTINS, J. P. S. **Responsabilidade social corporativa: como a postura responsável pode gerar valor**. Campinas: Komedi, 2008.

MACÊDO, Arthur Roquete de. O papel social da universidade. **revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior**. ano 23, n. 34, abril, p. 7-12.

MAGALHÃES, António. **A identidade do ensino superior: política, conhecimento e educação numa época de transição**. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2004.

MAGALHÃES, António e MACHADO, Maria de Lourdes. A gestão política de um sistema de ensino superior de massas e a satisfação dos estudantes. In: MAGALHÃES, António, MACHADO, Maria de Lourdes e SÁ, Maria José. **Satisfação dos estudantes do ensino superior português**. Porto: CIPES, 2013, p.181-197.

MAYOR, F. Preparar um futuro viável: ensino superior e desenvolvimento sustentável. In: Conferência mundial sobre o ensino superior. Tendências de educação superior para o século XXI. **Anais da Conferência Mundial do Ensino Superior**. Paris, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1994.

MORGADO, José Carlos. Processo de Bolonha e ensino superior num mundo globalizado. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 106, p.37-62, jan/abr. 2009. Disponível em <<http://www.cedes.unicampi.br>> Acesso em: 08 de abril de 2013.

NEWOTNY, Helga, SCOTT, Peter e GIBBONS, Micheal. **Re-Thinking Science: Knowledge and the public in an age of uncertainty**. Cambridge, Reino Unido: Polity Press, 2001.

_____. **Education at a Glance 2010: OCDE indicators**. Disponível em <<http://www.oecd.org/edu>> Acesso em: 12 de abril de 2013.

PERNALETE, Mariela Torres e ORTEGA, Miriam Trápaga. **Responsabilidad Social de la Universidad: retos y perspectivas**. Buenos Aires: Paidós, 2010.

PIAUÍ. **Lei Complementar n. 87 de 22.08.2007**. Estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras Providências. Teresina: Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, 2007.

RAIBORN, Cecily A. e PAYNE, Dinah M. Corporate Codes of Conduct: A collective conscience and continuum. **Journal of Business Ethics**, v. 9, 1990, p. 879-889.

RAMIREZ, Gérman A. Ensino superior no mundo. In: COLOMBO, Sonia Simões e RODRIGUES, Gabriel Mario. **Desafios da gestão universitária contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 23-42.

REIS, Fábio José Garcia dos. **Perspectivas da gestão universitária**. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

RODRIGUEZ Alberto; DAHLMAN, Carl e JAMIL Salmi. **Knowledge and innovation for competitiveness in Brazil**. The World Bank. Washington, DC, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. Porto: Afrontamento, 1994.

_____. **A universidade no século XXI: por uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa e ALMEIDA FILHO, Naomar. **Universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: Almedina, 2008

SEVERINO, Antônio Joaquim. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. **Educar**. Curitiba, n.31, p. 73-89, 2008. Editora UFPR.

SGUISSARDI, Valdemar. **Modelo de expansão da educação superior no Brasil:** predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação & Sociedade**, v. 29, n.105, set/dez, 2008, p. 991-1022. Disponível em <www.cepes.unicampi.br> Acesso em: 09 de maio de 2011.

SILVA Jr, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. A nova lei da educação superior. **Revista Brasileira de Educação**, n. 29, maio/jun, 2005, p. 05-28. Disponível em <www.scielo.br> Acesso em: 12 de maio de 2011.

SOUSA, Ana Maria Costa de. Gestão acadêmica atual. In: COLOMBO, Sonia Simões e RODRIGUES, Gabriel Mario. **Desafios da gestão universitária contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 97-110.

SOUZA, Sandra Zákia Lian de e OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 84, setembro de 2003, p. 873-895.

TAUCHEN, Joel e BRANDLI, Luciana Londero. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Revista Gestão e Produção**. 2006. V.13, n. 3, set-dez, p. 503-315.

TAVARES, Sergio Marcus Nogueira. Governança no ensino superior privado. In: COLOMBO, Sonia Simões e RODRIGUES, Gabriel Mario. **Desafios da gestão universitária contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 175-190.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação é um direito**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

TEIXEIRA, Pedro Nunes. **Financiamento do ensino superior: desafios e escolhas**. 2º Ciclo de Seminários Internacionais. Educação no Século XXI: modelos e sucessos. Rio de Janeiro: SENAC, 2009.

TRINDADE, Hélio. Universidade em perspectiva: sociedade, conhecimento e poder. **Revista Brasileira de Educação**. Conferência de abertura da XXI Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, setembro de 1998, p. 05-15.

TROW, Martin. **Reflections on the transition from elite to mass to universal access:** forms and phases of higher education in modern societies since WWII. This paper is posted at the e Scholarship Repository, University of California. Springer International Handbooks of Education, v. 18, 2006, p. 243-280. Disponível em: <http://repositories.cdlib.org/igs/WP2005-4>, 2005.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI:** visão e ação. Paris, 5 a 9 de outubro de 1998.

_____. **Conferência mundial sobre o ensino superior 2009:** as novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social. Paris, 05 a 08 de julho de 2009.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **Estatuto**. Teresina-PI: UESPI, 2008.

VALLAEYS, François. O que significa responsabilidade social universitária? **Estudos**, v.24, n.36, 2006, p.35-56.

VALLAEYS, François; CRUZ, Cristina; SASIA, Pedro M. **Responsabilidad social universitaria**: Manual de primeiros passos. México: McGraw-Hill Interamericana, 2009.

ZABALZA, Miguel. **O ensino universitário**: seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre: Artmed, 2004.

WANDERLEY, Luis Eduardo. **O que é universidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

APÊNDICES

APÊNDICE I



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/EDU/PUCRS**

AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA

À

Reitoria da Universidade Estadual do Piauí

Magnífico Reitor

Venho respeitosamente solicitar de V. Magnificência autorização para realização da pesquisa de doutorado intitulada **POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA**, desenvolvida pela doutoranda Raimunda Maria da Cunha Ribeiro, orientada pela Prof.^a Dr.^a Cleoni Maria Barboza Fernandes do PPG/EDU da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender a gestão da Universidade Estadual do Piauí no tocante às ações de responsabilidade social universitária (no ensino, na pesquisa e na extensão), a fim de melhor situá-la na perspectiva do contexto social ao qual pertence.

Serão assegurados procedimentos que garantem a privacidade das informações e um cuidado ético, de modo que possam preservar os processos cotidianos, a instituição e as pessoas envolvidas.

Atenciosamente,

Raimunda Maria da Cunha Ribeiro – Doutoranda em Educação/PUCRS

Eu, **Carlos Alberto Pereira da Silva**, autorizo a realização da pesquisa de doutorado intitulada “Responsabilidade social universitária: um enfoque na gestão da Universidade Estadual do Piauí”, desenvolvida pela doutoranda Raimunda Maria da Cunha Ribeiro, orientada pela Prof.^a Dr.^a Cleoni Maria Barboza Fernandes.

Carlos Alberto Pereira da Silva

Teresina/PI, ____/____/____

APÊNDICE II



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/EDU/PUCRS**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – UESPI

Prezado/o participante

Você está sendo convidado a participar voluntariamente de uma pesquisa educacional intitulada: **POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA**. A pesquisa tem como objetivo analisar a gestão da Universidade Estadual do Piauí, sob o ponto de vista da responsabilidade social, afim de melhor compreendê-la no contexto da realidade social a qual pertence.

Vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender a gestão da Universidade Estadual do Piauí no tocante às ações de responsabilidade social universitária (no ensino, na pesquisa e na extensão), a fim de melhor situá-la na perspectiva do contexto social ao qual pertence.

Desse modo, sua opinião é de fundamental importância para esse estudo, uma vez que irá contribuir para a identificação e a reflexão sobre ações de responsabilidade social realizadas pela Universidade Estadual do Piauí. Se concordar em participar, você será solicitado a responder a uma entrevista, na qual discorrerá sobre a gestão, o ensino, a pesquisa e a extensão da referida instituição.

A pesquisadora responsável pelo estudo irá identificar as informações de cada participante mediante um código ou nome fictício que substituirá seu nome real. Todas as informações obtidas serão mantidas de forma confidencial, ou seja, apenas a pesquisadora terá acesso aos dados obtidos. As respostas também poderão ser usadas em publicações da área de educação sobre o assunto pesquisado, porém a identidade dos participantes não será revelada de forma alguma. Os mesmos terão direito de acesso aos próprios dados.

Serão assegurados procedimentos que garantem a não utilização das informações, de modo que não prejudiquem as pessoas, inclusive no que se refere a sua autoestima e a seu prestígio. Os resultados do estudo serão sempre apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa.

Essa pesquisa faz parte de uma Tese de Doutorado em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS, e será desenvolvida pela doutoranda Raimunda Maria da Cunha Ribeiro, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Cleoni Maria Barboza Fernandes.

Assinando este termo de consentimento, eu como participante desta pesquisa, estou ciente de que:

1. A minha participação na pesquisa iniciará após a leitura, o esclarecimento de possíveis dúvidas, e meu consentimento livre e esclarecido por escrito. A assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido constará em duas vias, permanecendo uma delas comigo e outra com a pesquisadora.
2. Esta pesquisa é de natureza qualitativa e responderei a uma entrevista semiestruturada, não sendo obrigado a responder a todas as perguntas.
3. Estou ciente de que as respostas da entrevista poderão ser divulgadas mediante publicações científicas ou educativas, com artigos e apresentações em eventos de educação.
4. Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre minha participação na referida pesquisa.
5. Minha identidade será preservada, portanto serão considerados o sigilo e o anonimato tanto na coleta de dados quanto na divulgação dos resultados.
6. Minha participação na realização desta pesquisa não implicará lucros, nem prejuízos de qualquer espécie, tanto para mim, quanto para Universidade Estadual do Piauí, onde atuo como profissional do ensino superior. Estou ciente de que tenho total liberdade para desistir de participar da referida pesquisa a qualquer momento, e que esta decisão não implicará prejuízo ou desconforto pessoal.

Eu _____
declaro que estou de acordo em participar voluntariamente desta pesquisa e que fui devidamente esclarecido sobre todos os aspectos constantes nesse termo.

Teresina/PI, ____/____/____.

Assinatura do participante

Raimunda Maria da Cunha Ribeiro

Prof.^a Dr.^a Cleoni Maria Barboza Fernandes

Pesquisadora: Raimunda Maria da Cunha Ribeiro (89) 9985-2314/ (51) 8235-3654
raimunda.ribeiro@acad.pucrs.br, raicribeiro@ig.com.br

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cleoni Maria Barboza Fernandes (51) 2111-7144
cleoni.fernandes@pucrs.br

Comitê de Ética em pesquisa/PUCRS: (51) 33203345
CEP@pucrs.br

APÊNDICE III



VIVA ESSE MUNDO

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/EDU/PUCRS**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – CEE/PI

Prezado/o participante

Você está sendo convidado a participar voluntariamente de uma pesquisa educacional intitulada: **POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA**. A pesquisa tem como objetivo analisar a gestão da Universidade Estadual do Piauí, sob o ponto de vista da responsabilidade social, afim de melhor compreendê-la no contexto da realidade social a qual pertence.

Vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender a gestão da Universidade Estadual do Piauí no tocante às ações de responsabilidade social universitária (no ensino, na pesquisa e na extensão), a fim de melhor situá-la na perspectiva do contexto social ao qual pertence.

Desse modo, sua opinião é de fundamental importância para esse estudo, uma vez que irá contribuir para a identificação e a reflexão sobre ações de responsabilidade social realizadas pela Universidade Estadual do Piauí, através de dados advindos da avaliação institucional realizada pelo Conselho Estadual de Educação do Piauí/CEE/PI. Se concordar em participar, você será solicitado a responder a uma entrevista, na qual discorrerá sobre as ações de responsabilidade social da referida instituição de ensino superior.

A pesquisadora responsável pelo estudo irá identificar as informações de cada participante mediante um código ou nome fictício que substituirá seu nome real. Todas as informações obtidas serão mantidas de forma confidencial, ou seja, apenas a pesquisadora terá acesso aos dados obtidos. As respostas também poderão ser usadas em publicações da área de educação sobre o assunto pesquisado, porém a identidade dos participantes não será revelada de forma alguma. Os mesmos terão direito de acesso aos próprios dados.

Serão assegurados procedimentos que garantem a não utilização das informações, de modo que não prejudiquem as pessoas, inclusive no que se refere a sua autoestima e a seu prestígio. Os resultados do estudo serão sempre apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa.

Essa pesquisa faz parte de uma Tese de Doutorado em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS, e será desenvolvida pela doutoranda Raimunda Maria da Cunha Ribeiro, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Cleoni Maria Barboza Fernandes.

Assinando este termo de consentimento, eu como participante desta pesquisa, estou ciente de que:

1. A minha participação na pesquisa iniciará após a leitura, o esclarecimento de possíveis dúvidas, e meu consentimento livre e esclarecido por escrito. A assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido constará em duas vias, permanecendo uma delas comigo e outra com a pesquisadora.
2. Esta pesquisa é de natureza qualitativa e responderei a uma entrevista semiestruturada, não sendo obrigado a responder a todas as perguntas.
3. Estou ciente de que as respostas da entrevista poderão ser divulgadas mediante publicações científicas ou educativas, com artigos e apresentações em eventos de educação.
4. Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre minha participação na referida pesquisa.
5. Minha identidade será preservada, portanto serão considerados o sigilo e o anonimato tanto na coleta de dados, quanto na divulgação dos resultados.
6. Minha participação na realização desta pesquisa não implicará lucros, nem prejuízos de qualquer espécie, tanto para mim, quanto para Universidade Estadual do Piauí, ou para o Conselho Estadual de Educação do Piauí, onde atuo como servidor deste órgão. Estou ciente de que tenho total liberdade para desistir de participar da referida pesquisa a qualquer momento, e que esta decisão não implicará prejuízo ou desconforto pessoal.

Eu _____

declaro que estou de acordo em participar voluntariamente desta pesquisa e que fui devidamente esclarecido sobre todos os aspectos constantes nesse termo.

Teresina/PI, ____/____/____.

Assinatura do participante

Raimunda Maria da Cunha Ribeiro

Prof.^a Dr.^a Cleoni Maria Barboza Fernandes

Pesquisadora: Raimunda Maria da Cunha Ribeiro (89) 9985-2314/ (51) 8235-3654
raimunda.ribeiro@acad.pucrs.br, raicribeiro@ig.com.br

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cleoni Maria Barboza Fernandes (51) 2111-7144
cleoni.fernandes@pucrs.br

Comitê de Ética em pesquisa/PUCRS: (51) 33203345
CEP@pucrs.br

APÊNDICE IV



VIVA ESSE MUNDO

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/EDU/PUCRS**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ADCESP/PI

Prezado/o participante

Você está sendo convidado a participar voluntariamente de uma pesquisa educacional intitulada: **POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA**. A pesquisa tem como objetivo analisar a gestão da Universidade Estadual do Piauí, sob o ponto de vista da responsabilidade social, afim de melhor compreendê-la no contexto da realidade social a qual pertence.

Vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender a gestão da Universidade Estadual do Piauí no tocante às ações de responsabilidade social universitária (no ensino, na pesquisa e na extensão), a fim de melhor situá-la na perspectiva do contexto social ao qual pertence.

Desse modo, sua opinião é de fundamental importância para esse estudo, uma vez que irá contribuir para a identificação e a reflexão sobre ações de responsabilidade social realizadas pela Universidade Estadual do Piauí, através de dados advindos da avaliação institucional realizada pelo Conselho Estadual de Educação do Piauí/CEE/PI. Se concordar em participar, você será solicitado a responder a uma entrevista, na qual discorrerá sobre as ações de responsabilidade social da referida instituição de ensino superior.

A pesquisadora responsável pelo estudo irá identificar as informações de cada participante mediante um código ou nome fictício que substituirá seu nome real. Todas as informações obtidas serão mantidas de forma confidencial, ou seja, apenas a pesquisadora terá acesso aos dados obtidos. As respostas também poderão ser usadas em publicações da área de educação sobre o assunto pesquisado, porém a identidade dos participantes não será revelada de forma alguma. Os mesmos terão direito de acesso aos próprios dados.

Serão assegurados procedimentos que garantem a não utilização das informações, de modo que não prejudiquem as pessoas, inclusive no que se refere a sua autoestima e a seu prestígio. Os resultados do estudo serão sempre apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa.

Essa pesquisa faz parte de uma Tese de Doutorado em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS, e será desenvolvida pela doutoranda Raimunda Maria da Cunha Ribeiro, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Cleoni Maria Barboza Fernandes.

Assinando este termo de consentimento, eu como participante desta pesquisa, estou ciente de que:

7. A minha participação na pesquisa iniciará após a leitura, o esclarecimento de possíveis dúvidas, e meu consentimento livre e esclarecido por escrito. A assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido constará em duas vias, permanecendo uma delas comigo e outra com a pesquisadora.
8. Esta pesquisa é de natureza qualitativa e responderei a uma entrevista semiestruturada, não sendo obrigado a responder a todas as perguntas.
9. Estou ciente de que as respostas da entrevista poderão ser divulgadas em publicações científicas ou educativas, com artigos e apresentações em eventos de educação.
10. Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre minha participação na referida pesquisa.
11. Minha identidade será preservada, portanto serão considerados o sigilo e o anonimato tanto na coleta de dados, quanto na divulgação dos resultados.
12. Minha participação na realização desta pesquisa não implicará lucros nem prejuízos de qualquer espécie, tanto para mim quanto para Universidade Estadual do Piauí, ou para o Conselho Estadual de Educação do Piauí, onde atuo como servidor deste órgão. Estou ciente de que tenho total liberdade para desistir de participar da referida pesquisa a qualquer momento, e que esta decisão não implicará prejuízo ou desconforto pessoal.

Eu _____

declaro que estou de acordo em participar voluntariamente desta pesquisa e que fui devidamente esclarecido sobre todos os aspectos constantes nesse termo.

Teresina/PI, ____/____/____.

Assinatura do participante

Raimunda Maria da Cunha Ribeiro

Prof.^a Dr.^a Cleoni Maria Barboza Fernandes

Pesquisadora: Raimunda Maria da Cunha Ribeiro (89) 9985-2314/ (51) 8235-3654
raimunda.ribeiro@acad.pucrs.br, raicribeiro@ig.com.br

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cleoni Maria Barboza Fernandes (51) 2111-7144
cleoni.fernandes@pucrs.br

Comitê de Ética em pesquisa/PUCRS: (51) 33203345
CEP@pucrs.br

APÊNDICE V



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/EDU/PUCRS**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – SINTUESPI/PI

Prezado/o participante

Você está sendo convidado a participar voluntariamente de uma pesquisa educacional intitulada: **POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA**. A pesquisa tem como objetivo analisar a gestão da Universidade Estadual do Piauí, sob o ponto de vista da responsabilidade social, afim de melhor compreendê-la no contexto da realidade social a qual pertence.

Vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender a gestão da Universidade Estadual do Piauí no tocante às ações de responsabilidade social universitária (no ensino, na pesquisa e na extensão), a fim de melhor situá-la na perspectiva do contexto social ao qual pertence.

Desse modo, sua opinião é de fundamental importância para esse estudo, uma vez que irá contribuir para a identificação e a reflexão sobre ações de responsabilidade social realizadas pela Universidade Estadual do Piauí, através de dados advindos da avaliação institucional realizada pelo Conselho Estadual de Educação do Piauí/CEE/PI. Se concordar em participar, você será solicitado a responder a uma entrevista, na qual discorrerá sobre as ações de responsabilidade social da referida instituição de ensino superior.

A pesquisadora responsável pelo estudo irá identificar as informações de cada participante mediante um código ou nome fictício que substituirá seu nome real. Todas as informações obtidas serão mantidas de forma confidencial, ou seja, apenas a pesquisadora terá acesso aos dados obtidos. As respostas também poderão ser usadas em publicações da área de educação sobre o assunto pesquisado, porém a identidade dos participantes não será revelada de forma alguma. Os mesmos terão direito de acesso aos próprios dados.

Serão assegurados procedimentos que garantem a não utilização das informações, de modo que não prejudiquem as pessoas, inclusive no que se refere a sua autoestima e a seu prestígio. Os resultados do estudo serão sempre apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa.

Essa pesquisa faz parte de uma Tese de Doutorado em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS, e será desenvolvida pela doutoranda Raimunda Maria da Cunha Ribeiro, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Cleoni Maria Barboza Fernandes.

Assinando este termo de consentimento, eu como participante desta pesquisa, estou ciente de que:

13. A minha participação na pesquisa iniciará após a leitura, o esclarecimento de possíveis dúvidas, e meu consentimento livre e esclarecido por escrito. A assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido constará em duas vias, permanecendo uma delas comigo e outra com a pesquisadora.
14. Esta pesquisa é de natureza qualitativa e responderei a uma entrevista semiestruturada, não sendo obrigado a responder a todas as perguntas.
15. Estou ciente de que as respostas da entrevista poderão ser divulgadas em publicações científicas ou educativas, com artigos e apresentações em eventos de educação.
16. Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre minha participação na referida pesquisa.
17. Minha identidade será preservada, portanto serão considerados o sigilo e o anonimato tanto na coleta de dados, quanto na divulgação dos resultados.
18. Minha participação na realização desta pesquisa não implicará lucros nem prejuízos de qualquer espécie, tanto para mim quanto para Universidade Estadual do Piauí, ou para o Conselho Estadual de Educação do Piauí, onde atuo como servidor deste órgão. Estou ciente de que tenho total liberdade para desistir de participar da referida pesquisa a qualquer momento, e que esta decisão não implicará prejuízo ou desconforto pessoal.

Eu _____
declaro que estou de acordo em participar voluntariamente desta pesquisa e que fui devidamente esclarecido sobre todos os aspectos constantes nesse termo.

Teresina/PI, ____/____/____.

Assinatura do participante

Raimunda Maria da Cunha Ribeiro

Prof.^a Dr.^a Cleoni Maria Barboza Fernandes

Pesquisadora: Raimunda Maria da Cunha Ribeiro (89) 9985-2314/ (51) 8235-3654
raimunda.ribeiro@acad.pucrs.br, raicribeiro@ig.com.br

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cleoni Maria Barboza Fernandes (51) 2111-7144
cleoni.fernandes@pucrs.br

Comitê de Ética em pesquisa/PUCRS: (51) 33203345
CEP@pucrs.br

APÊNDICE VI



VIVA ESSE MUNDO

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/EDU/PUCRS**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – FAPEPI/PI

Prezado/o participante

Você está sendo convidado a participar voluntariamente de uma pesquisa educacional intitulada: **POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA**. A pesquisa tem como objetivo analisar a gestão da Universidade Estadual do Piauí, sob o ponto de vista da responsabilidade social, afim de melhor compreendê-la no contexto da realidade social a qual pertence.

Vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender a gestão da Universidade Estadual do Piauí no tocante às ações de responsabilidade social universitária (no ensino, na pesquisa e na extensão), a fim de melhor situá-la na perspectiva do contexto social ao qual pertence.

Desse modo, sua opinião é de fundamental importância para esse estudo, uma vez que irá contribuir para a identificação e a reflexão sobre ações de responsabilidade social realizadas pela Universidade Estadual do Piauí, através de dados advindos da avaliação institucional realizada pelo Conselho Estadual de Educação do Piauí/CEE/PI. Se concordar em participar, você será solicitado a responder a uma entrevista, na qual discorrerá sobre as ações de responsabilidade social da referida instituição de ensino superior.

A pesquisadora responsável pelo estudo irá identificar as informações de cada participante mediante um código ou nome fictício que substituirá seu nome real. Todas as informações obtidas serão mantidas de forma confidencial, ou seja, apenas a pesquisadora terá acesso aos dados obtidos. As respostas também poderão ser usadas em publicações da área de educação sobre o assunto pesquisado, porém a identidade dos participantes não será revelada de forma alguma. Os mesmos terão direito de acesso aos próprios dados.

Serão assegurados procedimentos que garantem a não utilização das informações, de modo que não prejudiquem as pessoas, inclusive no que se refere a sua autoestima e a seu prestígio. Os resultados do estudo serão sempre apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa.

Essa pesquisa faz parte de uma Tese de Doutorado em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS, e será desenvolvida pela doutoranda Raimunda Maria da Cunha Ribeiro, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Cleoni Maria Barboza Fernandes.

Assinando este termo de consentimento, eu como participante desta pesquisa, estou ciente de que:

19. A minha participação na pesquisa iniciará após a leitura, o esclarecimento de possíveis dúvidas, e meu consentimento livre e esclarecido por escrito. A assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido constará em duas vias, permanecendo uma delas comigo e outra com a pesquisadora.
20. Esta pesquisa é de natureza qualitativa e responderei a uma entrevista semiestruturada, não sendo obrigado a responder a todas as perguntas.
21. Estou ciente de que as respostas da entrevista poderão ser divulgadas em publicações científicas ou educativas, com artigos e apresentações em eventos de educação.
22. Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre minha participação na referida pesquisa.
23. Minha identidade será preservada, portanto serão considerados o sigilo e o anonimato tanto na coleta de dados, quanto na divulgação dos resultados.
24. Minha participação na realização desta pesquisa não implicará lucros nem prejuízos de qualquer espécie, tanto para mim quanto para Universidade Estadual do Piauí, ou para o Conselho Estadual de Educação do Piauí, onde atuo como servidor deste órgão. Estou ciente de que tenho total liberdade para desistir de participar da referida pesquisa a qualquer momento, e que esta decisão não implicará prejuízo ou desconforto pessoal.

Eu _____
declaro que estou de acordo em participar voluntariamente desta pesquisa e que fui devidamente esclarecido sobre todos os aspectos constantes nesse termo.

Teresina/PI, ____/____/____.

Assinatura do participante

Raimunda Maria da Cunha Ribeiro

Prof.^a Dr.^a Cleoni Maria Barboza Fernandes

Pesquisadora: Raimunda Maria da Cunha Ribeiro (89) 9985-2314/ (51) 8235-3654
raimunda.ribeiro@acad.pucrs.br, raicribeiro@ig.com.br

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cleoni Maria Barboza Fernandes (51) 2111-7144
cleoni.fernandes@pucrs.br

Comitê de Ética em pesquisa/PUCRS: (51) 33203345
CEP@pucrs.br

APÊNDICE VII**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/EDU/PUCRS****ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: REITOR**

- 1. RESPONDENTE:** Reitor da Universidade Estadual do Piauí
- 2. FINALIDADES:**
 - Coletar dados para elaboração de Tese de Doutorado, cujo tema é: **POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA.**
 - Discutir sobre o modelo de gestão adotado pela Universidade.
- 3. QUESTÕES PARA DISCUSSÃO:**
 - a.** Como está organizada a gestão da Universidade Estadual do Piauí?
 - b.** O modelo de gestão adotado pela Universidade Estadual do Piauí tem contribuído para o desempenho de suas funções básicas, como uma instituição de ensino superior pública? Justifique.
 - c.** O Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Estadual do Piauí versa, em sua missão e visão, sobre a Responsabilidade Social Universitária? Explique.
 - d.** Como pode avaliar as contribuições da Universidade Estadual do Piauí, no plano de desenvolvimento do Piauí? Sintetize.

APÊNDICE VIII**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/EDU/PUCRS****ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: PRÓ-REITORES****1. RESPONDENTES:**

- 1.1. Pró-Reitor de Ensino;
- 1.2. Pró-Reitor de Pesquisa;
- 1.3. Pró-Reitor de Extensão.

2. FINALIDADES:

- 2.1. Coletar dados para elaboração de Tese de Doutorado, cujo tema é: POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA.
- 2.2. Discutir sobre as políticas universitárias referentes ao ensino, à pesquisa e à extensão.

3. QUESTÕES PARA DISCUSSÃO:

- 3.1. Quais os programas e/ou projetos institucionais desta Pró-Reitoria, destinados à melhoria da qualidade da educação promovida pela Universidade Estadual do Piauí?
- 3.2. O modelo de gestão adotado pela Universidade Estadual do Piauí tem contribuído para o desempenho de suas funções básicas, como uma instituição de ensino superior pública? Justifique.
- 3.3. A política universitária (de pesquisa – de ensino – de extensão) versa, em suas finalidades, sobre a Responsabilidade Social Universitária? Justifique.
- 3.4. Como pode avaliar as contribuições da Universidade Estadual do Piauí, no plano de desenvolvimento do Piauí? Sintetize.

APÊNDICE XIX



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/EDU/PUCRS**

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: CEE/APL

- 1. RESPONDENTE:** Presidente do Conselho Estadual de Educação do Piauí.
- 2. FINALIDADES:**
 - Coletar dados para elaboração de Tese de Doutorado, cujo tema é: **POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA.**
 - Discutir como é avaliada a dimensão da responsabilidade social universitária, na referida instituição.
- 3. QUESTÕES PARA DISCUSSÃO:**
 - 3.1.** Como é realizada a avaliação da Universidade Estadual do Piauí, por este Conselho?
 - 3.2.** O modelo de gestão adotado pela Universidade Estadual do Piau, tem contribuído para o desempenho de suas funções básicas, como uma instituição de ensino superior pública? Justifique.
 - 3.3.** A política universitária (de pesquisa – de ensino – de extensão) versa, em suas finalidades, sobre a Responsabilidade Social Universitária? Justifique.
 - 3.4.** Como pode avaliar as contribuições da Universidade Estadual do Piauí, no plano de desenvolvimento do Piauí? Sintetize.

APÊNDICE X**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/EDU/PUCRS****ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: ADECESP**

1. RESPONDENTE: Presidente da ADECESP – Associação de Docentes do Centro de Ensino Superior do Piauí

2. FINALIDADES:

- Coletar dados para elaboração de Tese de Doutorado, cujo tema é: **POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA.**
- Discutir como se dá a política de responsabilidade social da Universidade Estadual do Piauí

3. QUESTÕES PARA DISCUSSÃO:

3.2. O modelo de gestão adotado pela Universidade Estadual do Piauí tem contribuído para o desempenho de suas funções básicas, como uma instituição de ensino superior pública? Justifique.

3.3. A política universitária (de pesquisa – de ensino – de extensão) versa em suas finalidades sobre a Responsabilidade Social Universitária? Justifique.

3.4. Como pode avaliar as contribuições da Universidade Estadual do Piauí, no plano de desenvolvimento do Piauí? Sintetize.

APÊNDICE XI**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/EDU/PUCRS****ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: SINTUESPI**

1. RESPONDENTE: Presidente do SINTUESPI – Sindicato dos servidores da Universidade estadual do Piauí

2. FINALIDADES:

- Coletar dados para elaboração de Tese de Doutorado, cujo tema é: **POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA.**
- Discutir como se dá a política de responsabilidade social da Universidade Estadual do Piauí.

3. QUESTÕES PARA DISCUSSÃO:

3.2. O modelo de gestão adotado pela Universidade Estadual do Piauí tem contribuído para o desempenho de suas funções básicas, como uma instituição de ensino superior pública? Justifique.

3.3. A política universitária (de pesquisa – de ensino – de extensão – no campo administrativo) versa, em suas finalidades, sobre a Responsabilidade Social Universitária? Justifique.

3.4. Como pode avaliar as contribuições da Universidade Estadual do Piauí, no plano de desenvolvimento do Piauí? Sintetize.

APÊNDICE XII**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/EDU/PUCRS****ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: FAPEPI**

- 1. RESPONDENTE:** Presidente da Fundação de amparo e apoio à pesquisa no Piauí
- 2. FINALIDADES:**
 - Coletar dados para elaboração de Tese de Doutorado, cujo tema é: **POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA.**
 - Discutir como se dá a política de responsabilidade social da Universidade Estadual do Piauí.
- 3. QUESTÕES PARA DISCUSSÃO:**
 - 3.2.** A política universitária (de pesquisa – de ensino – de extensão) versa em suas finalidades sobre a Responsabilidade Social Universitária? Justifique.
 - 3.3.** A política universitária da UESPI, no campo da pesquisa, tem contribuído para a geração de conhecimento e desenvolvimento da ciência. Como esse processo pode ser avaliado por essa agência de fomento à pesquisa no Estado do Piauí?
 - 3.4.** Como pode avaliar as contribuições da Universidade Estadual do Piauí, no plano de desenvolvimento do Piauí? Sintetize.

APÊNDICE XIII**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/EDU/PUCRS****ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: ALUNO**

1. RESPONDENTE: Representante do corpo discente da UESPI

4. FINALIDADES:

- Coletar dados para elaboração de Tese de Doutorado, cujo tema é: **POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA.**
- Discutir como se dá a política de responsabilidade social da Universidade Estadual do Piauí.

5. QUESTÕES PARA DISCUSSÃO:

3.2. O modelo de gestão, adotado pela Universidade Estadual do Piauí, tem contribuído para o desempenho de suas funções básicas, como uma instituição de ensino superior pública? Justifique.

3.3. A política universitária (de pesquisa – de ensino – de extensão – no campo administrativo) versa em suas finalidades sobre a Responsabilidade Social Universitária? Justifique.

3.4. Como pode avaliar as contribuições da Universidade Estadual do Piauí, no plano de desenvolvimento do Piauí? Sintetize.

ANEXO



Lei Complementar Nº 87 de 22/08/2007

Estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,

FAÇO saber, que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Título I

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Ficam estabelecidos, para fins de planejamento governamental, 28 Aglomerados e 11 Territórios de Desenvolvimento no Estado do Piauí, em 4 Macrorregiões, organizados na forma do Anexo Único.

§ 1º A regionalização para o desenvolvimento fundamenta-se em características ambientais; vocações produtivas e dinamismo das regiões; relações sócio-econômicas e culturais estabelecidas entre as cidades; regionalização político-administrativa e malha viária existente.

§ 2º Os Territórios de Desenvolvimento Sustentável constituem as unidades de planejamento da ação governamental, visando a promoção do desenvolvimento sustentável do Estado, a redução de desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população piauiense, através da democratização dos programas e ações e da regionalização do orçamento.

§ 3º A ação governamental de que trata o § 2º será efetivada mediante a formulação do Plano Plurianual de Governo, das Diretrizes Orçamentárias, do Orçamento Anual, dos Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios e do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí.

§ 4º A ação governamental de planejamento, atendidas as peculiaridades locais e regionais, guardará perfeita coordenação e consonância com os planos, programas e projetos dos Governos da União e dos Municípios.

Capítulo I

DA DESCENTRALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO

Art. 2º O planejamento da ação governamental será efetivado através das seguintes instâncias de participação que constituem, no seu âmbito de atuação, o espaço sócio-político de discussão, articulação, consulta e deliberação de políticas públicas, com pleno envolvimento dos segmentos sociais na definição de prioridades de investimento, consolidando espaços institucionais de participação e controle social:

I - Assembléias Municipais;

II - Onze Conselhos de Desenvolvimento Territorial Sustentável – CTDS;

III - Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável – CEDS.

Art. 3º As Assembléias Municipais, de responsabilidade dos agentes locais (Poder Público e Sociedade Civil), serão abertas à participação direta e universal de todos os cidadãos(ãs) residentes nos municípios conforme regimento de regulamentação da Assembléia e terão como objetivos:

I - a definição de prioridades a ser enviada ao respectivo Conselho de Desenvolvimento Territorial Sustentável – CTDS, para deliberação;

II - a eleição de dois representantes, por município, membros da sociedade civil organizada, para compor o Conselho de Desenvolvimento Territorial Sustentável – CTDS, assegurando-se a representatividade dos segmentos sociais mais expressivos do município.

Parágrafo Único As Assembléias acontecerão de dois em dois anos, quando da elaboração ou revisão do Plano Plurianual.

Art. 4º O Conselho de Desenvolvimento Territorial Sustentável – CTDS terá as seguintes atribuições:

- I - posicionar-se e deliberar sobre as demandas oriundas das Assembléias Municipais;
- II - hierarquizar as ações para o Território a partir de critérios definidos pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento, considerando as peculiaridades regionais;
- III - apoiar o Poder Executivo na elaboração dos Planos de Desenvolvimento dos Territórios e Plano de Desenvolvimento do Estado do Piauí;
- IV - incentivar, orientar e apoiar programas de novos empreendimentos na região;
- V - emitir parecer:
 - a) sobre projetos que requeiram decisão de instâncias superiores;
 - b) a cada semestre sobre a execução orçamentária, juntando relatório das atividades executadas na região, por área de atuação, a ser enviado à Superintendência de Planejamento Participativo da Secretaria Estadual do Planejamento.

Art. 5º O Conselho de Desenvolvimento Territorial Sustentável – CTDS, reunir-se-á ordinariamente em Assembleia, no mínimo a cada quatro meses, obedecendo ao rodízio de Municípios para a sua realização.

Art. 6º O Conselho de Desenvolvimento Territorial Sustentável terá a seguinte composição:

I - membro nato:

- a) os Prefeitos dos Municípios pertencentes ao território de abrangência;
- b) os Presidentes das Câmaras de Vereadores dos respectivos municípios de abrangência;
- c) um representante do Poder Executivo, a ser indicado pelo Governador.

II - membro não nato:

- a) dois representantes por município da região de abrangência, escolhidos nas Assembléias Municipais, membros da sociedade civil organizada, assegurando-se a representatividade dos segmentos sociais mais expressivos do Território;
- b) um representante de uma ONG com atuação no Território, a ser indicado pelos Componentes do Conselho.

§ 1º O membro nato, por motivo devidamente justificado, poderá ser representado:

- III - o Prefeito Municipal, pelo respectivo Vice-Prefeito;
- IV - o Presidente da Câmara Municipal, pelo Vice-Presidente ou Vereador indicado pelo Plenário da Câmara.

§ 2º Cada membro não nato do Conselho terá um suplente.

Art. 7º A função de membro do Conselho de Desenvolvimento Territorial Sustentável – CTDS não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art. 8º O Conselho de Desenvolvimento Territorial Sustentável - CTDS, mediante resolução, deverá aprovar seu Regimento Interno no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da efetiva nomeação de seus membros.

§ 1º O Regimento Interno deverá prever toda a rotina de funcionamento, sendo obrigatória a inserção de dispositivos estabelecendo prazos, condições de permanência, substituição de membros, periodicidade de reunião ordinária e fixação de *quorum* mínimo.

§ 2º O presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial bem como os membros do seu quadro administrativo, serão escolhidos entre seus componentes.

Art. 9º O Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável – CEDS, órgão máximo de deliberação das políticas públicas que nortearão a ação governamental no Estado do Piauí, tem as seguintes atribuições:

I - formular o Plano de Desenvolvimento do Estado do Piauí;

II - priorizar dentre as ações definidas e hierarquizadas nos Conselhos de Desenvolvimento Territorial, aquelas que comporão o Plano Plurianual e o Orçamento Anual;

III - definir diretrizes de apoio à sustentabilidade com o objetivo de promover a dinamização econômica do Estado, através da expansão de empresas piauienses, bem como atração e estímulo a novos empreendimentos;

IV - promover diretrizes em defesa da sustentabilidade ambiental;

V - traçar diretrizes básicas de apoio ao planejamento dos Aglomerados e Territórios;

VI - acompanhar e fiscalizar a implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Piauí.

Art. 10 O Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável - CEDS será presidido pelo Governador

do Estado, e composto por 52 (cinquenta e dois) conselheiros e seus respectivos suplentes, representantes do Poder Público e da Sociedade Civil Organizada, na forma seguinte:

I - 15 (quinze) representantes do Poder Público Estadual, sendo 13 (treze) Secretários do Poder Executivo Estadual, nomeados pelo Governador; 1 (um) representante do Poder

Legislativo e 1 (um) representante do Poder Judiciário, indicado por cada um desses poderes;

II - 15 (quinze) representantes de organizações da sociedade civil de âmbito estadual, escolhidos em fórum próprio, assegurando-se a representatividade dos segmentos sociais mais expressivos do Estado;

III - 22 (vinte e dois) membros representantes dos 11 (onze) Territórios de Desenvolvimento

Sustentável, conforme detalhado no Anexo Único, eleitos em assembléia dos Conselhos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável, respeitando a paridade entre Poder Público e sociedade civil, sendo 2 (dois) por cada território;

§ 1º Para a instalação do CEDS o Governador do Estado convocará, por meio de edital, os integrantes da sociedade civil organizada.

§ 2º O Presidente do Conselho, por sua iniciativa ou atendendo sugestão dos membros, convocará outros integrantes do Governo Estadual e convidará membros de outras instâncias governamentais e de instituições públicas ou privadas, sempre que a natureza da matéria o exigir.

§ 3º O Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável – CEDS reunir-se-á semestralmente em caráter ordinário e, extraordinariamente por convocação do seu Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros.

§ 4º O membro do CEDS terá mandato de dois anos, permitida a recondução por igual período.

§ 5º Eventuais despesas com diárias e passagens dos membros do CEDS correrão à conta dos órgãos ou entidades que representam.

§ 6º Os membros do quadro administrativo do Conselho deverão ser escolhidos entre seus integrantes.

§ 7º O CEDS, mediante resolução, deverá aprovar seu regimento interno normatizando seu funcionamento, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da efetiva nomeação de seus membros.

Art. 11 A estrutura de funcionamento e deliberação do Conselho de Desenvolvimento Territorial Sustentável – CTDS e Conselho Estadual de Desenvolvimento - CEDS, compõe-se de:

I - Plenário;

II - Secretaria; e

III - Comitês e Grupos Temáticos.

Parágrafo Único O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável – CEDS, dos comitês e dos grupos temáticos serão prestados pela Secretaria do Planejamento.

Art. 12 Fica criada, na estrutura da Secretaria de Planejamento, a Superintendência de Planejamento Participativo, e o correspondente cargo de Superintendente de Planejamento Participativo, com a remuneração estabelecida no parágrafo único do art. 61, da Lei Complementar nº 028, de 09 de junho de 2003, com a redação conferida pela Lei Complementar nº 042, de 02 de agosto de 2004, competindo-lhe:

I - garantir assessoria técnica aos Conselhos Territoriais no que se refere às políticas públicas de interesse do território, através de técnicos das várias secretarias de Estado;

II - apoiar o processo de planejamento da ação governamental nos moldes estabelecidos nesta Lei, podendo requisitar técnicos de outros órgãos para atingir suas finalidades;

III - elaborar anteprojeto inicial do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí, que servirá como base para as discussões nos Municípios, Territórios e no Estado.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), 22 de agosto de 2007

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO

ANEXO ÚNICO

Regionalização

a. MACRORREGIÃO 1 – LITORAL

i. TD 1 – Planície Litorânea, compreendendo os municípios:

1. Aglomerado 1 (AG 1): Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Luís Correia e Parnaíba;
2. Aglomerado 2 (AG 2): Bom Princípio do Piauí, Buriti dos Lopes, Caraúbas do Piauí, Caxingó, Cocal, Cocal dos Alves e Murici dos Portelas.

b. MACRORREGIÃO 2 – MEIO NORTE

i. TD 2 – Cocais, compreendendo os municípios:

1. Aglomerado 3 (AG 3): Barras, Batalha, Campo Largo do Piauí, Esperantina, Joaquim Pires, Joca Marques, Luzilândia, Madeiro, Matias Olímpio, Morro do Chapéu do Piauí, Nossa Senhora dos Remédios, Porto, São João do Arraial;
2. Aglomerado 4 (AG 4): Brasileira, Domingos Mourão, Lagoa de São Francisco, Milton Brandão, Pedro II, Piracuruca, Piripiri, São João da Fronteira, São José do Divino.

ii. TD 3 – Carnaubais, compreendendo os municípios:

1. Aglomerado 5 (AG 5): Boa Hora, Boqueirão do Piauí, Cabeceiras do Piauí, Campo Maior, Capitão de Campos, Cocal de Telha, Jatobá do Piauí, Nossa Senhora de Nazaré, Sigefredo Pacheco;
2. Aglomerado 6 (AG 6): Assunção do Piauí, Buriti dos Montes, Castelo do Piauí, Juazeiro do Piauí, Novo Santo Antônio, São João da Serra, São Miguel do Tapuio.

iii. TD 4 – Entre-Rios, compreendendo os municípios:

1. Aglomerado 7 (AG 7): Alto Longá, Altos, Coivaras, José de Freitas, Lagoa Alegre, Miguel Alves, Nazária do Piauí, Pau D'Arco, Teresina, União;
2. Aglomerado 8 (AG 8): Beneditinos, Curralinhos, Demerval Lobão, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil;
3. Aglomerado 9 (AG 9): Agricolândia, Água Branca, Amarante, Angical do Piauí, Barro Duro, Hugo Napoleão, Jardim do Mulato, Lagoinha do Piauí, Olho d'Água do Piauí, Palmeirais, Passagem Franca do Piauí, Regeneração, Santo Antônio dos Milagres, São Gonçalo do Piauí, São Pedro do Piauí.

c. MACRORREGIÃO 3 – SEMI-ÁRIDO

i. TD 5 – Vale do Sambito, compreendendo os seguintes municípios:

1. Aglomerado 10 (AG 10): Aroazes, Prata do Piauí, Santa Cruz dos Milagres, São Félix do Piauí, São Miguel da Baixa Grande;
2. Aglomerado 11 (AG 11): Barra d’Alcântara, Elesbão Veloso, Francinópolis, Inhumas, Ipiranga do Piauí, Lagoa do Sítio, Novo Oriente do Piauí, Pimenteiras, Valença do Piauí, Várzea Grande.

ii. TD 6 – Vale do Rio Guaribas, compreendendo os municípios:

1. Aglomerado 12 (AG 12): Aroeiras do Itaim, Bocaina, Dom Expedito Lopes, Geminiano, Itainópolis, Paquetá, Picos, Santana do Piauí, Santo Antônio de Lisboa, São João da Canabrava, São José do Piauí, São Luis do Piauí, Sussuapara, Vera Mendes;
2. Aglomerado 13 (AG 13): Belém do Piauí, Caldeirão Grande do Piauí, Francisco Macedo, Jaicós, Marcolândia, Massapê do Piauí, Padre Marcos, Simões;
3. Aglomerado 14 (AG 14): Acauã, Betânia do Piauí, Caridade do Piauí, Curral Novo do Piauí, Jacobina do Piauí, Patos do Piauí, Paulistana, Queimada Nova;
4. Aglomerado 15 (AG 15): Alagoinha do Piauí, Alegrete do Piauí, Campo Grande do Piauí, Francisco Santos, Fronteiras, Monsenhor Hipólito, Pio IX, São Julião, Vila Nova do Piauí.

iii. TD 7 – Vale do Canindé, compreendendo os municípios:

1. Aglomerado 16 (AG 16): Cajazeiras do Piauí, Colônia do Piauí, Oeiras, Santa Cruz do Piauí, Santa Rosa do Piauí, São Francisco do Piauí, São João da Varjota, Tanque do Piauí, Wall Ferraz;
2. Aglomerado 17 (AG 17): Bela Vista do Piauí, Campinas do Piauí, Conceição do Canindé, Floresta do Piauí, Isaías Coelho, Santo Inácio do Piauí, São Francisco de Assis do Piauí, Simplício Mendes.

iv. TD 8 – Serra da Capivara, compreendendo os seguintes municípios:

1. Aglomerado 18 (AG 18): Campo Alegre do Fidalgo, Capitão Gervásio Oliveira, João Costa, Lagoa do Barro do Piauí, São João do Piauí;
2. Aglomerado 19 (AG 19): Anísio de Abreu, Bonfim do Piauí, Caracol, Guaribas, Jurema, São Braz do Piauí, Várzea Branca;

3. Aglomerado 20 (AG 20): Coronel José Dias, Dom Inocêncio, Dirceu Arcoverde, Fartura do Piauí, São Lourenço do Piauí, São Raimundo Nonato.

d. MACRORREGIÃO 4 – CERRADOS

i. TD 9 – Vale dos Rios Piauí e Itaueira, compreendendo os seguintes municípios:

1. Aglomerado 21 (AG 21): Arraial, Floriano, Francisco Ayres, Nazaré do Piauí;
2. Aglomerado 22 (AG 22): Nova Santa Rita, Paes Landim, Pedro Laurentino, Ribeira do Piauí, Socorro do Piauí, São José do Peixe, São Miguel do Fidalgo;
3. Aglomerado 23 (AG 23): Brejo do Piauí, Canto do Buriti, Flores do Piauí, Itaueira, Pajeú do Piauí, Pavussu, Rio Grande do Piauí, Tamborim do Piauí.

ii. TD 10 – Tabuleiros do Alto Parnaíba, compreendendo os municípios:

1. Aglomerado 24 (AG 24): Bertolândia, Canavieira, Guadalupe, Jerumenha, Landri Sales, Marcos Parente, Porto Alegre do Piauí;
2. Aglomerado 25 (AG 25): Antônio Almeida, Baixa Grande do Ribeiro, Ribeiro Gonçalves, Sebastião Leal, Uruçuí.

iii. TD 11 – Chapada das Mangabeiras, compreendendo os municípios:

1. Aglomerado 26 (AG 26): Alvorada do Gurguéia, Bom Jesus, Colônia do Gurguéia, Cristino Castro, Currais, Eliseu Martins, Manoel Emídio, Palmeira do Piauí, Santa Luz;
2. Aglomerado 27 (AG 27): Avelino Lopes, Curimatá, Júlio Borges, Morro Cabeça do Tempo, Parnaguá, Redenção do Gurguéia.
3. Aglomerado 28 (AG 28): Barreira do Piauí, Corrente, Cristalândia do Piauí, Gilbués, Monte Alegre do Piauí, Riacho Frio, Santa Filomena, São Gonçalo do Gurguéia, Sebastião Barros.